



DIÁRIO da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 5 DE MARÇO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da apresentação de requerimentos e de respostas a alguns outros.

A Câmara aprovou um parecer da Comissão de Ética relativo à retoma do mandato de um Deputado do PS.

Em declaração política, o Sr. Deputado Duarte Pacheco (PSD) congratulou-se pelos resultados obtidos pelo Governo na execução do Quadro Comunitário de Apoio em 2002, respondendo no fim a pedidos de esclarecimento e a um protesto do Sr. Deputado Maximiano Martins (PS).

Também em declaração política, o Sr. Deputado Acácio Barreiros (PS) condenou a posição assumida pelo Ministro da Agricultura (Sevinante Pinto) na situação criada com a descoberta de uma substância cancerígena (nitrofurano) em 43 explorações avicolas portuguesas. Depois, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Fernando Penha (PSD), Isabel Castro (Os Verdes) e Rodeia Machado (PCP), tendo ainda dado explicações ao Sr. Deputado Marco António Costa (PSD), que exerceu o direito de defesa da honra da bancada.

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) congratulou-se com a publicação da Lei n.º 34/2003, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros no território nacional, por permitir o desenvolvimento de uma política de imigração humanista mas realista. No fim,

respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Vitalino Canas (PS), Luís Fazenda (BE) e António Filipe (PCP).

O Sr. Deputado Bruno Dias (PCP) insurgiu-se contra a política de transportes, mobilidade e acessibilidades que está a ser levada a cabo pelo Governo, tendo anunciado a apresentação pelo seu partido de diplomas relativos à isenção de portagens em algumas redes viárias e propondo o alargamento do âmbito territorial de utilização do passe social intermodal.

O Sr. Presidente procedeu à leitura de uma mensagem do Sr. Presidente da República à Assembleia sobre as propostas de revisão da Lei de Programação Militar apresentadas pelo Governo e a serem discutidas no período da ordem do dia.

Ordem do dia. — Foi apreciada, na generalidade, a proposta de lei n.º 45/IX — Altera a Lei de Programação Militar, tendo-se pronunciado, a diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas), os Srs. Deputados António Filipe (PCP) — que também fez a síntese do relatório da Comissão de Defesa Nacional referente à proposta de lei —, José de Matos Correia (PSD), Miranda Calha (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Luís Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes), João Soares (PS), Rui Miguel Ribeiro (PSD), José Lello (PS), Rui Gomes da Silva (PSD), Marques Júnior (PS), João Rebelo (CDS-PP) e Correia de Jesus (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 19 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Arménio dos Santos
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eduardo Artur Neves Moreira
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Jorge Pinto Lopes
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Agostinho Veloso da Silva
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Manoel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel dos Santos Alves
 Judite Maria Jorge da Silva

Luis Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luis Filipe Alexandre Rodrigues
 Luis Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luis Filipe Soromenho Gomes
 Luis Manuel Machado Rodrigues
 Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Verissimo
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Natália Gutierrez V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luis
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Cabodeira
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira

João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luísa Pinheiro Portugal
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco
 Antonino Aurélio Vieira de Sousa
 António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo

João Maria Abrunhosa Sousa
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Odete dos Santos

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, foram apresentados na Mesa os requerimentos seguintes.

Na reunião plenária de 26 de Fevereiro — ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr. Deputado Duarte Pacheco; ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulado pelo Sr. Deputado José Manuel Pavao; ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, formulado pelo Sr. Deputado Fernando Pedro Moutinho; ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, formulado pelo Sr. Deputado José Apolinário; ao Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro, formulado pela Sr.^a Deputada Maria Santos; ao Ministério da Justiça, formulado pela Sr.^a Deputada Celeste Correia; e ao Ministério da Defesa Nacional, formulados pelo Sr. Deputado António Filipe.

O Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados.

Nos dias 24, 25 e 26 de Fevereiro — Honório Novo, Fernando Pedro Moutinho e Jerónimo de Sousa, nas sessões de 8 de Maio, 11 de Julho, 9, 18 e 22 de Outubro e 6 de Novembro e no dia 9 de Dezembro; António Galamba, nas sessões de 31 de Maio, 14 de Junho e 15 de Outubro e nos dias 18 de Junho, 16 de Julho e 30 de Setembro; Álvaro Castello-Branco, no dia 3 de Junho e na sessão de 30 de Janeiro de 2003; Isabel Castro, na sessão de 3 de Julho e nos dias 4 de Junho, 16 de Setembro, 11 de Novembro e 17 de Dezembro; Odete Santos, nas sessões de 12 de Junho e 24 de Outubro; Nelson Correia, na sessão de 27 de Junho; José Apolinário, nos dias 10 de Julho, 8 de Outubro, 12 de Dezembro e 22 de

Janeiro de 2003; Isabel Gonçalves, nas sessões de 10 de Junho e 13 de Novembro; Bernardino Soares e José Saraiva, nas sessões de 2 de Outubro, 22 e 27 de Novembro; Luísa Mesquita, nas sessões de 3 de Outubro, 15 e 24 de Janeiro; António José Seguro, na sessão de 23 de Outubro; Ascenso Simões, no dia 29 de Outubro; José Junqueiro, nas sessões de 12 e 18 de Dezembro e no dia 6 de Novembro; Bruno Dias e Herculano Gonçalves, no dia 6 e na sessão de 13 de Novembro; Miranda Calha, no dia 7 de Novembro; Ricardo Fonseca de Almeida, na sessão de 28 de Novembro; Fernando Serrasqueiro, na sessão de 19 de Dezembro; Manuel Cambra, na sessão de 20 de Dezembro; Vitalino Canas e António Filipe, na sessão de 15 de Janeiro; Fernando Gomes, na sessão de 16 de Janeiro; Rodeia Machado, na sessão de 22 de Janeiro; e Luís Fazenda, na sessão de 29 de Janeiro.

Nos dias 24 e 25 de Fevereiro, foram recebidas respostas aos requerimentos apresentados pelos Srs. Deputados Ascenso Simões, no dia 14 e na sessão de 30 de Janeiro, e António Galamba, na sessão de 12 de Fevereiro.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, importa ainda apreciar e votar um parecer da Comissão de Ética. O relatório e parecer refere-se à retoma de mandato, nos termos do artigo 6.º, n.os 1 e 2, do Estatuto dos Deputados, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS), do Deputado Fernando Pereira Cabodeira (Círculo Eleitoral de Viana do Castelo), cessando José Alberto Sequeiros de Castro Pontes, em 2 de Março corrente, inclusive. O parecer é no sentido de que a retoma de mandato é de admitir.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o parecer está em apreciação.

Pausa.

Não havendo inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

O Sr. Deputado cujos poderes estão verificados pode, obviamente, tomar o seu lugar no Hemiciclo.

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, e acredito que todos aqueles que se satisfazem com os êxitos de Portugal, saúdam o Governo pela notável execução do Quadro Comunitário de Apoio, no ano de 2002.

De facto, o ano de 2002 reunia todas as características para vir a ser uma referência na má execução dos fundos estruturais, tais foram as circunstâncias que se reuniram num único momento do tempo.

Primeiro, a demissão do Governo. A fuga do Engenheiro Guterres e os meses de desorientação que se seguiram produziram uma natural incerteza no País, na Administração Pública, e na máquina do Estado encarregue de pôr em marcha, e em ritmo acelerado, o Quadro Comunitário de Apoio.

Segundo, o contexto internacional deprimido, de pré-guerra, aliado à percepção da situação financeira do País criaram um clima pouco propício ao investimento e pouco adequado a uma plena execução dos fundos estruturais.

Terceiro, por um lado, a reduzida vida útil do novo Governo, sete meses em 2002, aliada à necessidade de introduzir rigor na despesa pública e, por outro lado, a necessidade de pôr na ordem a máquina do Estado e em programas que claramente não estavam a produzir os resultados desejados poderiam indicar que no ano de 2002 o aproveitamento dos fundos estruturais ficariam abaixo das suas possibilidades.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo de Portugal conseguiu superar estas dificuldades, «arrumar a casa» que o Partido Socialista abandonou e garantir uma boa execução dos fundos estruturais, o que corresponde a uma vitória para Portugal.

Aplausos do PSD.

Esta afirmação não resulta de uma observação empírica nem de elementos menos rigorosos que alguns Srs. Deputados do Partido Socialista gostam de usar, mas antes da leitura do Relatório de 2002 apresentado recentemente e elaborado pela Comissão de Gestão do QCA III, cuja independência e rigor não são questionados.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Permitam que cite algumas das afirmações desse relatório, que confirmam o exposto e evidenciam o êxito da execução de fundos estruturais no ano transacto: «Em final de 2002, 56 % do montante total de fundos estruturais Comunitários destinados ao QCA III foram já atribuídos a projectos aprovados nos termos legais e que na sua grande maioria iniciaram a sua execução material e financeira». «No ano de 2002 a execução do QCA III acelerou fortemente face a 2001, atingindo um nível elevado, e em geral adequado à correcta utilização das dotações programadas para os vários programas operacionais».

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Estas afirmações evidenciam o que de bom foi possível fazer em sete meses para o prestígio e para o desenvolvimento de Portugal.

Aplausos do PSD.

Não estamos a referir generalidades mas, sim, factos concretos que podem ser lidos no Relatório de 2002: «A execução do QCA III em 2002 foi quase dupla da registada em 2001, situando-se numa ordem de grandeza próxima da velocidade de cruzeiro admitida para os anos de 2003 a 2005».

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — «Em sete Programas a execução de 2002 superou o dobro da de 2001; em quatro Programas a execução de 2002 mais do que triplicou os valores de 2001,

de onde se destaca, pela sua importância e peso relativo, o sucesso do Plano Operacional de Economia».

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — «Aliás, o Plano Operacional de Economia apresenta em 31 de Dezembro um nível ainda fraco de execução financeira acumulada mas apresentou ao longo do ano uma forte aceleração e capacidade de recuperação».

A título exemplificativo vejamos a taxa de execução do Plano Operacional de Economia para a sua componente FEDER, por meses. Assim, passou-se de uma execução de cerca de 21 000 euros em Janeiro, 2000 euros em Fevereiro ou 19 000 euros em Março, para 65 000 euros em Outubro, 57 000 euros em Novembro e 70 000 euros em Dezembro.

Os números são esmagadores, Srs. Deputados, e mostram que se passou da incapacidade de gestão socialista para uma eficaz gestão governativa.

Na sequência deste impulso ocorrido na gestão dos fundos comunitários, de acordo com o Relatório, foi «possível ultrapassar com sucesso o primeiro grande teste: a aplicação da regra N+2 em final de 2002».

De facto, e permitam-me que cite de novo o relatório: «Para o FEDER, todos os Planos Operacionais atingiram a meta necessária, ultrapassando-a. A despesa certificada excedeu em 1,7 mil milhões de euros o montante necessário para se cumprir a regra N+2».

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — «Em 13 dos 14 Planos Operacionais a execução do FSE ultrapassou também significativamente a meta necessária para cumprir a regra N+2; apenas no Plano Operacional de Saúde se verificou um incumprimento no valor de um milhão de Euros», sendo previsível a sua recuperação.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De facto, dos 2453 milhões de euros, realizaram-se 2452 milhões de euros, o que significa que se realizou 99,97 %, o que ninguém com seriedade intelectual pode deixar de aplaudir.

Em paralelo, Sr. Presidente, é ainda de realçar que em 2002 a componente de transportes do fundo de coesão atingiu a sua plenitude, ficando a componente ambiental aquém dos limites desejados, por razões que não podem ser imputadas ao actual Governo, pois resulta da abertura de um pré-contencioso relativo às concessões no sector da água, cuja responsabilidade cabe ao governo anterior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No entanto, o Governo de Portugal deverá em breve resolver este conflito. Sabemos todos que não há perda de verbas mas somente o seu deslizamento no tempo, pois o que não foi utilizado em 2002 poderá sê-lo até 2006.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: A boa execução do Quadro Comunitário de Apoio é fundamental para Portugal, devido ao atraso dos níveis de desenvolvimento que ainda registamos face à média da União Europeia e face à credibilidade do País em futuras negociações.

O passado recente não foi bom para o prestígio do país e das suas instituições. A credibilidade não se compra, nem se apregoa, conquista-se. E o trabalho que o actual Governo tem vindo a desenvolver é gratificante em vários níveis: alcança as metas estabelecidas e cumpre os compromissos assumidos; apresenta estratégias e acções que permitem executar as verbas ao dispor de Portugal, para modernizar o país e estimular a economia.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Terminarei de imediato, Sr. Presidente.

Temos todos a consciência de que existem dificuldades, de que as pedras deixadas no caminho são muitas, de que as teias desenvolvidas são por vezes difíceis de romper. No entanto, acreditamos que, face ao trabalho já desenvolvido em 2002, Portugal está no rumo certo e que, mais uma vez, contra o vento e os «velhos do Restelo», vai vencer e que um futuro melhor vai ser construído!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Maximiano Martins.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Duarte Pacheco, não o posso felicitar pelo discurso que produziu porque não é uma abordagem séria à matéria em causa.

O Sr. Deputado leu o relatório de uma matéria que não conhece e tirou ilações absolutamente gratuitas. Além disso, defende uma tese absurda, que é a de que o Governo teve de organizar o que era caótico para depois executar em 10 meses. Esta tese ora dá para um lado, ora dá para outro. É porque quando as coisas correm mal é porque a herança era terrível, e quando as coisas correm bem, é porque o Governo está num caminho de grande eficiência. Ora, isto não faz sentido e não é sério!

O Sr. José Magalhães (PS): — Claro!

O Orador: — Lembro ao Sr. Deputado Duarte Pacheco que o governo socialista conseguiu para Portugal uma negociação muito difícil na Cimeira de Berlim (mas conseguiu com sucesso) e que Portugal foi o primeiro dos países comunitários a ver aprovado e a implementar o seu QCA. Não podemos ignorar isto! Portugal foi de longe o primeiro país em que foi possível arrancar com os principais POE.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas é preciso não ignorar também um aspecto essencial, que é o seguinte: depois de estruturados os Programas e o QCA, os Programas caminham para uma «velocidade cruzeiro».

É por isso que VV. Ex.^{as} não se podem arvorar o sucesso daquilo que não é vosso, porque se executaram foi porque foram deixados programas e projectos aprovados, contratados e os pagamentos prontos a executar.

Daí que não seja uma peça séria aquela a que assistimos aqui e que só posso interpretar com uma dupla intenção: primeira, antecipar os problemas, porque o verdadeiro julgamento deste Governo em termos de QCA ocorrerá no efeito guilhotina de 2003 e na reserva de eficiência, e que um exercício desses provavelmente para antecipar as dificuldades que vêm aí; segunda, lançar a confusão por aquilo que é um desastre do ponto de vista da gestão do Quadro Comunitário de Apoio numa perspectiva administrativa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este Governo destruiu a máquina administrativa do QCA, não existe neste momento responsabilidade pela coordenação efectiva dos programas comunitários e são múltiplas as demissões no âmbito de responsáveis pelo QCA.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Terminarei de imediato, Sr. Presidente. De onde se coloca a questão seguinte: onde estão os méritos, Sr. Deputado?

Aplausos PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Pacheco.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Maximiano Martins, saliento que a sua intervenção mudou claramente de tom face àquilo que eram as intervenções da bancada do Partido Socialista há semanas atrás.

Há semanas atrás tudo era mau na execução do Quadro Comunitário de Apoio. Agora, já têm de reconhecer a verdade dos números e dos factos.

Na verdade, a execução do QCA foi excelente em 2002, por isso querem ficar com um pouco do quinhão do sucesso que a execução do QCA significou para Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É a verdade! E como é a verdade não conseguem já esconder. O vosso discurso ficou por baixo da mesa e agora inventaram um novo discurso.

É hábito do Partido Socialista chegar atrasado. Também neste debate chega atrasado nos argumentos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Permita-me que, somente com alguns números, contrarie aquilo que afirmou.

Temos os dados da execução orçamental de 31 de Dezembro de 2001. A verdade é que a média era 8% e que, em 31 de Dezembro de 2002 — um ano depois —, passou para 22%. Portanto, mais do que duplicou.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Vamos ver em 2003!

O Orador: — O que era vosso era 8%, e aquilo que grande parte já é nosso passou para 22%. De quem é a responsabilidade deste sucesso? É deste Governo que mudou a máquina para conseguir a boa aprovação dos projectos.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — O Governo não mudou máquina alguma!

O Orador: — Por que é que dizemos isto? Pode dizer-me que não é assim, mas permita-me que lhe dê um exemplo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sabe o que dizia o Tribunal de Contas em relação à gestão da qual os senhores eram responsáveis? Que o governo utilizava os recursos destinados a parcerias público-privadas para autofinanciamento.

O Tribunal de Contas — e não venham agora dizer que o Tribunal é suspeito e manobrado por alguém, porque sempre foi uma força independente — dizia sobre a vossa gestão o seguinte: «acusa o Ministério da Economia de utilizar as verbas destinadas a parcerias em benefício próprio, com reforços de orçamento correspondentes aos organismos responsáveis pela execução técnica dos projectos». Este exemplo concreto é para o ICEP.

Logo, pergunto-lhe: quem é que utilizava mal os fundos estruturais?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Não é o PSD que o diz! É o Tribunal de Contas, na auditoria que fez à utilização que os senhores faziam.

Mas depois os senhores argumentam que durante o ano de 2002 as coisas funcionaram mal, que o Programa Operacional da Economia esteve parado e que o POE é fundamental em termos financeiros para a execução do Quadro Comunitário de Apoio.

Posso dizer-lhe que temos os dados mensais, e provas que a paralisia da máquina e o resultado que deu e, depois da mudança que ocorreu no segundo semestre, como tudo passou a evoluir.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Isso não é sério!

O Orador: — É que durante o vosso tempo, em Fevereiro, foram aprovados 2422 milhares de euros, mas quando se chegou ao fim do ano, em Dezembro, estávamos com uma média de 70 000 milhares de euros por mês.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Terminarei de imediato, Sr. Presidente.

Quantas vezes são a mais? Façam as contas, só para ver como mudou!

Finalmente, quem é que pode dizer? Para além disto tudo, para além do PSD, para além de pessoas independentes, alguns dos vossos responsáveis como o ex-ministro Augusto Mateus que diz claramente que o POE não estava a ser utilizado como deveria ser, porque financiava clientelas em vez de principalmente desenvolver o país como todos nós merecíamos.

Aplausos do PSD e do PP.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa sobre matéria da organização dos trabalhos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Sr. Presidente, desejo fazê-lo num duplo aspecto.

Por um lado, quero lembrar ao Sr. Deputado Duarte Pacheco, através da Mesa,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esse método não colhe, a Mesa não serve de «núncio» a ninguém. Portanto, não vale a pena fazer comunicados à Mesa para que esta os transmita a quem quer que seja. Desculpe-me, Sr. Deputado, mas não lhe admito isso!

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Mas a minha questão tem a ver com um aspecto da organização dos trabalhos, Sr. Presidente.

É porque o Sr. Deputado Duarte Pacheco é o relator do relatório da Comissão de Execução Orçamental sobre o relatório do Tribunal de Contas que invocou aqui e, por isso, tem o dever de, em tempo devido, apresentá-lo à comissão respectiva.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Só faltava essa!

O Orador: — Passaram-se meses sem ele fazer esse trabalho e agora trá-lo aqui, ao Plenário da Assembleia, de uma forma que não me parece séria.

Aplausos do PS.

Portanto, esse facto não pode passar sem uma referência.

Por outro lado, quero lembrar que qualquer programa e qualquer organização tem uma coisa que se chama «velocidade de cruzeiro» e qualquer Deputado nesta Casa deve reconhecer que «em velocidade de cruzeiro» o volume de execução de um programa é, evidentemente, muito mais elevado do que é em «período de lançamento».

Portanto, acho que as condições de seriedade do debate são essenciais para uma convivência normal entre Deputados.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, quando muito, julgo que essa sua interpelação cabia na figura regimental do protesto, uma vez que está no seu direito protestar.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para um contraprotesto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas agradeço-lhe que não ultrapasse o tempo que o seu Colega gastou a protestar.

O Sr. Duarte Pacheco (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Maximiano Martins, apreciei a sua intervenção, porque ela resulta do seguinte: se o Sr. Deputado não leu o relatório do Tribunal de Contas, o problema é seu.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Eu li o relatório, sei o que lá está escrito e, por isso mesmo, tive de o trazer a esta Câmara. Lamento é que outros Srs. Deputados não o tenham lido.

O Sr. Maximiano Martins (PS): — Faça o seu trabalho!

O Orador: — Em relação aos trabalhos da Comissão de Execução Orçamental, eu podia falar também de muitos dos seus Colegas de bancada que têm também relatórios em atraso, mas não gosto de mencionar nomes. É realmente pena que haja muitos colegas com relatórios em atraso nas várias comissões!...

Agora, permita-me que lhe diga apenas que a lição que nos quis dar aqui sobre a «velocidade de cruzeiro» não era para nós, com certeza — porque, se Deus quiser, este ano vai ver a «velocidade de cruzeiro» que teremos — mas, sim, para a Sr.^a Deputada Elisa Guimarães Ferreira, que, ainda a semana passada, mostrou desconhecer o que é «velocidade de cruzeiro».

Aplausos do PSD.

O Sr. José Magalhães (PS): — É falso!

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na passada quinta-feira, nesta Assembleia, o Sr. Primeiro-Ministro, lendo apressadamente alguns papéis que lhe iam sendo passados pelo Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, garantia que, no que se refere à presença de substâncias cancerígenas na carne de aves, o Governo estava a actuar com toda a transparência e eficácia.

Afinal, bastaram algumas horas para que a revelação de novos factos pela comunicação social viesse desmentir o Sr. Primeiro-Ministro, semeando a in tranquilidade e o medo entre os consumidores e a maior das preocupações junto dos agentes económicos.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Em vez da apregoada transparência, ficámos a saber que o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas tinha conhecimento, desde Outubro do ano passado, da presença de nitrofuranos na carne de aves e escondeu essa informação aos portugueses.

O Sr. José Magalhães (PS): — É grave!

O Orador: — Quer dizer: pelo menos durante quatro meses os portugueses consumiram quantidades elevadas de carne de aves contendo substâncias cancerígenas com perfeito conhecimento do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, sem que nada tenha sido feito para defender a saúde pública.

O Sr. José Magalhães (PS): — Incrível!

A Sr.^a Rosa Maria Albernaz (PS): — Uma vergonha!

O Orador: — E note-se que não estamos a falar de valores residuais, o que, aliás, em nada diminuiria a gravidade daquele comportamento.

Na verdade, em 167 amostras realizadas, 82 revelaram-se positivas, o que conduziu até agora, à última hora, ao sequestro de 43 explorações, correspondendo a cerca de 1,2 milhões de aves. Ou seja: cerca de 50 % das amostras realizadas revelaram-se positivas num universo de fiscalização que, no dizer do Ministério, está muito longe de cobrir as cerca de 4000 explorações existentes em Portugal. Estes números dão-nos uma ideia da extrema gravidade da presente situação em termos de saúde pública.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E perante isto o que é que faz o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas?

A Sr.^a Rosa Maria Albernaz (PS): — Nada!

O Orador: — Diante das sucessivas revelações feitas pela comunicação social, convocou uma conferência de imprensa para tentar fazer aquilo que em bom português se pode designar por «sacudir a água do capote».

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao facto de, durante meses, terem sido escondidas informações decisivas, ele declara que não tem qualquer responsabilidade nisso, pois de nada sabia.

Segundo o Sr. Ministro, as culpas vão todas para cima do anterior Director-Geral de Veterinária, que, mesmo a propósito, cessou funções a 11 de Fevereiro deste ano. E, mesmo em relação a esse Director-Geral, o Ministro acha que tem atenuantes, dado que — e são palavras do Ministro — «nunca houve sequestro de aves em Portugal, não há experiência disso». Como não havia qualquer experiência no Ministério, havia atenuantes para o anterior Director-Geral.

Dificilmente seria imaginável descer tão baixo em matéria de responsabilidade política!!

Aplausos do PS.

Afinal, ficámos a saber que o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas não é o primeiro responsável pelo que se passa no seu Ministério.

O Sr. António Costa (PS): — É grave!

O Orador: — Se calhar, só é responsável por aquilo que corre bem, e, perante a primeira situação difícil, logo corre a esconder-se por detrás de um qualquer funcionário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Devo dizer — e permitam-me esta nota pessoal — que tenho um grande orgulho em ter feito parte de um dos governos do Partido Socialista, entre outras razões, pela cultura de responsabilidade política dos membros desses governos pelas áreas e serviços colocados sob sua direcção.

Aplausos do PS.

Os Srs. Deputados conhecem, e o País também, vários casos de governantes do PS que, diante de situações graves, não hesitaram em assumir todas as responsabilidades, mesmo quando teria sido, seguramente, mais fácil arranjar um qualquer director-geral para «bode expiatório».

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas essa, pelos vistos, não é a cultura de responsabilidade deste Governo.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — No fim fugiram todos!

O Orador: — Eu sei que há gente na bancada da maioria que acha que estamos a exagerar, pois a segurança alimentar não preocupa assim tanto os portugueses. Mas isso é um erro que apenas revela o desprezo com que a direita trata os direitos dos consumidores, incapaz de os entender como um valor essencial de cidadania.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É por isso que, verdadeiramente, ninguém sabe se existe neste Governo qualquer responsável pela área da defesa dos consumidores e o que é que ele tem feito,...

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Nada!

O Orador: — ... embora eu esteja em condições de garantir a esta Câmara que existe um membro do Governo que, entre muitas outras responsabilidades, cuida da área dos consumidores: trata-se do Ministro José Luís Arnault, que, até à data, ainda não sentiu a necessidade de falar sobre esta matéria.

Foi ainda por isso que destruíram a ideia de criar uma Agência de Qualidade e Segurança Alimentar que fosse um órgão de polícia criminal, com uma real capacidade de prevenção de risco.

A Sr.^a Celeste Correia (PS): — Muito bem!

O Orador: — E é por esse menosprezo pelos direitos dos consumidores que o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas se comporta com a levianidade a que estamos a assistir.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, se o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas se declara irresponsável pelo que se passou no seu próprio Ministério nos últimos meses estará, ao menos, em condições de nos esclarecer sobre o que é que fez ou vai fazer a partir do momento em que tomou conhecimento da situação. Lamentavelmente, a irresponsabilidade continua.

Como é que se admite que não sejam divulgados os nomes das explorações prevaricadoras, quando essa é uma informação indispensável para que o consumidor possa defender a sua saúde?

Aplausos do PS.

Será que o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento e Pescas, na sua cegueira burocrática, não percebe que está não só a prejudicar a saúde pública como ainda ameaça arruinar aqueles produtores que respeitam a lei, não abusando das substâncias proibidas?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Será admissível que, perante a gravidade da situação, o Sr. Ministro nos diga — e ele disse-o — que não pode garantir a qualidade dos produtos alimentares? Isto é um verdadeiro escândalo!

Aplausos do PS.

Se não é o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas ou o Ministro da Saúde a dar garantias de segurança, então, quem vai dar essas garantias?

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Afinal, vão ou não vão fiscalizar as cerca de 4000 explorações de aves existentes?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Com certeza que vão!

O Orador: — E o Sr. Ministro da Economia tem alguma coisa a dizer sobre esta matéria ou vai continuar a fazer de conta que nada tem a ver com isto, seguindo, aliás, o «elevado» exemplo do Ministro Arnault? É que este Governo, verdadeiramente, não é exemplo em matéria de responsabilidade e muito menos em matéria de solidariedade entre os seus membros.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista não vai transigir...

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... nesta matéria de defesa da saúde pública e de promoção dos direitos dos consumidores.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que conclua, pois esgotou o seu tempo.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

É bom que sobre este assunto ninguém tenha a menor dúvida.

Conhecemos muito bem os sentimentos de insegurança e de medo que as tentativas de esconder a verdade provocaram no passado no que se refere à chamada «doença das vacas loucas». Lembram-se?! E é bom não esquecer os imensos prejuízos económicos que essa irresponsabilidade provocou.

Sabemos que a confiança dos consumidores nas instituições pode levar anos a construir-se, mas pode ser destruída em poucas horas, se não houver transparência, coragem política e competência.

Por isso entregamos hoje na Mesa um requerimento a pedir um debate de urgência, para que o Governo nos venha dizer aqui, nesta Câmara, o que é que vai fazer para cumprir as suas obrigações de autoridade sanitária e, simultaneamente, propusemos a nível da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas a abertura urgente de uma audição pública, para que seja possível um diagnóstico mais aprofundado da situação.

Tomámos, aliás, conhecimento de que o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas vai hoje à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. Ainda bem! Faço votos de que, com essa ida, não pretenda «encerrar o assunto», mas que, antes pelo contrário, seja o primeiro entre as várias personalidades que deverão ser convidadas no âmbito da audição pública que propomos.

O Sr. Presidente: — Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

Esta é a nossa forma de estar na política: com frontalidade encaramos os problemas, falando claro aos portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Penha.

O Sr. Fernando Penha (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, V. Ex.^a veio a este hemiciclo apenas fazer politiquice...

Protestos do PS.

O Sr. José Magalhães (PS): — Tenha bom senso!

O Orador: — ... e não para resolver os problemas que preocupam os portugueses, porque V. Ex.^a não os resolveu enquanto foi governo, numa área tão importante como aquela que ocupou, que foi justamente a da segurança e defesa alimentar.

Aplausos de alguns Deputados do PSD.

Protestos do PS.

E vou explicar-lhe porquê.

Primeiro: o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas só teve conhecimento destes factos e da sua extensão através da Direcção-Geral de Veterinária, e já com o actual Director-Geral de Veterinária, no dia 25 de Fevereiro.

Segundo: imediatamente tomou medidas e actuou com o sequestro de todas as unidades de produção, na intensificação da recolha de análises e de amostras de frangos e ainda com a informação pública da situação tal e qual ela estava.

Terceiro: as análises com resultados positivos recaíram sobre amostras recolhidas ao longo do ano de 2002 e nos primeiros dois meses de 2003.

Quarto: deve-se à utilização, a partir de Outubro, de um novo método, cuja aplicação foi determinada já por este Governo em Abril,...

O Sr. António Costa (PS): — Pela Comissão Europeia!

O Orador: — ... que, esse sim, é um método que detecta a presença do nitrofurano.

O Sr. António Costa (PS): — Olhe que está enganado!

O Orador: — Ou seja: o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas só em 25 de Fevereiro passa a ser conhecedor.

Quinto: os cerca de três meses e meio que decorreram sem sequestro, isto é, desde que a Direcção-Geral de Veterinária soube dos resultados transmitidos pelo LNIV até os transmitir à tutela a situação no sector, e nunca antes o tinha feito nem por escrito nem oralmente, foram objecto de um pedido de esclarecimento pelo Ministro à Direcção-Geral de Veterinária...

O Sr. José Magalhães (PS): — Está a ler uma nota oficiosa?!

O Orador: — ... pelo facto de o anterior Director-Geral de Veterinária, que foi substituído no dia 11 de Fevereiro, não ter informado a tutela, apesar de este ter conhecimento da situação a partir das informações elaboradas pelo serviço competente.

Sexto: a circunstância de a Direcção-Geral de Veterinária ter participado em várias acções inseridas numa investigação criminal e o facto de estar sob segredo de justiça não permitiriam à tutela dizer os nomes das empresas envolvidas.

Sétimo: ao divulgar publicamente a situação e as decisões tomadas para lhe fazer face, o Ministro quis ser rápido, não conivente, transparente e salvaguardar a saúde pública e agindo defendeu a saúde pública. Com esta acção e com a determinação com que a pôs em execução, contribuiu decisivamente para...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe quer termine, pois esgotou o seu tempo.

O Orador: — Pergunto: durante quanto tempo ao longo do seu governo os portugueses estiveram a consumir carne de frango com nitrofurano?

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Como classifica o procedimento do anterior Director-Geral de Veterinária, o Dr. Francisco Carmo dos Reis, que V. Ex.^a conhece e com quem terá trabalhado, porque foi nomeado por V. Ex.^a, relativamente ao encobrimento dos factos desde finais de Outubro até à sua saída?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se, tem de concluir, senão tenho de cortar-lhe a palavra.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pergunto ainda: esse procedimento...

O Sr. Presidente: — Tem de concluir, Sr. Deputado.

O Orador: — ... foi por má fé ou terá sido...

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Sr. Presidente, desejo responder individualmente aos pedidos de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado tinha comunicado à Mesa que respondia a conjuntos de dois pedidos de esclarecimento.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Peço desculpa, Sr. Presidente, mas prefiro responder a cada um individualmente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, essa opção faz-se no princípio, mas faça favor.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Tem razão, Sr. Presidente, e do facto peço-lhe desculpa.

Sr. Presidente, Sr. Deputado Fernando Penha, quero começar por lhe dizer que um bocadinho de modéstia também não lhe ficava muito mal. Dizer que este Governo é que descobriu o método para localizar os nitrofuranos é uma coisa...

A Sr.^a Maria Santos (PS): — É ignorância!

O Orador: — Mas vou dizer-lhe, Sr. Deputado, que este método que permite localizar os nitrofuranos não foi descoberto pelo Governo, nem pelo Dr. Durão Barroso, nem pelo Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas; foi descoberto por um conjunto de cientistas holandeses no ano de 2002...

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Orador: — ... e, a partir dessa descoberta, a Comissão Europeia chamou todos os países, entre os quais Portugal, que estão inscritos no Plano de Recolha de Resíduos a nível europeu, para lhes dar novas metodologias para localizarem os nitrofuranos, dado que as metodologias anteriores não se revelavam eficazes.

E foi na base dessas novas metodologias que chegámos a estes números extremamente preocupantes. Portanto, não pode vir acusar os anteriores governos do PS ou do PSD ou outros por não terem aplicado conhecimentos científicos que não existiam na altura.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado, gostava de dizer-lhe que, diante deste problema e da sua gravidade, sobre o que se questiona o Governo é como é que reage em relação a ele. É porque a confiança dos consumidores garante-se, antes de mais, pela transparéncia e pela coragem políticas com se enfrentam os problemas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o PSD, infelizmente, tem um mau passado ou um passado pouco recomendável no que se refere à questão da BSE.

O Sr. António Costa (PS): — Bem recordado!

O Orador: — E, infelizmente também, está a repetir agora os mesmos erros e o mesmo procedimento, que é o de tentar esconder o problema.

Aplausos do PS.

Não esconde! A comunicação social revela os problemas novamente e faz ela muitíssimo bem! Os consumidores já não aceitam uma explicação qualquer e é absolutamente irresponsável que o responsável pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, o Ministro, diga aos portugueses que «eu nada tenho a ver com isto»! Não sabia?! Então, o Ministro não é o responsável por aquilo que se passa? Não me refiro aos problemas pequeninos do Ministério, mas, sendo um problema desta gravidade, o Ministro não tem responsabilidade? Não sabia?!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — O que é que está lá a fazer?

O Orador: — Então, quem é que responde? Da próxima vez, quem é que chamamos para falar sobre os problemas do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas?! O Sr. Director-Geral ou o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas?!

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Fernando Penha.

Finalmente, Sr. Deputado, devo dizer que, no que se refere à forma como este problema está ou não a ser resolvido, o que considero mais grave é que, por detrás de uma visão burocrática, esteja a espalhar-se, no País, uma situação de absoluta intranquilidade. Não revelarem quem são as empresas que têm análises positivas está a levar — e espero que o Sr. Deputado tenha consciência disto! —

a que, por exemplo, já nos estejam a chegar comunicados de sindicatos dizendo que se a situação não for esclarecida, a ser assim, vamos começar a ter despedimentos muito em breve.

Protestos do Deputado do PSD Fernando Penha.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir, por favor.

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

E o que considero mais imoral no meio disto é que aqueles empresários que respeitaram a lei, que cumpriram com as suas obrigações, sejam arrastados para uma crise...

A Sr.ª Rosa Maria Albernaz (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... pela irresponsabilidade e pela falta de transparéncia do Governo de V. Ex.^a

Aplausos do PS.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Para defesa da consideração devida à bancada.

O Sr. Presidente: — Qual é o motivo do seu agravo, Sr. Deputado?

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Sr. Presidente, deve-se ao facto de o Sr. Deputado Acácio Barreiros ter referido que o PSD, no seu passado, teve por norma fugir às responsabilidades, esconder a verdade às pessoas.

O Sr. António Costa (PS): — É verdade! É o «partido da insegurança alimentar»!

O Orador: — Esta situação é uma ofensa à honra da nossa bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas peço-lhe que seja breve, por favor, para podermos prosseguir os nossos trabalhos.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, com toda a consideração que a sua intervenção me merece pelo conteúdo positivo que a mesma possa conter e que, objectivamente, não conseguimos descortinar, queria dizer-lhe que não é cultura de quem foge oferecer-se e disponibilizar-se para, de imediato, vir ao Parlamento prestar esclarecimentos sobre esta matéria, como o fez o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que hoje mesmo, às 17 horas, vem à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para prestar todos os esclarecimentos sobre esta matéria.

Protestos da Deputada do PS Maria Santos.

Isto é de quem não tem medo, não se esconde e não foge perante as responsabilidades!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por outro lado, Sr. Deputado, queria lembrar-lhe que, em matéria de responsabilidade, não temos por norma tentar procurar reverter as responsabilidades e fugir.

Foi o Sr. Deputado quem afirmou que estes métodos que agora estão a ser aplicados permitiram descobrir a presença desta substância que é proibida em termos europeus. Pois bem, foi este Ministro quem, tomando conhecimento dos resultados das análises da Direcção-Geral de Veterinária, de acordo com os novos métodos, tornou pública esta situação. Não fugiu à responsabilidade, mas também não mentiu aos portugueses; não disse que sabia, quando não sabia; não podia dizer que conhecia, quando não conhecia, nem podia assumir responsabilidades de matérias que era obrigatório o director-geral comunicar à tutela, por uma questão de respeito.

Portanto, o Ministro não foge, este Governo não fuga! Assumiu publicamente suas as responsabilidades e a vinda do Sr. Ministro, hoje, aqui, não é uma atitude de quem está em fuga mas, sim, uma atitude de quem enfrenta as responsabilidades e, perante elas, fala verdade ao País.

Falar verdade é uma atitude essencial e pedagógica nesta matéria.

O Sr. José Magalhães (PS): — Pois é!

O Orador: — Criar, nos portugueses, ilusões sobre matérias desta responsabilidade não nos parecia a forma mais adequada, e a presença do Sr. Ministro aqui é uma prova inequívoca dessa atitude de responsabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros, para dar explicações. Peço-lhe que se contenha dentro do tempo utilizado para a defesa da honra.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marco António Costa, antes de mais, queria dizer-lhe que ouvi com atenção essa sua afirmação de que estão absolutamente abertos a uma total transparência. Portanto, espero que a maioria de que faz parte viabilize, em primeiro lugar, o requerimento que entreguei na Mesa para um debate de urgência, o mais depressa possível, aqui no Plenário, com a presença do Sr. Ministro,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto! Essa é que é a prova!

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Já cá vem hoje!

O Orador: — ... como também espero que, hoje mesmo, na Comissão de Agricultura, os senhores viabilizem a audição pública que vamos propor, não apenas a do Sr. Ministro, que é muito útil, mas também a do Sr. Secretário de Estado e de outras personalidades, como o Sr.

Diretor-Geral, por exemplo, que podem dar informações muito importantes nesta matéria.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — O Director-Geral tem de se defender, depois de ter sido atacado!

O Orador: — Sr. Deputado, finalmente, queria dizer-lhe, não querendo ser injusto, que a verdade é que os senhores nunca reconheceram — nunca vi uma posição pública do PSD nessa matéria! — a forma profundamente errada como geriram a questão da «doença das vacas loucas», há uns anos atrás.

Vozes do PS: — Essa é a verdade! Esconderam!

Vozes do PSD: — Oh!...

O Orador: — E exactamente por não o terem feito — permita-me que o diga, pois esta é a minha opinião — é que, agora, estão a trilhar um caminho muito parecido.

Protestos do Deputado do PSD Guilherme Silva.

E quando falo em assumir responsabilidades, na minha opinião — mas estarei enganado, já vi que não é esta a do Sr. Deputado —, é porque um Ministro é responsável político por tudo,...

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Por falar a verdade aos portugueses!

O Orador: — ... por tudo o que se passa no seu Ministério.

Protestos dos Deputados do PSD Fernando Penha e António Montalvão Machado.

Invoquei aqui, e fi-lo com orgulho, sinceramente — e o Sr. Deputado com certeza que conhece e reconhecerá que nisso tenho razão —, atitudes de ministros do Partido Socialista que, em situações graves, nas quais também não tinham qualquer responsabilidade pessoal, como, aliás, em inquérito, se veio a demonstrar, entenderam que, para uma boa relação, uma relação de verdade entre instituições democráticas, uma relação de confiança entre o governo e os cidadãos, deviam dar a cara e assumir responsabilidades,...

O Sr. José Magalhães (PS): — É claro!

O Orador: — ... por ter sido neles que as pessoas votaram e serem eles que estavam a representar o povo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É esta a nossa grande diferença, Sr. Deputado!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, na sua declaração política, trouxe hoje ao Plenário uma questão extremamente importante, do nosso ponto de vista. É importante, desde logo, porque estamos a falar de segurança alimentar e, em segundo lugar, porque estamos a falar de saúde pública.

O Sr. Deputado sabe — aliás, recordou as suas funções e, portanto, lembrar-se-á — quantas vezes, no passado, Os Verdes pressionaram e chamaram a atenção para a importância de uma agência de segurança alimentar, pois era manifestamente uma lacuna no nosso país. E se é verdade, Sr. Deputado, que é óbvio ser importante, desde já, começar por ouvir o Sr. Ministro com a tutela directa nesta matéria e toda a cadeia responsável pelo silenciamiento escandaloso sobre esta questão, que foi mantido ao longo dos meses, parece-me haver outras respostas que têm de ser dadas. Tem de ser dito, nomeadamente, se a despistagem foi feita numa área geográfica ou se foi em todo o País; tem de ser dito, por exemplo, quais foram os valores detectados de nitrofuranos nos casos concretos; tem de ser dito que outras substâncias foram ou não identificadas; tem de ser dito, nomeadamente, o que foi feito em relação à cadeia alimentar. Isto, além do mais, porque, ao que sabemos, nada foi retirado das grandes superfícies, do mercado, ou seja, isto significa que podemos continuar, tal como estávamos, a consumir alimentos com substâncias perigosas, neste caso, com substâncias cancerígenas, pondo em risco a saúde pública.

Mas, Sr. Deputado, há uma pergunta que gostaria de fazer-lhe. Parece-me óbvio que a responsabilidade directa é do Ministro da agricultura, mas parece-me também que há um silêncio demasiado escandaloso: refiro-me ao Sr. Ministro da Saúde, porque não entendo, verdadeiramente, como é que numa questão destas o Ministro da Saúde pode estar pura e simplesmente distraído, como se a questão não lhe dissesse respeito.

Estamos a falar de nitrofuranos e é evidente que estamos a falar da necessidade de fazer uma avaliação do risco em resultado, por exemplo, daquilo que podem ser as consequências da ingestão deste produto e o silêncio do Ministro da Saúde pesa sobre isto, como pesam, aliás, o seu silêncio e as suas palavras sobre o saber em que medida é que esta substância (que não sabemos há quanto tempo circula) pode, ou não, ter alterado o panorama da morbidade.

Portanto, quanto a estas questões, pergunto-lhe, do seu ponto de vista, em termos de saúde pública, se podem ou não ser suficientemente relevantes para que os cidadãos portugueses tenham mais do que um «silêncio distraído» e inaceitável do Ministro da Saúde, sendo esse um esclarecimento que falta nesta matéria.

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara que o Sr. Deputado Acácio Barreiros comunicou à Mesa que responderá conjuntamente aos restantes pedidos de esclarecimento. Dou, por isso, a palavra ao Sr. Deputado Miguel Paiva.

A Sr.^a Rosa Maria Albernaz (PS): — Não se meta nisto, Sr. Deputado Miguel Paiva!

O Sr. Miguel Paiva (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, V. Ex.^a disse que, provavel-

mente, consideraríamos um exagero a questão que aqui suscitou.

Com toda a sinceridade, devo dizer-lhe que, precisamente porque consideramos que este é um problema sério e preocupante, entendemos que ele devia ser tratado de forma séria, não demagógica, não procurando fazer aqui uma encenação...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... com o mero intuito de tirar dividendos políticos que aqui são perfeitamente descabidos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — De facto, o que importa discutir, Sr. Deputado, são as medidas concretas que visam salvaguardar a saúde pública, bem como o interesse e os direitos dos consumidores. Temos de saber se elas são suficientes ou insuficientes, se é necessário ou não tomar mais medidas, e é para isso que aqui estamos e é desse ponto de vista que considerámos que o debate se devia fazer.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Designadamente, temos de saber se o sequestro de todas as unidades envolvidas é ou não uma medida suficiente e de aplaudir; se a intensificação da recolha de amostras, não só na produção mas também no comércio, é ou não uma medida necessária e pertinente; se a divulgação pública desta informação é, também ela, uma medida de salvaguarda do interesse público, da saúde pública. E aqui, V. Ex.^a, naturalmente, colocará a questão da divulgação não só do resultado das análises mas do nome das empresas envolvidas.

Como reconhecerá, trata-se de uma questão que não é líquida, que admite com a mesma validade posições num e outro sentido. Devo dizer-lhe, em termos meramente pessoais, que não me repugna que, de facto, assim fosse, ou seja, que fossem divulgados esses nomes, mas a verdade é que também não podemos esquecer que, neste momento, não estamos só perante medidas de responsabilização meramente administrativa, estamos perante processos criminais, onde caberá ao próprio juiz decidir se, em face do segredo de justiça, é ou não de divulgar esses nomes e resultados.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — É isso mesmo!

A Sr.^a Maria Santos (PS): — O que está em causa é a saúde pública!

O Orador: — Parece-nos que, tendo em vista a questão pública, naturalmente determinante e que se sobrepõe a tudo o resto, seria de discutir este assunto, designadamente, como aqui foi dito e muito bem, com o Sr. Ministro,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Claro!

O Orador: — ... que, de forma pronta, se dispôs a vir cá.

Pergunto, Sr. Deputado, se não lhe parece que seria de colocar essas questões e muitas outras ao Sr. Ministro, discutir com ele, preocuparmo-nos com as medidas concretas para resolver esta situação e, depois, sim, se de facto V. Ex.^a, nesse lugar próprio, não conseguisse os seus propósitos, então, colocar a questão em termos de declaração política.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Agradeço-lhe que conclua.

O Orador: — Vou concluir, já, Sr. Presidente.

Parece-nos que a destruição de todas as aves comprovadamente envolvidas — e recordo que estamos a falar de 1,2 milhões de aves —, o reforço das investigações, a responsabilização administrativa, mas também, e sobretudo, criminal, são de facto medidas que vão no bom caminho, e, portanto, V. Ex.^a concordará comigo em que são medidas sensatas e adequadas.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Acácio Barreiros, o tema que trouxe hoje à discussão neste Plenário, sobre segurança alimentar e saúde pública, é extremamente interessante, mas, por outro lado, é também preocupante, dadas as situações últimas de que temos conhecimento, e refiro-me não só às aves mas também às outras que em semanas anteriores foram abordadas, também relativas a vários produtos alimentares à venda no mercado e que contêm substâncias que não são próprias e são prejudiciais à saúde pública.

Naturalmente, todos o sabemos, em sede de Comissão de Agricultura, num grupo de trabalho que formámos, têm vindo à colação várias matérias, nomeadamente a venda de produtos químicos e farmacêuticos para animais, que podem ter, e têm, naturalmente, repercussões na saúde humana, alguns dos quais são clandestinos. Trata-se de um mercado com 80 milhões de euros de envolvência e estima-se que, nos medicamentos clandestinos, envolverá cerca de 40 % mais, pelo que há uma necessidade absoluta e urgente, da parte deste Governo, da parte de todos os governos, de se combater, digamos, esta chaga, que é a venda de produtos farmacêuticos clandestinos, que têm, como disse, repercussões na saúde humana.

Mas voltemos à situação das aves e a esta questão em concreto, para lhe suscitar dois aspectos que, para nós, também são preocupantes.

Em primeiro lugar, gostava de saber se teve conhecimento, e até agora isso não foi desmentido, de que as análises relativas a esta questão remontam a Novembro do ano passado. São passados vários meses sobre esse facto, pelo que há, certamente, milhões de aves que já foram consumidas no nosso país, se tivermos em linha de conta que estes animais entram no mercado alimentar num período entre 5 e 6 semanas.

Portanto, trata-se de uma situação deveras preocupante e, estando a ser tratada neste momento, o sequestro, se

calhar, não resolve toda a situação, sendo necessário também que as aves que estão no mercado, nomeadamente em hipermercados e em supermercados, sejam retiradas, porque podem, efectivamente, provocar danos à saúde humana.

A questão que lhe quero colocar muito concreta, neste campo, é a seguinte: o Sr. Deputado não crê que se torna necessário um reforço das autoridades sanitárias, quer a nível da Direcção-Geral de Veterinária, quer a nível da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar, para que, efectivamente, em tempo útil, estas situações se possam prevenir e não resolver *a posteriori*?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, dispondo de um máximo de 5 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de mais, agradeço as questões que colocaram.

Começando pela Sr.^a Deputada Isabel Castro, estou totalmente de acordo com a análise que fez e, sobretudo, naquilo que foi uma falha minha, que é o não ter incluído o Sr. Ministro da Saúde nos silêncios muito preocupantes para a sociedade portuguesa, que existem quanto a esta matéria.

O Sr. José Magalhães (PS): — Onde estará esse Ministro?!

O Orador: — Além do Sr. Ministro da Economia e do Sr. Ministro que diz tratar dos assuntos dos consumidores, é evidente que o Sr. Ministro da Saúde tem, nesta matéria, uma palavra da maior importância a dizer, tal como a Direcção-Geral da Saúde, dado que têm, eles próprios, responsabilidades directas nesta matéria, em áreas essenciais de fiscalização.

Quanto ao que referiu o Sr. Deputado Miguel Paiva, vou dizer-lhe o seguinte: a minha interpretação, pelas consultas que fiz, e consultei vários juristas — eu não sou jurista mas também não podemos ser todos —,...

O Sr. Miguel Paiva (CDS-PP): — Graças a Deus!

O Orador: — ... é a de que estou convencido de que não há aqui qualquer matéria de segredo de justiça.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Há um acto administrativo, que é, aliás, decidido pela autoridade sanitária, na pessoa do Sr. Director-Geral de Veterinária, e esse acto administrativo pode e deve ser divulgado. Agora, pode depois seguir-se um outro acto, nomeadamente comunicações ao Ministério Público e actos de natureza criminal, mas isso é posterior.

Mas digo-lhe até mais uma coisa, e desculpe-me a imodéstia, Sr. Deputado: se eu fosse Ministro da Agricultura, ainda que estivesse de acordo com o Sr. Deputado, divulgava essa informação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Divulgava na mesma o nome das empresas com responsabilidades nesta matéria, porque, de facto, é inaceitável que, por exemplo, o Sr. Primeiro-Ministro estivesse aqui — enfim, estivemos cá todos —, na passada quinta-feira, a explicar as razões do Governo ou o que ele pensava serem as razões do Governo e, ao mesmo tempo, nos supermercados, os cidadãos estivessem a fazer compras sem terem informação sobre se aquela carne vinha de um produtor onde, entretanto, tinha sido detectada a situação grave e, portanto, se ele seria ou não alvo do sequestro. Isto é da maior gravidade!

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Na minha opinião, quem coloca em primeiro lugar a questão da saúde pública devia divulgar essa informação, exactamente por razões de saúde pública, como já lhe disse, mas também por respeito por aqueles produtores que cumpriram as regras, que estiveram sujeitos, aliás, a concorrência desleal...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... por parte daqueles que recorrem a essa substância, os nitrofuranos, e que, ainda por cima, agora, arriscam-se a ir para o fundo, numa ruína colectiva, arrastados pela política totalmente irresponsável do Ministério da Agricultura.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao que referiu o Sr. Deputado Rodeia Machado, gostava de dizer que também estou de acordo consigo, e sei ser uma pessoa bastante interessada nas matérias que se referem à fiscalização, mas o actual Governo não pensa do mesmo modo.

O actual Governo recebeu do anterior a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar praticamente constituída, ou seja, estavam ouvidos os sindicatos, escolhidos os funcionários, sabia-se quais eram as verbas que saiam do Ministério da Agricultura, do Ministério da Economia, do Ministério da Saúde, enfim, estava praticamente constituída. Entendeu o anterior Governo — e, quanto a mim, bem — que, dado que estávamos em processo eleitoral, não iria constituir a Agência e nomear a direcção imediatamente, deixando isso para o governo seguinte. O actual Governo, que gosta de se gabar de ser muito despachado,...

Risos do PS.

... andou 10 meses com este processo que recebeu do governo anterior e, ao fim de 10 meses, deitou-o para o lixo, nomeou uma outra comissão instaladora e deu-lhe mais 180 dias para voltar a fazer uma lei orgânica, que, entretanto, já tinha sido elaborada.

O Sr. José Magalhães (PS): — Exemplar!

O Orador: — Isto com uma diferença essencial: enquanto, para o anterior governo, a Agência para a Quali-

dade e Segurança Alimentar, no que se refere à área sobre a responsabilidade dos consumidores, passava a ter também a inspecção, este Governo voltou à fórmula antiga, isto é, cedendo a *lobbies* bem conhecidos e a pressões do interior dos ministérios, deixou ficar a inspecção no Ministério da Agricultura, voltando a cometer o mesmo erro de ter as inspecções junto aos serviços que são responsáveis pela produção, onde reside, aliás, como todos os analistas já demonstraram, uma das principais dificuldades para termos uma inspecção eficaz.

Aplausos do PS.

Portanto, Sr. Deputado, o que se passa hoje é que estamos na mesma. Se o Sr. Ministro da Agricultura quiser, de facto, arrancar com uma acção de fiscalização, tem de combinar com o Sr. Ministro da Economia e com o Sr. Ministro da Saúde e tem de acertar as coisas entre vários directores-gerais, ou seja, não tem à sua disposição, porque a deitou fora, a possibilidade de ter uma inspecção vertical, verdadeiramente centralizada, com competência e que fosse um órgão de polícia criminal. Foi por isso que o anterior governo se bateu e foi isso que os Srs. Deputados do PSD e da maioria e o Governo deitaram fora. Mas, Sr. Deputado, parece-me, sinceramente, que isso vai custar-nos muito, muito caro.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, informo que, atendendo ao manifesto interesse desta questão, autorizei, a título excepcional, a realização de uma reunião da Comissão de Agricultura, com a presença do Sr. Ministro da Agricultura, a partir das 17 horas de hoje.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Espero que os grupos parlamentares assegurem o quórum de funcionamento da sessão plenária, já que admito que esta questão interesse muito aos parlamentares.

Também para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Decorreu pouco mais de uma semana desde a publicação, em *Diário da República*, da Lei n.º 34/2003, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território nacional. Matéria importantíssima, esta alteração legislativa constitui uma verdadeira reforma estrutural do Estado — mais uma, promovida pelo Governo desta maioria, desta feita no âmbito da Administração Interna.

É sabido o carácter verdadeiramente prioritário que o CDS-PP concedeu às questões da imigração, sempre com muito realismo, sempre sem falsas questões. Ao longo dos anos, temo-nos batido, dia após dia, pelo seu possível aperfeiçoamento legislativo, com vista ao desenvolvimento de uma política de imigração humanista, é certo, mas também profundamente realista. E é por isso que hoje verificamos com muito agrado que a nova Lei n.º 34/2003 consagra no texto o que o Governo prometeu em progra-

ma, sempre assente, no essencial, em três pilares fundamentais.

O primeiro pilar é o do rigor na entrada de cidadãos estrangeiros em território nacional.

Portugal é um país de dimensão territorial reduzida e com escassos recursos — com pena nossa, é certo, mas é um facto. E, por isso, a menos que pretendamos adoptar um discurso de evidente demagogia, temos de reconhecer que, por muito boa vontade que tenhamos, não podemos acolher todos quantos queiram fixar-se em território nacional.

Na legalização da entrada impõe-se, por isso, como critério, a conciliação das reais necessidades do País com a nossa capacidade de acolher e bem tratar todos quantos queremos receber. A nova lei — queremos crer — consagra esta nova realidade.

Compreenderão, estamos certos, o carácter verdadeiramente prioritário desta medida. Portugal vive tempos difíceis que o Governo da maioria tenta ultrapassar, com muito esforço de todos os portugueses, com medidas de muito rigor, com sacrifício óbvio para muitos.

Sr. Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Reflexo destes tempos difíceis é, naturalmente, a situação do desemprego, que, conforme todos sabemos, tem vindo a aumentar. E é bom de ver como, no passado recente, tínhamos razão, quando acusávamo-nos a demagogia de alguma esquerda — pseudo-humanista, diríamos — que queria abrir fronteiras a todos quantos quisessem entrar no território nacional, que queria legalizar e regularizar extraordinariamente, tantas vezes quantas as necessárias, a situação dos ilegais existentes em território nacional. Dissemos, então, como confirmamos hoje, que seria um erro; dissemos, então, que Portugal não poderia, e não pode, com toda a boa vontade que tenha, acolher toda a gente.

Mais regularizações extraordinárias de ilegais, como, por exemplo, o Bloco de Esquerda requeria, só resultariam em manifesto prejuízo para os próprios nacionais, por uma razão óbvia: o mercado de emprego não é inesgotável, por muito que o queiramos, e não é inesgotável num país com as características de Portugal.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É desejável que trabalhadores e quadros nacionais e oriundos de fora da União Europeia possam trabalhar em conjunto, numa lógica integrada e de sã convivência, e isso só pode suceder desde que os trabalhadores e os quadros nacionais percebam que o Governo protege o mercado de emprego nacional, não permitindo que este mercado seja ocupado por mais cidadãos oriundos de fora da União Europeia — já que quanto aos cidadãos da União Europeia estamos condicionados pela legislação comunitária — do que aqueles de que o País efectivamente carece.

A nova lei, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, acolhe esta preocupação. Em primeiro lugar, revogou o anterior regime jurídico de autorização de permanência, salvaguardando, necessariamente, como é óbvio, os direitos adquiridos de quem já beneficiava desta figura. Terminou-se com a existência de uma figura híbrida, que conferia aos imigrantes um estatuto precário, porquanto sendo renovável anualmente apenas o seria por um máximo de

cinco anos. Agora, em contrapartida, a legalização da entrada passa a ter em conta as reais necessidades do País.

A legalização na entrada terá de se reportar, necessariamente, a um relatório aprovado anualmente, com recurso a dados de múltiplas entidades, numa lógica multidisciplinar, com base na concessão de vistos de trabalho ou autorizações de residência. Só assim se poderá garantir que os cidadãos portugueses tenderão a ver nos estrangeiros que cá trabalham alguém útil e de que o País precisa e não um concorrente directo, num mercado concorrencial e, como hoje, ainda que conjunturalmente, em situação de crise. Promove-se, assim, a efectiva imigração legal mas, mais do que isso, consagra-se uma ideia: a de que só promovendo imigração legal, assente em regras claras, e não casuísticas, com muito rigor, se pode combater eficazmente a outra imigração, a imigração ilegal.

Aplausos do CDS-PP.

O segundo pilar da nova legislação é o da humanidade no acolhimento. Se recebemos, temos a obrigação de receber bem e se, para além disso, acolhemos em nosso benefício, temos a obrigação de integrar, facultando a quem contribui para o nosso desenvolvimento o mesmo que, na medida do possível, concedemos aos cidadãos nacionais. Assim se comprehende que, para efeitos de efectiva humanização no acolhimento, só nos possamos reportar à imigração que seja legal. Não podemos dar-nos ao luxo, como pretendem alguns, com lamentável demagogia, de reclamar a legalização de todos, mas ao mesmo tempo, por manifesta impossibilidade, não podermos dar-lhes cuidados de saúde, cuidados de educação, cuidados de apoio social, ou seja, todos os cuidados que concedemos aos cidadãos nacionais.

O terceiro e último pilar é o combate firme às redes de tráfego de pessoas e às que promovam a imigração ilegal. A aposta neste pilar é clara e a mensagem também: a exploração da miséria humana não será admitível em nenhuma circunstância.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Na nova lei não só se aumentam genericamente as coimas anteriormente prevista como se prevêm e diversificam tipos criminais, como, por exemplo, o auxílio ao tráfico de cidadãos ilegais com intenção lucrativa. Assim se vê a firme disposição de o Governo combater todos quantos se propõem obter lucros à custa do sofrimento alheio. Por outras palavras — e terminando —, acolhe-se hoje, pela via legislativa, uma solução que consagra efectivo rigor na entrada mas que é humanista na integração.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Como sempre defendemos, ontem no CDS-PP, hoje na maioria — e como, de resto, tem alertado, e bem, o Comissário Europeu, António Vitorino —, este é o caminho com regras, com humanismo, a bem de Portugal.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como há vários inscritos para pedidos de esclarecimento, aviso que se porventura prolongarem muito este debate fá-lo-ão em prejuízo do orador inscrito para, a seguir, fazer a sua declaração política, que é o Sr. Deputado Bruno Dias.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, quero dizer-lhe que fez muito bem em vir aqui recordar algumas das promessas que o Governo fez, porque isso nos permite analisar aqui o grau de cumprimento das mesmas.

Sr. Deputado, gostava de lhe fazer algumas perguntas directas. Em primeiro lugar, sabe o Sr. Deputado dizer-nos quanto imigrantes ilegais existem hoje no nosso País?

Todos os observadores, associações de imigrantes e até entidades oficiais, sabem — têm-no dito — que, hoje em dia, há dezenas de milhares de imigrantes ilegais. Sabe o Sr. Deputado dizer-nos exactamente quantos são? É que isso permitirá responder que, de facto, a garantia dada pelo Governo de que iria controlar o fenómeno da imigração ilegal não foi cumprida.

Sabe também o Sr. Deputado dizer-nos quais as condições em que esses imigrante ilegais se encontram? É que, conforme tudo indica, as condições em que eles se encontram são bem piores do que aquelas em que se encontravam no passado, porque hoje a possibilidade de legalização desses imigrantes ilegais é muito menor do que aquela que existia, o que significa que hoje estão mais nas mãos das máfias e do crime organizado.

Sabe também o Sr. Deputado dizer-nos para quando a resolução dos problemas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, que têm impedido que haja paz social dentro do SEF e que impedirão que este cumpra cabalmente as suas funções? É que, como o Sr. Deputado sabe seguramente, já houve greves e o SEF participou na última manifestação de elementos das forças de segurança, por motivos de insatisfação. Não é que eles queiram «mundos e fundos», é porque, simplesmente, pedem melhores condições para trabalhar e essas condições não lhes têm sido fornecidas pelo Governo.

Sabe dizer-nos também, Sr. Deputado, o que é feito da promessa que o Governo fez de criação de novos consulados em países de origem dos imigrantes, para facilitar a vinda destes para Portugal? Onde é que está o consulado da Ucrânia e os outros que foram prometidos? Já foram constituídos? Estão em constituição? Quando serão constituídos?

Sr. Deputado, quero deixar-lhe um último comentário. A situação, no que diz respeito à situação ilegal, é hoje pior do que quando este Governo iniciou funções. Há mais imigrantes ilegais, há imigrantes ilegais em piores condições e há mais imigrantes ilegais nas mãos do crime organizado.

Para além disso, esta lei vem criar condições de rigidezificação do regime legal, que irão impedir que o Governo possa resolver muito desses problemas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de terminar.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

A última pergunta que lhe deixo, Sr. Deputado, é esta: o que é que o Governo vai fazer às dezenas de milhar de imigrantes ilegais que estão hoje no País? Vai expulsá-los todos?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, deseja responder a cada uma das questões ou responde no fim?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Respondo questão a questão, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra. Dispõe, no máximo, de 3 minutos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vitalino Canas, verifico, desde logo, algo de espantoso: V. Ex.^a deve ter dons premonitórios.

Diz-nos o Sr. Deputado que há dezenas de milhar de imigrantes ilegais. Pois bem, se são ilegais, é suposto não se saber quem são, a menos que o Sr. Deputado ou saiba ou tenha dons premonitórios.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Pergunte ao Sr. Comissário que ele diz-lhe!

O Orador: — Devo dizer-lhe, Sr. Deputado, que, quanto aos imigrantes ilegais, vou aceitar a palavra do Sr. Deputado na qualidade de fonte, não sei se bem ou mal informada mas de fonte que pressupõe situar-se o seu número nas dezenas de milhar. Vamos até admitir que se situe nas dezenas de milhar o número de imigrantes ilegais que actualmente trabalham em Portugal.

No entanto, Sr. Deputado, uma coisa que sei também é que destas dezenas de milhar de imigrantes ilegais estimados pelo Sr. Deputado, muitos são já os que passam fome, muitos são já os que mendigam, muitos são já os que, para fazer face à sua sobrevivência, são obrigados a enveredar pelo mundo da criminalidade e a roubar para comer.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Vão expulsá-los, então?

O Orador: — E sabe porquê, Sr. Deputado? Por causa dessa profunda demagogia, dessa política pseudo-humanista de «porta aberta», em que, por um lado, Deputados como V. Ex.^a vêm para aqui criticar o Governo porque o desemprego aumenta — e se aumenta é porque, naturalmente, o mercado de trabalho não consegue dar resposta a todos quantos querem trabalhar — e, ao mesmo tempo, defender uma política de «porta aberta», como que dizendo: «bom, venham todos, estamos cá para vos acolher, não há problema nenhum, isto é o país das maravilhas, podemos receber toda a gente».

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

É evidente, Sr. Deputado, que isto não pode ser!... O Sr. Deputado sabe que isso não faz sentido e por isso compreenderá que, nesta política em que temos de ser

muito realistas, não o oíçamos, apesar de, em alguns momentos, também ouvirmos outros socialistas, que o Sr. Deputado não ouve porque, porventura, estão longe. E, mais uma vez, dou-lhe o exemplo do Sr. Comissário António Vitorino,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Mal citado!

O Orador: — ... que, nesta matéria, tem um discurso nos antípodas do de VV. Ex.^{as}!...

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Está totalmente enganado!

O Orador: — O Sr. Comissário António Vitorino é hoje o primeiro a chamar a atenção para a necessidade de se combater a política de «porta aberta», o estabelecimento de verdadeiro rigor de entrada no espaço comunitário, sob pena de, amanhã, vermos a União Europeia a braços com problemas gravíssimos de desemprego, que afectarão, naturalmente, aqueles que vêm e não têm condições para ficar, mas também, como é óbvio, os cidadãos da União Europeia que querem trabalhar e não têm emprego.

Por último, Sr. Deputado, devo dizer-lhe que é profundamente desumano esse pseudo-humanismo que o Sr. Deputado quis aqui trazer com a sua intervenção. Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque, infelizmente, os nossos recursos são falíveis e se acolhemos toda a gente, depois, relativamente às famílias, aos descendentes, aos próprios, queremos dar-lhes educação mas não podemos, porque os nossos estabelecimentos escolares não o permitem, porque não têm dimensão, não têm verba, não têm meios; queremos dar-lhes cuidados de saúde mas não podemos, porque os hospitais «estão a rebentar pelas costuras»; queremos dar-lhes apoio social e não podemos, porque não temos como.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — E ainda não respondeu!...

O Orador: — Termine já, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, onde é que está o seu humanismo? Isso não é humanismo, é «deshumanismo» e não será com regularizações extraordinárias que iremos resolver o problema.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, não irei entrar no debate sobre a lei da imigração — teremos essa oportunidade, mais do que uma vez, nos próximos tempos —, mas gostava de fazer-lhe algumas perguntas muito concretas, pois talvez o Sr. Deputado consiga esclarecer-nos sobre aquilo que, nesse âmbito, o Governo ainda não nos esclareceu.

Em primeiro lugar, em relação aos imigrantes ilegais, que, pode crer, são seguramente dezenas de milhar, como é observado por numerosas organizações, o Ministro da Administração Interna já teve várias posições. Uma delas foi a de que todos seriam conduzidos à fronteira, uma segunda foi a de que apenas parte deles seria conduzida até à fronteira e uma terceira foi a de que, eventualmente, sairiam todos, mas com prioridade numa admissão futura.

Neste momento não sabemos qual é a política do Governo, o que é que vai fazer em relação aos imigrantes clandestinos em Portugal, qual a atitude que irá tomar. Optará pela que decorre da lei, a expulsão pura e simples?

Segunda questão, Sr. Deputado: o Governo prometeu que na versão final do decreto autorizado seria reduzido o prazo para o reagrupamento familiar. Na verdade, essa promessa, na qual, aliás, o Partido Socialista punha muitas expectativas, não foi cumprida e continua a ser necessária a permanência por um mínimo de cinco anos no País até à concessão de uma eventual autorização de residência, mais um ano para pedir o reagrupamento familiar e ainda mais um ano, que é o tempo da demora técnica da concessão desse pedido. Ou seja, serão necessários sete anos para um eventual reagrupamento familiar, questão que, como sabe, é altamente criticada por muitas organizações de imigrantes e também por organizações católicas.

Sr. Deputado, por que é que o Governo não manteve a promessa de baixar esse prazo? Quais os fundamentos? Qual a justificação?

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, acabou-se com a autorização de permanência, que era um título precário. No entanto — não sabemos e a lei, na sua versão final, não nos esclarece —, a autorização de permanência é substituída por que instrumento jurídico? Qual é o vínculo do cidadão estrangeiro ao País?

Há aqui um vazio legal, sobre o qual, até agora, o Governo não se encarregou de nos esclarecer. Porventura, o Sr. Deputado melhor o fará.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, continuemos então a presumir que o número de imigrantes ilegais se conta por milhares. Vamos presumi-lo, vamos valer-nos desses dons premonitórios — temos aqui a fonte Sr. Deputado Vitalino Canas, agora reforçada por V. Ex.^a.

Sr. Deputado, eu sei que aquilo que o Bloco Esquerda defende são sucessivas regularizações extraordinárias dos cidadãos que estão ilegalmente a trabalhar em território nacional. No entanto, julgo que o Sr. Deputado tem consciência do primeiro efeito de uma regularização extraordinária, aliás até mesmo do simples anúncio de um processo de regularização extraordinária. O primeiro efeito é que todos os cidadãos que se encontram a trabalhar ilegalmente na União Europeia, mais ainda nas imediações de Port-

tugal, afluirão à fronteira portuguesa para tentar beneficiar dessa regularização extraordinária, sabendo que, uma vez regularizados aqui, poderão depois trabalhar em todo o espaço comunitário.

Esse é o primeiro efeito, que é profundamente perverso, porque, digo-o desde já, Sr. Deputado, anúncios de regularizações extraordinárias isoladas no espaço comunitário são profundamente perniciosas e resultam em prejuízo, desde logo, do país que o anuncia.

Perguntou-me o Sr. Deputado o que é que nós defendemos. Ó Sr. Deputado, nós, CDS-PP — como convirá, Sr. Deputado, eu não estou aqui para falar pelo Governo, nem posso fazê-lo —, defendemos aquilo que a lei consagra, ou seja, rigor na entrada, humanismo na integração.

Se o cidadão estrangeiro, imigrante naturalmente, aceite ao território nacional e está nele a trabalhar de forma legal, a esse cidadão, com todo o humanismo, deve ser dado tudo o que se dá a um cidadão português. A esse cidadão, que cumpre as regras e está a trabalhar em território nacional, deve ser também dado esse apoio. Mas relativamente a todos os outros que cá estão a trabalhar de forma ilegal, como o que se pede é o tal rigor na entrada, se não fomos rigorosos na entrada há que apontar-lhes a porta de saída. É tão simples como isto, Sr. Deputado.

É que também me parece muito pouco justo que numa situação de crise, que o Sr. Deputado tanto apregoa, já que se queixa dos impostos que os portugueses pagam, dos sacrifícios que os portugueses fazem e de muito mais, admite depois que estejam em território nacional pessoas que trabalham e não pagam impostos, que existam entidades patronais que lhes pagam e não descontam por isso. Daí o pseudo-humanismo de permitir-se que, em Portugal, pessoas vivam em situação tão precária. Não pode ser! Portugal, por muito que o Sr. Deputado queira, é um país pequeno, com poucos recursos.

Por muito que o Sr. Deputado se queira arvorar em Madre Teresa de Calcutá, dizer que quer ajudar todos os povos do mundo e que podem vir todos para Portugal, porque todos vão ter uma oportunidade de emprego, não vai conseguir porque vai prejudicar os que cá vivem e trabalham e, pior do que isso; vai tratar mal aqueles que diz que quer receber, porque não temos condições para receber toda a gente.

Portanto, Sr. Deputado, temos de ser claramente rigorosos. As regras são-nos apresentadas por um relatório anual, que é definido com base em pareceres de sindicatos, de entidades patronais, mas não só. Define-se aquilo que Portugal efectivamente precisa em termos de emprego e, a partir daí, acolhemos as pessoas que, de acordo com essa previsão, possamos acolher. Mais do que isso, não.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

A propósito do reagrupamento familiar, como o Sr. Deputado sabe, das várias possibilidades que numerosas recomendações comunitárias aconselham, esta nova lei acolhe aquela que é a solução mais permissiva. Ou seja, ao fim de um ano de trabalho de um cidadão estrangeiro é-lhe permitido o reagrupamento familiar.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sete anos!

O Orador: — Não, Sr. Deputado, agora é um ano. E o Sr. Deputado sabe que há países da União Europeia em que esse prazo é de três anos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, é de um grande descarramento o CDS-PP vir aqui falar em políticas de «portas abertas», porquanto a lei anterior, não esta que foi agora publicada, foi viabilizada pelo CDS-PP, nesta Assembleia,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro!

O Orador: — ... porque se afirmava contra uma política de «portas abertas». Então, os senhores viabilizaram a lei e agora vêm dizer que era uma lei de «portas abertas»?! Não era, Sr. Deputado!

O Sr. José Magalhães (PS): — Têm amnésia!

O Orador: — Não era uma lei de «portas abertas», embora tivesse algumas «válvulas de escape» com que a lei agora publicada até acaba.

O Sr. Deputado sabe que a imigração ilegal aumenta em Portugal (e toda a gente reconhece que ela tem vindo a aumentar) precisamente porque há uma política de «portas fechadas» que condena os imigrantes à ilegalidade.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Todos queremos imigração legal, Sr. Deputado. A imigração legal não é problema. O problema que temos de resolver diz respeito à imigração ilegal e os Srs. Deputados querem condenar os imigrantes à ilegalidade, recusando qualquer possibilidade da sua legalização.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se os imigrantes não pagam impostos, a culpa é vossa, porque recusam a legalização que todos eles, seguramente, reivindicam.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado, é muito preocupante que o discurso que aqui fez e o discurso que o seu líder partidário fez no passado fim-de-semana sejam extraordinariamente próximos do discurso xenófobo da extrema-direita europeia. É preciso que isso seja dito!

Aplausos do PCP e do BE.

Protestos do CDS-PP.

É um discurso contra os estrangeiros, é um discurso de incitamento à rejeição dos estrangeiros por parte dos portugueses, é um discurso de culpabilização dos estrangeiros pelos problemas sociais...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Não diga isso!

O Orador: — ... que não são provocados pelos estrangeiros, mas pelas políticas erradas que o vosso Governo prossegue.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, devolvo-lhe na exacta medida a acusação de descaramento.

Como o Sr. Deputado se recordará, até porque é uma pessoa estudiosa e avisada, a lei anterior, a que diz que negocíamos com o Partido Socialista, foi capaz de prever, pela primeira vez, algo que à data o Sr. Deputado chamaava de quotas. Recorda-se?

O Sr. António Filipe (PCP): — E chamo!

O Orador: — Apontava-nos o dedo e dizia que estávamos perante uma política de extrema-direita do CDS-PP, que obrigava a uma contingência, que limitava a entrada de cidadãos estrangeiros no território nacional.

O Sr. António Filipe (PCP): — E era verdade!

O Orador: — Ou seja, o Sr. Deputado vem agora acusar-nos de, negociando uma lei com o Partido Socialista, termos promovido uma política de «portas abertas»,...

Vozes do PCP: — Fechadas!

O Orador: — ... esquecendo o óbvio: é que essa lei recebeu uma benfeitoria essencial que só foi possível graças a uma intervenção decisiva do CDS-PP, ou seja, a consagração da lógica de que o País só pode acolher as pessoas de que efectivamente precisa, sob pena de tratar mal todas as demais, Sr. Deputado.

Vozes do CDS-PP: — Claro!

O Orador: — Daí a dita previsão anual com base no mercado de trabalho que naturalmente condicionaria as legalizações. Mas o Sr. Deputado sabe tudo isso. E agora acusa-nos de ser de extrema-direita?!

O Sr. António Filipe (PCP): — De ter um discurso de extrema-direita!

O Orador: — Não se trata de extrema-direita, e se de extremas falássemos tínhamos de falar da esquerda. Sabe porquê, Sr. Deputado? Porque hoje grande parte, senão a maior parte, do fluxo migratório ilegal que vem para Portugal é de países de Leste,...

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Orador: — ... de países onde os senhores tiveram oportunidade de fazer maravilhas que apregoaram durante anos. No entanto, deixaram muitos povos na miséria, que agora têm de vir para Portugal para ver se sobrevivem. Percebe, Sr. Deputado?

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já tiveram oportunidade de pôr em prática esse discurso nouros sítios...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Nós?!

O Orador: — ... e, por vezes, ainda o tentam pôr em prática em Cuba (parece que sem grandes resultados) e na Coreia do Norte (também sem grandes resultados, porque, tanto quanto sei, lá também se morre de fome). Percebe, Sr. Deputado?

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Quando os argumentos faltam...!

O Orador: — Sr. Deputado, compreenda uma coisa: queremos uma política realista de entrada de imigrantes neste País, que só entrem as pessoas de que efectivamente o País precise para que, depois, possamos ser humanistas. E seremos humanistas, tratando bem aqueles que colaboraram para a nossa riqueza e para o nosso desenvolvimento, o que só será possível se os imigrantes não forem em número superior àquele que temos capacidade de acolher.

Vozes do CDS-PP: — É evidente!

O Orador: — Ou o que é que o Sr. Deputado quer? Sucessivas regularizações extraordinárias de pessoas que, depois...? Olhe, em primeiro lugar, essas pessoas telefonarão para casa e dirão que Portugal é uma «república das bananas» porque, de dois em dois anos, de três em três anos, a partir do momento em que o Partido Comunista bate com o pé no chão, o Governo faz uma regularização extraordinária e tudo se resolve.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Para além disso, essas pessoas que mostram os papéis demonstrativos da sua legalização têm de ser bem tratadas. E, porque não somos um país rico, não temos como dar-lhes o tratamento que elas merecem e a que nos comprometemos quando as legalizámos.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pequeno problema que tem de ser resolvido, que é o seguinte: o nosso boletim informativo hoje distribuído prevê um período de antes da ordem do dia para amanhã, mas trata-se de um engano, porque da sessão de amanhã faz parte um agendamento potestativo, marcado pelo Partido

Socialista, e a praxe parlamentar vai no sentido de que, nesse caso, não tenha lugar um período de antes da ordem do dia.

Por outro lado, também não está previsto período de antes da ordem do dia para a sessão da próxima sexta-feira, porque temos uma agenda carregada com diversos diplomas.

Significa, portanto, que nesta semana não haverá mais hipóteses de serem proferidas intervenções no período de antes da ordem do dia.

Julgo que isto obriga a dar a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP, mas causa transtorno ao Bloco de Esquerda, que tinha passado a sua declaração política para a sessão de amanhã, convencido de que haveria período de antes da ordem do dia.

Temos, portanto, duas hipóteses: ou abrimos um período de antes da ordem do dia na sessão de sexta-feira, o que admito seja um fardo pesado, ou, então, prolongamos um pouco o período de antes da ordem do dia de hoje para que o Sr. Deputado Bruno Dias possa proferir a sua declaração política.

Gostaria ainda de dar hoje a palavra à Sr.^a Deputada Maria do Carmo Romão, porque tem uma intervenção (espero que curta) a fazer sobre o Dia Internacional da Mulher, que, se não for feita hoje, porventura perde oportunidade.

Lamento imenso a situação e peço desculpas ao Bloco de Esquerda, que assim fica prejudicado. Procuraremos compensá-lo depois, noutra ocasião.

Para já, tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A mobilidade das populações constitui um eixo fundamental de uma política coerente de desenvolvimento integrado e sustentável. Sendo indispensável garantir este direito elementar de todos os cidadãos, é também por uma evidente razão de desenvolvimento económico e social que o País não pode prescindir de uma política correcta, justa, eficaz, para a mobilidade, transportes e acessibilidades.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O País e as áreas metropolitanas sofreram profundas transformações nas últimas décadas. Novos desafios, particularmente exigentes, têm vindo a colocar-se, com alterações estruturais nos padrões de mobilidade.

E aquilo a que temos vindo a assistir é a degradação dos serviços públicos — linhas e carreiras encerradas, circulações suprimidas, deficiente (ou inexistente) informação ao público. É a exploração dos trabalhadores do sector, atingindo a desumanidade em matéria de horários de trabalho e não só, como acontece no escandaloso caso da Fertagus.

Mas é também o encarecimento dos preços no tarifário, superiores à taxa de inflação e muito acima dos aumentos salariais. Veja-se os três aumentos que em dez meses se registaram, entre Março de 2002 e Janeiro de 2003. Uma subida de preços acumulada que corresponde a 7,6 % para o Passe L123 (o mais utilizado na região de Lisboa), ou a 7,5 % para o pré-comprado da Carris, ou ainda a 18 % para a tarifa do Metropolitano de Lisboa.

Somos o único país da Europa onde baixaram os salários reais. E somos o país da Europa onde os passageiros pagam a maior percentagem dos custos dos transportes públicos, com o preço dos bilhetes e passes.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Uma vergonha!

O Orador: — Com um salário mínimo nacional de cerca de um terço do praticado na Grã-Bretanha, por exemplo, pagamos exactamente o mesmo valor (€ 1) para comprar um bilhete de autocarro em Lisboa ou em Londres.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Há poucos meses, perante a evidência de que seriam muitos os cidadãos e as empresas a recorrer às circulares rodoviárias exteriores de Lisboa e do Porto, para evitar o congestionamento dos centros das cidades, eis que o Governo tirou um «coelho da cartola» e aí estão as portagens na CREL e na CREP — contra todas as promessas do PSD, contra tudo e contra todos. Aliás, contra quase todos, mas a favor da Brisa!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — São situações como estas que colocam em evidência a visão casuística, economicista e tacanha que tem vindo a imperar na política de transportes e acessibilidades. Não temos uma política de portagens que constitua, em igualdade e coerência, um instrumento de gestão da mobilidade digno desse nome. Temos, sim, uma orientação política que penaliza as populações e a economia e que favorece objectivamente a lógica do lucro máximo.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mais recentemente, na passada sexta-feira, o Governo anunciou um aumento de € 0,04 para o preço do gasóleo e os operadores privados de transporte colectivo vieram imediatamente a público para afirmar que, perante este aumento nos combustíveis, a resposta virá rapidamente, com a supressão de mais carreiras e serviços, nomeadamente aquelas que hoje não garantem as margens de lucro que estes procuram no seu negócio.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Muito bem!

O Orador: — No entanto, por outro lado, também é preciso recordar que para os grupos económicos e os interesses privados qualquer área de negócio é justamente isso, um negócio, com uma lógica de lucro que tantas e tantas vezes se tem sobreposto ao interesse público e à lógica do serviço público. Pois é em defesa do serviço público que o Governo tem nesta matéria o dever de intervir e impedir que as populações vejam os seus direitos e os seus interesses outra vez postos em causa.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Exactamente!

O Orador: — O que a realidade nos vem demonstrar é que, mais uma vez, o PCP tinha razão quando denunciou a estratégia errada e lesiva do interesse nacional que

tem presidido à privatização do sector dos transportes. E é bom que o Governo tire as devidas conclusões desta experiência, mantendo o que ainda existe de gestão pública, e não prossiga com a irresponsável privatização do que resta neste sector.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PCP sempre manifestou a sua solidariedade para com os utentes dos transportes e acessibilidades penalizados por esta gravosa política dos governos. Agora, de modo coerente com a posição que sempre assumimos nesta matéria, apresentamos na Assembleia da República um conjunto de projectos de lei, com os quais pretendemos contribuir para uma efectiva política de mobilidade, ao serviço de um desenvolvimento sustentável e solidário.

Assim, apresentamos um projecto de lei que visa isentar de portagem a rede viária principal de acesso e de circulação no interior das Áreas Metropolitanas. Com esta proposta, delimitamos um anel rodoviário em torno destas áreas que, no essencial, corresponde, respectivamente, ao IC18 (CREL) para Lisboa e IC24 (CREP) para o Porto, vias estruturantes que devem ficar isentas de portagens e no interior das quais nenhuma portagem deve ser cobrada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Propomos também que seja retirado o regime de portagens da Ponte 25 de Abril, pondo fim àquele que é hoje um exemplo crasso de discriminação territorial. A Ponte 25 de Abril está paga e mais que paga e não tem nenhuma alternativa para quem a utiliza. É uma política de flagrante discriminação e injustiça, a que urge pôr fim, consagrando um indispensável e elementar princípio de igualdade nas acessibilidades e rede viária metropolitanas.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Consideramos que a política de portagens tem de ter coerência, equilíbrio e justiça, não pode servir para penalizar as populações e tem de ser considerada num âmbito mais geral de uma política integrada de promoção da mobilidade, a par, designadamente, da defesa da utilização do transporte colectivo de que as políticas tarifárias são vertentes fundamentais.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Por isso, o PCP apresenta outros dois projectos de lei, referentes, neste caso, ao passe social intermodal, confirmando-o como título de transporte para a Área Metropolitana de Lisboa, recusando os ataques que lhe têm sido dirigidos pelos operadores, com o beneplácito do Governo, e consagrando o passe social como título válido em todos os operadores de transporte colectivo, públicos e privados, na respectiva área.

Só assim será possível ordenar a impraticável profusão de títulos de transporte (mais de 450 bilhetes e passes na região de Lisboa) e permitir que um único passe permita

a utilização de todos os meios de transporte colectivo — situação que, inexplicavelmente, hoje não acontece.

Com este projecto de lei, propomos o alargamento do âmbito territorial da utilização destes passes, respondendo assim às novas necessidades de mobilidade que as populações passaram a sentir nas últimas décadas.

Finalmente, ainda no plano do passe social intermodal, o PCP apresenta um projecto de lei que vem instaurar este passe para a Área Metropolitana do Porto. Atendendo às características próprias daquela região, aos seus próprios padrões de mobilidade, defendemos que também as populações daquela Área Metropolitana tenham o direito a um título de transporte que não se restrinja a um ou dois operadores ou a uma determinada zona.

A mobilidade é um direito que não pode ser considerado apenas como o direito a ir de casa para o trabalho ou para a escola, e depois regressar.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O direito à cultura, ao desporto, ao lazer, ao tempo livre é também o direito de nos podermos deslocar com esses objectivos.

O Sr. Rodeia Machado (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E não podemos pensar que, para essas deslocações, a única alternativa seja ir de carro.

O passe social deve ser uma realidade efectiva, ao dispor dos seus utilizadores, com um âmbito de utilização alargado e diversificado, devidamente quantificado, e com fórmulas de financiamento actualizadas e aplicadas com transparéncia.

Só assim, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, se poderá promover verdadeiramente a utilização do transporte colectivo. Só assim a utilização do transporte individual deixará de ser a única opção real (para aqueles que o possuem). Só assim poderemos contar com uma política de mobilidade, transportes e acessibilidades que garanta o desenvolvimento, a qualidade de vida e a defesa do ambiente.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, há pouco tinha anunciado que hoje também daria a palavra à Sr.^a Deputada Maria do Carmo Romão para uma intervenção, mas o Regimento só permite prolongar o período de antes da ordem do dia para além de hora e meia para que sejam proferidas declarações políticas.

A solução alternativa que proponho é a de, na sessão de sexta-feira, a Sr.^a Deputada Maria do Carmo Romão (de resto, será a véspera do Dia Internacional da Mulher) proferir a sua intervenção e de o Bloco de Esquerda fazer a declaração política.

Peço o consenso da Câmara para esta solução, que nos permitiria encerrarmos agora o período de antes da ordem do dia da sessão de hoje, com a garantia de que será dada a palavra a estes Srs. Deputados, nas condições que acabei de expor, num breve período de antes da ordem do dia a ter lugar na sessão da próxima sexta-feira.

Sendo assim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vou dar-vos conta de uma mensagem dirigida à Assembleia da República que recebi de Sua Excelência o Presidente da República, que é do seguinte teor: «O XV Governo Constitucional aprovou, em Conselho de Ministros, a proposta de revisão da Lei de Programação Militar de 14 de Novembro de 2001. Esse documento foi presente ao Conselho Superior de Defesa Nacional para parecer. Cabe agora à Assembleia da República a sua discussão e aprovação.

As leis de programação militar são instrumentos indispensáveis para assegurar a permanente capacidade do Estado no exercício eficaz das suas funções de defesa. É através delas que se deve assegurar o reequipamento do Sistema de Forças Nacional e contribuir, a par de outros instrumentos, para a modernização das Forças Armadas.

A Constituição da República, ao cometer à Assembleia da República a reserva absoluta de competência legislativa em matéria de 'organização da defesa nacional, definição dos deveres dela decorrentes e bases gerais da organização, do funcionamento e da disciplina das Forças Armadas', torna incontornável e inequívoco o papel desse órgão de soberania, seja na reflexão estratégica sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas, seja na fiscalização específica da aplicação dos programas que decorram das leis por ela aprovados.

Assim, entende o Presidente da República partilhar com a Assembleia da República as suas reflexões sobre a natureza dos desafios que nesta matéria se colocam ao País, querendo, deste modo, contribuir para um debate de que resultará um conjunto de opções que se concretizarão num período temporal longo e sob a vigência de diversos governos.

O historial da aplicação das leis de programação militar não é, infelizmente, particularmente positivo. Não importa, no contexto desta mensagem, identificar as razões que geraram essa realidade. Mas já parece relevante destacar as suas consequências. Sublinharia duas. O atraso no plano de reequipamento do Sistema de Forças, constituindo-se este como uma debilidade no momento em que Portugal tem intensificado a sua participação em missões internacionais como elemento da sua política externa. E a dúvida, fundada na experiência, sobre a efectiva aplicação das leis aprovadas, com consequências negativas, quer na motivação das Forças Armadas quer na projecção da sua imagem junto da população.

É a estas questões que importa dar resposta.

A natureza dos desafios que se colocam em matéria de Defesa parece assentar em três vertentes: clareza nas opções estratégicas, determinação na política de reformas e realismo na definição do reequipamento possível das Forças Armadas.»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

«Temos de reconhecer que a evolução internacional da última década aconselha uma reflexão serena sobre as alterações nas condicionantes estratégicas. É em função delas que Portugal deve dispor de um entendimento claro sobre o papel que quer desempenhar nesse novo contexto e sobre as consequências que resultam do modelo de reequipamento e das opções específicas de aquisições que em função dele se façam.

Destaco dois aspectos que me parecem merecer uma análise detalhada.

Em primeiro lugar, a Política Externa e de Defesa da União Europeia. Por detrás da sua indiscutível debilidade actual, dois elementos parecem incontornáveis: a tendência de fundo que é no sentido do reforço da componente comum dessas políticas, tal como aconteceu noutras domínios que inicialmente pareciam tão improváveis como este, e o reforço dos programas de investigação e desenvolvimento de sistemas de armas europeus. Em ambos os casos está colocada a Portugal, como aos demais países da União, a questão de saber qual o papel que queremos desempenhar nesta evolução já em curso. Por isso, a opção por esta ou aquela estratégia de reequipamento encerra sempre, também, uma componente de sustentação do desenvolvimento da indústria de armamento e da tecnologia que lhe está associada.

Em segundo lugar, destaco a reflexão, que é de natureza conceptual, sobre o equilíbrio a estabelecer entre as missões de guerra — que decorrem, em grande medida, dos compromissos assumidos no seio da NATO — e de não guerra, equilíbrio em função do qual estabeleceremos as nossas opções de reequipamento. Dessa distinção conceptual decorre a clarificação, seja do papel que queremos desempenhar nas missões internacionais que realizamos com os nossos aliados e parceiros, seja da capacidade de as Forças Armadas integrarem, com maior ou menor rapidez, nas suas tradicionais responsabilidades de defesa, a exigência do exercício de novas missões de segurança ligadas à proliferação de novas ameaças.»

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — «Os constrangimentos financeiros do País só vêm reforçar a necessidade de escolher criteriosamente o caminho a percorrer, centrando no essencial os recursos disponíveis, mesmo, como é o caso, quando é consensual a necessidade de um esforço acrescido para dar resposta a uma modernização urgente das Forças Armadas.»

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — «Sendo certo, ponto onde convergem também as opiniões, que essa modernização não depende apenas do reequipamento do Sistema de Forças, mas também do desenvolvimento de reformas de carácter estrutural, funcional e territorial. Este é um aspecto que não se pode perder de vista.

A aprovação da revisão da Lei de Programação Militar pela Assembleia da República iniciará, por parte desta, um processo de fiscalização e acompanhamento da sua aplicação que se reveste da maior importância.

O papel que aqui a Assembleia da República desempenha é também insubstituível. Por isso, se torna tão importante que ele esteja apoiado em instrumentos precisos de fiscalização e controlo dos programas, das respectivas dotações e dos contratos e contrapartidas que os suportam.»

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — «Temos de reconhecer que, ao longo da vigência das anteriores leis de programação militar, esse trabalho de acompanhamento nem sempre foi possível, no que se perdeu na percepção da execução das respectivas leis e no debate que ele acarreta quanto às consequências para as Forças Armadas e para a Defesa Nacional do não cumprimento dos compromissos assumidos. A Lei de Programação Militar deve traduzir o compromisso de reequipamento essencial e dispor de uma perspectiva de financiamento exequível. Mas também carece de uma fiscalização assente em instrumentos cada vez mais adaptados à capacidade de fiscalização, em tempo útil, da Assembleia da República.»

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

«A República precisa de um momento de viragem nas Forças Armadas. Debatendo sem preconceitos as opções estratégicas, planeando com realismo a sua modernização, insistindo com firmeza no processo de reestruturação, adquirindo com visão os equipamentos necessários e fiscalizando com rigor todos e cada um dos passos desse caminho.

Está aberta, perante nós, uma vez mais, a oportunidade de fundar novas práticas. A Portugal é crucial que ela seja aproveitada. Não podemos repetir a experiência das anteriores leis, sob pena de minarmos irremediavelmente a credibilidade de uma das instituições fundamentais do regime democrático. Esse facto aconselha, assim, a que se procure um consenso alargado, que faltou à lei que agora se revê, e a que se fiscalize com rigor a materialização do programado.»

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vou mandar distribuir imediatamente cópia desta mensagem às bancadas parlamentares e à bancada do Governo.

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 16 horas e 50 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o período da ordem do dia de hoje é totalmente preenchido com o debate, na generalidade, da proposta de lei n.º 45/IX — Altera a Lei de Programação Militar.

Para proceder à apresentação da proposta de lei, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O meu pensamento, no debate de hoje, vai, em primeiro lugar, para o patriotismo dos portugueses. A Nação conhece o valor das suas Forças Armadas, não as dispensa e acredita nos factores da sua dignidade.

O meu pensamento está, por isso, comprometido com as próprias Forças Armadas: depois de anos de decepção, vivemos um ciclo de decisão; depois de um tempo de

desinvestimento, estamos a recuperar gradualmente o seu equipamento.

Enfim, penso nos poderes desta Câmara para escrutinar opções e verificar despesas. Podemos e devemos discutir tudo, mas o Governo manterá a sua linha, segundo a qual as principais decisões na área da Defesa Nacional devem ser consensuais entre os partidos democráticos e merecem ser partilhadas com a instituição militar.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Temos, precisamente hoje, uma oportunidade. A revisão da Lei de Programação Militar poderá não ter votos contra no vasto espaço que vai da direita parlamentar até à esquerda democrática. É um avanço significativo face ao passado. Outro, cujo valor não é negligenciável, é o parecer favorável e unânime do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e dos Chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Força Aérea. É claro que, no Estado democrático, podem os eleitos decidir contra a opinião militar ou apesar dela. No entanto, a oposição a esta lei, onde existir e quando existir, terá de se basear em argumentos tão sólidos que demonstrem que não era certeiro o «racional militar» partilhado por todos — e sublinho «todos» — os chefes da instituição militar.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Portugal compreenderia mal que os políticos se dividam sobre uma lei que une a instituição militar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Começámos pelos alicerces. A aprovação de um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional confere a esta discussão não um carácter abstracto mas uma orientação concreta sobre os valores que o equipamento deve proteger, os interesses nacionais que o equipamento deve servir, as ameaças relevantes que o equipamento deve prevenir e as capacidades militares que o equipamento deve preencher.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É outra oportunidade que devemos aproveitar: ter lógica, dotar de coerência, garantir continuidade na política de Defesa. Se o Conceito definiu o que Portugal quer ser, esta lei concretiza os meios para Portugal poder ser o que quer.

Em paralelo, decorre a revisão do Conceito Estratégico Militar. Como afirmou o Sr. Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o conceito militar estará pronto a receber a revisão da lei de programação. A razão, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é simples, crucial e todos a podemos compreender: o equipamento das Forças Armadas, em certos domínios, atingiu tal grau de obsolescência que, por vezes, qualquer semelhança entre o sistema das forças e a realidade operacional mais parece uma coincidência. Por isso, a proposta de revisão da Lei de Programação Militar vira efectivamente uma página, não em abs-

tracto, mas em concreto: contém 50 programas que podem e devem mudar a face das Forças Armadas de Portugal. As orientações, previstas no Conceito, de flexibilidade, interoperabilidade e visão do conjunto foram milimetricamente seguidas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Conheço a argumentação dos críticos rotineiros. Enquanto não havia Conceito Estratégico, era porque não havia. Quando passou a haver, então, já faltava a Lei de Programação Militar. Como esta já não falta, e até se reconhece que será boa, anuncia-se o falhanço na execução. Curiosa argumentação esta, tão curiosa que parece nómada, pois monta e desmonta a tenda conforme vai fugindo à realidade e prefere inventar cenários que logo são abandonados. Somos, neste ponto, bem prosaicos. Portugal não actualizava o Conceito Estratégico de Defesa Nacional desde 1994. Está feita a principal actualização conceptual. Portugal esperou pela última Lei de Programação Militar mais de um ano. Com esta, já poderemos acertar o passo no planeamento.

Do ponto de vista da execução da Lei de Programação Militar, convém ao Governo ser modesto, curvando-se perante a notável autoridade moral dos que saíram, deixaram o que deixaram mas logo se apressaram a prever o pior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Da primeira vez que aqui estive, um Deputado do Partido Socialista muito se animou com uma taxa que, à época, andaria nos 8 % executados e 50 % comprometidos. Foi o que recebemos. O que temos para apresentar, em apenas oito meses de Governo, durante o ano de 2002, é uma taxa de execução da Lei de Programação Militar que atingiu 67 % quanto ao executado e 96 % quanto ao comprometido.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dirão que se poderia fazer melhor. É certo. É, sobretudo, certo se compararmos os 67 % executados com 47 % em 2001, 46 % em 2000, 33 % em 1999 e 43 % em 1998. Se o digo agora é porque essa taxa de execução revela dois eixos estruturantes que são opções políticas: não fazemos das Forças Armadas a cobaia orçamental; optámos por equipar as Forças Armadas com conta, peso e medida, digam o que disserem as sondagens ou os demagogos, pois as Forças Armadas de que precisamos tornar-se-iam dispensáveis se continuássemos com submarinos, fragatas, corvetas, viaturas, armas ou aviões às vezes já com 40 anos de idade.

Essa negligência liquidaria as missões e, sem missões, a ideia de Forças Armadas ficava, ela própria, a médio prazo, sujeita a comissão liquidatária. Os que, nesta Câmara, querem desarmar Portugal, ficariam certamente satisfeitos, mas Portugal e os portugueses ficariam em risco, por défice absoluto de segurança.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É por isso que a taxa de execução de 2002 pode e deve ser partilhada por todos e para futuro: incide sobre uma lei do anterior Governo e foi executada com brio por este Governo.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Acredito apenas que temos, na questão militar, mais sentido prático e mais decisões concretas. Mesmo sem esta revisão, avançámos com os patrulhões, a modernização dos F-16, a renovação dos P3 ou com o radar do controlo aéreo da Madeira. Há outro ritmo, outra determinação e outro grau de concretização. Despachos, projectos, planos, ideias, vi muitos e concordo com a maioria; mas verbas conseguidas, concursos abertos, contratos assinados, isso, tenho a certeza de que este Governo fez mais, quer fazer mais e mais fará, se o Parlamento aprovar esta lei. O nosso lema é não perder mais tempo e tomar decisões, tomar decisões, tomar decisões.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Deputados: A proposta de lei de revisão da Lei de Programação Militar (LPM) dá um forte contributo para renovar profundamente as nossas capacidades operacionais. Darei apenas alguns exemplos.

O conceito estratégico de defesa nacional definiu o terrorismo e as armas de destruição maciça como novas ameaças para as quais as nossas Forças Armadas deveriam preparar-se. Quero que o Parlamento saiba que, nesta proposta, multiplicamos por três a capacidade de protecção individual dos soldados portugueses contra as ameaças NBQ. Estaremos preparados.

O conceito estratégico de defesa nacional definiu como prioritária a nossa capacidade de projecção de forças. Quero que o Parlamento saiba que, nesta proposta, confirmamos e damos maior urgência à construção do Navio Polivalente Logístico (NAVPOL), prevendo, ainda, dar um enorme passo em frente no reequipamento dos Fuzileiros. Fazemo-lo, para dar a Portugal essa capacidade elementar de, se necessário, salvar vidas e interesses de portugueses, onde estejam em causa e quando estiverem em causa. Dentro de alguns anos, estaremos preparados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O conceito estratégico de defesa nacional deu ênfase à visão estratégica e à riqueza potencial que constitui, para Portugal, o mar. Não somos um país meramente continental. Somos um Estado-Nação, com fronteira terrestre na Europa, fronteira marítima no Atlântico e, faço notar, com uma geografia de identidade que se espalha pelas fronteiras da lusofonia. Portugal é a soma de tudo isto e nada menos do que a soma de tudo isto.

Por isso, quero que o Parlamento saiba que, nesta proposta, encaramos, mais uma vez, o mar e a sua valorização como recurso estratégico, na exacta medida em que pode e deve ser um factor de projecção de Portugal no futuro. Resolvemos a questão dos submarinos; evitamos a ruptura do sistema de forças quanto às fragatas; lançamos navios de fiscalização; pomos em marcha navios de com-

bate à poluição, multiplicamos por muitas vezes as verbas para a segurança marítima, a investigação científica e a protecção da costa; completamos o sistema de controlo aéreo e marítimo de Portugal, Portugal que é continente mas é também Madeira e Açores. As bases estão lançadas; estaremos preparados.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O conceito estratégico de defesa nacional também orienta o País para o cumprimento das missões humanitárias, com a bandeira das Nações Unidas, a bandeira da Aliança Atlântica ou a bandeira da União Europeia.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É profundamente injusta a confusão, por vezes feita, entre compromissos de segurança e belicismo. Na Bósnia, em Timor, no Afeganistão, noutros lugares onde a comunidade internacional foi e é preciso para impor a lei, garantir a paz e reconstruir o Estado, Portugal está presente — com um aprumo e um brilho elogiados por todos os parceiros. Quero que o Parlamento saiba que, nesta proposta, contribuímos para desatar aquele que poderia ser, a prazo, um nó górdio no cumprimento das missões do nosso Exército. Pensámos na arma que usa o Exército, na viatura onde se deslocam os nossos soldados, no rádio que serve de comunicação entre as nossas forças. Nem as G3, nem os *chainites*, nem o rádio 425 dariam mais. Já deram o que tinham a dar. O Exército procederá, planeadamente, à sua substituição. Não o fazer, não o prever, na revisão da Lei de Programação Militar, era aceitar para Portugal uma irrelevância internacional que Portugal evidentemente dispensa.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Portugal estará preparado.

Mas o conceito estratégico de defesa nacional também opta, decididamente, pela visibilidade, utilidade e eficiência das Forças Armadas em tempo de paz. A aposta nas missões de interesse público está feita. Quero que o Parlamento saiba que, nesta proposta, o Governo faz um esforço enorme, considerável, para dotar de meios efectivos os programas que têm relevância de interesse público. Meios de fiscalização do nosso espaço marítimo e aéreo; meios de busca e salvamento; meios de evacuação; meios de prevenção e combate à poluição, em terra e no mar; meios para ajudar no combate ao tráfico de droga; meios de engenharia, para socorrer calamidades; meios de auxílio no combate ao flagelo dos fogos florestais. O País que se virou para as Forças Armadas na tragédia de Entre-os-Rios e contou com as Forças Armadas na crise do *Prestige* sabe que estamos a trabalhar e contamos com uma Marinha, um Exército e uma Força Aérea do nosso tempo, do nosso século, com novas capacidades e novas missões. Planear, adquirir, instruir e executar não se consegue num só dia. Mas vamos estar, a curto e médio prazo, mais preparados.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: A revisão da Lei de Programação Militar implica, do ponto de vista financeiro, mudanças consideráveis.

Um ponto prévio: a medida de credibilidade desta proposta é o exacto cumprimento dos limites do Programa de Estabilidade e Crescimento, aprovado neste Parlamento. Nas dificuldades que o País atravessa, as Forças Armadas não são um sector à parte. Mas entendamo-nos: as funções de soberania assentam em bens públicos inegociáveis. No caso da Defesa, o essencial não é «privatizável», nem delegável. O compromisso desta lei é o que efectivamente nos dispomos a investir. O empenhamento do Sr. Primeiro-Ministro e da Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, bem como o meu próprio, permitiram trabalhar e concluir uma proposta de lei que consegue ser francamente melhor para as Forças Armadas, não sendo pior para os contribuintes portugueses.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Quando me perguntam, com certa redução da complexidade das coisas, quem ganha e quem perde com esta proposta de lei, respondo, com a mesma redução da complexidade das coisas, que ganham as Forças Armadas e perdem os bancos.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Explicado, de forma mais sofisticada: tudo o que o Estado poupa em juros pagos ao sistema financeiro é o que o Estado investe em novos programas concretos para as Forças Armadas Portuguesas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na lei em vigor, o investimento global era de 5400 milhões de euros. Desses, quase 2000 milhões de euros financiavam a margem do sistema financeiro. Na lei que agora propomos, o montante global supera os 5300 milhões de euros, mas a parcela dos juros diminui 1069 milhões de euros.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Numa palavra: o investimento directo nas Forças Armadas, no seu equipamento concreto, aumenta 27 %. Em certo sentido, o recibo das Forças Armadas é maior, mas a factura do contribuinte é até menor.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Damos mais ao beneficiário — as Forças Armadas. Damos menos ao intermediário — o sistema financeiro. E estamos absolutamente convencidos de que esta é a linha justa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Acresce que se atingiram três objectivos suplementares. Há menos *leasing*, o *leasing* é mais curto, e todos os ramos vão beneficiar do sistema de *leasing*. Esta proposta de revisão da Lei de Programação Militar, por isso mes-

mo, endivida menos o País, onera menos as gerações futuras e reparte melhor os benefícios do equipamento. Entre Estado e bancos, a proporção é mais equilibrada; entre gerações, a relação é mais equitativa; entre ramos, a distribuição é mais justa.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Admito que outros possam defender outras soluções — é o mais natural em sistema democrático. Mas quem pretenda, por sistema, comprar o que é mais caro e comprar tudo novo em folha, não racionalizando ainda mais a equação financeira da locação, tem obrigação de dizer nesta Assembleia, uma de duas coisas: quais os impostos que vai subir para financiar o mais, ou quais os programas que vai cortar para manter tudo na mesma.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Creio que foi o Sr. Professor Adriano Moreira a escrever que o gasto em segurança e defesa é um investimento, não é uma despesa. Na sua imensa sabedoria, tinha, uma vez mais, razão.

O mundo em que vivemos é demasiado perigoso e incerto para autorizarmos, por acção ou omissão, esse verdadeiro erro nacional que seria ver as ameaças crescer, mas deixar decrescer os níveis de segurança de Portugal.

O nosso país não tem uma defesa isolada. Está integrado numa aliança de defesa colectiva, a Aliança Atlântica, e participa da construção da Política Europeia de Segurança e de Defesa. Um dos méritos, a nosso ver, desta lei que vos propomos é o facto de responder aos compromissos que fizemos na NATO e aos contributos que oferecemos na União Europeia. Permito-me sublinhar, no primeiro caso, a operacionalidade dos F-16 e, no segundo, o destaque que, na proposta, é dado ao equipamento das forças especiais, às quais se atribuem, neste mundo concreto em que vivemos, missões cada vez mais importantes. Em geral, cumprimos melhor os compromissos de Praga e os objectivos de Helsínquia, que, naturalmente, vemos como complementares.

É claro que alguns, por caricatura, dirão sempre que cumprir com os aliados é uma despesa não necessária. Mas esses sectores nunca reconhecem o outro lado da questão: custaria a Portugal e aos contribuintes portugueses um preço astronómico dotar o País de um sistema de defesa e segurança próprio, sem recurso a alianças e dispensando o conceito de defesa colectiva.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Temos consciência de, com esta proposta, prestar um serviço a Portugal e às suas Forças Armadas. A mensagem do Sr. Presidente da República é um contributo importante.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O trabalho desta Assembleia é um contributo importante. Estamos, como sempre estivemos, disponíveis para melhorar as soluções. Acreditamos que a

nossa proposta significa um virar de página muito profundo no défice de equipamento das Forças Armadas Portuguesas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Há nove Srs. Deputados inscritos para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, pelo que o Sr. Ministro vai ter de fazer uma gestão muito cautelosa do tempo de que o Governo dispõe para esse efeito.

Porém, antes de dar a palavra ao primeiro Sr. Deputado inscrito para pedir esclarecimentos, tem de proceder-se à apresentação das conclusões do relatório.

Assim sendo, para apresentar a síntese do relatório e as suas conclusões, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe, a quem a Mesa atribui, para o efeito, 5 minutos.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, não gastarei, na totalidade, os 5 minutos, mas quero chamar a atenção para as difíceis condições em que esta Assembleia, particularmente a Comissão de Defesa Nacional, teve de se pronunciar, na generalidade, sobre esta proposta de lei que altera a Lei de Programação Militar. Chamo, pois, a vossa atenção para o seguinte: o agendamento para Plenário foi reservado para a sessão plenária de hoje, dia 5 de Março, tendo a proposta de lei dado entrada na Assembleia da República no passado dia 26 de Fevereiro, o que significa que a Comissão de Defesa Nacional, à qual esta proposta de lei baixou, teve, na prática, dois dias úteis para a elaboração do relatório, sendo que os *fichiers* com os programas só chegaram ao conhecimento dos Deputados, no meu caso, no sábado à noite, e, no caso de alguns outros Srs. Deputados, ainda depois disso, segundo pude saber.

Posto isto, a Comissão de Defesa Nacional teve de ser convocada para as 14 horas e 30 minutos de hoje, para que o parecer pudesse ser aprovado. E sendo certo que, segundo o novo Regimento, os relatórios não carecem de ser votados, faria, no entanto, todo o sentido que os Srs. Deputados tivessem tido a possibilidade de discutir o relatório com o relator, o que não aconteceu.

Creio que a participação desta Assembleia num processo legislativo tem tanta importância, tanto assim é que até o Sr. Presidente da República achou por bem pronunciar-se sobre ele em mensagem dirigida à Assembleia da República, que choca muito que a Assembleia da República tenha umas condições tão precárias para se poder pronunciar sobre esta matéria.

Neste fim-de-semana, procurei fazer o relatório o melhor possível, com a consciência de que as dificuldades para que o relatório pudesse ser bem feito ou feito com a ponderação necessária foram muitas — e daí que me penitencie por eventuais deficiências que este relatório terá. Mas creio, Sr. Presidente, que esta matéria deveria servir de reflexão para que, em posteriores oportunidades, a Assembleia da República tenha a possibilidade de, atempadamente, elaborar um relatório, poder discuti-lo e realizar o trabalho preparatório de generalidade compatível com a importância que tem um processo legislativo de revisão da Lei de Programação Militar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Era apenas esta a informação que queria dar à Assembleia da República, fazendo votos para que estas situações possam ser alteradas no futuro, a bem do prestígio da Assembleia da República.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora passar aos pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

Assim, tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Correia, para o que dispõe, no máximo, de 3 minutos.

O Sr. José de Matos Correia (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, a proposta de lei de revisão da Lei de Programação Militar que V. Ex.^a acaba de apresentar constitui uma das grandes prioridades do Governo em matéria de defesa nacional. Precisamente por isso, gostaria de começar por me referir ao que, nesta área, foi feito nos últimos 11 meses.

Também aqui, o Governo herdou uma situação muito delicada, pois, ao longo dos anteriores seis anos, a defesa nacional fora relegada para um papel politicamente secundário e às Forças Armadas negadas as condições humanas, operacionais e logísticas necessárias ao exercício das suas missões.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já o actual Executivo assumiu, desde a primeira hora, a vontade de pôr termo a tal processo de degradação e, ao contrário de outros, soube juntar os actos às palavras.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quero, por isso, felicitar V. Ex.^a, Sr. Ministro, desde logo, pela capacidade de inverter a tendência de desinvestimento, patente no aumento das despesas militares, para 1,4 % do PIB. A diferença de posturas é clara: o PS, quando havia disponibilidade financeira não quis investir na defesa nacional, certamente porque achou que não lhe renderia votos. Este Governo, mesmo em período de grande rigor, sabe dar a uma política de Estado o lugar que é o seu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas felicitar também V. Ex.^a pela revisão do conceito estratégico de defesa nacional, pelo lançamento do programa dos patrulhas oceânicos, pelo programa de modernização dos F-16, pelo programa de extensão de vida e modernização dos P-3 e pelo lançamento do concurso para a extensão do sistema integrado de comando e controle aéreo, entre outras decisões. Seria, de facto, muito difícil fazer melhor em tão pouco tempo.

Esta revisão da LPM insere-se, assim, na linha de ação governamental, articulando duas preocupações essenciais: por um lado, a necessidade de estar atento às novas ameaças e aos novos comportamentos que emergem no plano internacional, de que os acontecimentos de 11 de Setembro constituem a evidência mais brutal; por outro

lado, a obrigação de utilizar, racional e cuidadosamente, os recursos, garantindo um reequipamento das Forças Armadas que contribua para a sua modernização, para o reforço da sua capacidade operacional e para a sua assunção como elemento indispensável à segurança e à afirmação externa de Portugal.

A proposta de lei enfrenta eficazmente ambos os desafios: aumenta os investimentos sem que recaia sobre os contribuintes mais qualquer encargo, lança cerca de duas dezenas de novos programas, distribui mais equilibradamente os recursos entre os três ramos das Forças Armadas.

Mas aproveito ainda a ocasião para saudar a coragem demonstrada pelo Governo. De facto, ao reformular os mecanismos de financiamento, diminuindo o valor dos juros a pagar, o Governo demonstrou que a sua preocupação é a defesa do interesse público, não são os anseios, ainda que legítimos, do mercado financeiro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E, ao definir opções no que respeita aos programas concretos de equipamento, o Governo deixa claro que, quando não for possível conciliar o interesse nacional português e qualquer interesse europeu ou internacional, por mais respeitável que este seja, não pode haver hesitações. E não haverá, de certo, hesitações!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E é justamente a este respeito que desejo formular uma pergunta ao Sr. Ministro.

Tendo em conta as recentes e incompreensíveis declarações públicas de alguns responsáveis do Partido Socialista, gostaria que o Sr. Ministro esclarecesse esta Câmara se, no passado, ministros dos governos socialistas proferiram despachos, ou deram orientações em matéria de equipamento militar, em situações em que o principal contratante fosse a firma Lockheed Martin. Julgo que tal informação seria, para todos nós, de extrema importância.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Queira terminar.

O Orador: — Vou já terminar, Sr. Presidente.

Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, esta maioria orgulha-se, e penso que legitimamente, do trabalho deste Governo em matéria de defesa nacional. Podem VV. Ex.^{as} prosseguir no rumo que traçaram com a certeza de que não vos faltará o nosso apoio empenhado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, há ainda outros oradores inscritos. Deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, responderei a grupos de três oradores.

O Sr. Presidente: — Muito bem, Sr. Ministro.

Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Miranda Calha.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, ouvi a sua intervenção, que, mais uma vez, apelou à consensualidade quanto a matérias de defesa nacional e programação militar.

Sr. Ministro, não podemos votar favoravelmente esta proposta. Porém, se não a vamos votar favoravelmente, também não vamos fazer aquilo que fez o PSD no passado que, a pretexto da opção do *leasing*, boicotou activamente o reequipamento das Forças Armadas.

Aliás, como já é hábito do PSD, deu o dito por não dito no apoio a esta proposta do Sr. Ministro e, hoje, o Sr. Primeiro-Ministro e a Sr. Ministra das Finanças revêem-se nesta proposta de lei.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É o PSD no seu melhor!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Está a ver!

Risos do PSD e do CDS-PP.

O Orador: — Mas, Sr. Ministro, nós não podemos apoiar esta proposta de lei, pois ela enferma de vários defeitos.

Em primeiro lugar, e já aqui foi referido, não há informação. Não se conhecem os programas em concreto, não há relatórios, não há informação sobre saldos do cumprimento da Lei de Programação Militar, não se tem uma análise sobre a situação das contrapartidas. Ou seja, há um programa genérico, interessante, mas que, de facto, não contempla, em pormenor, as peças essenciais sobre esta matéria.

Por outro lado também, há, nesta legislação, o contemplar, assim poderíamos dizer, de um espantoso *timing* eleitoral. De facto, só a partir de 2007 é que os encargos anuais serão o dobro dos da actual lei, 400 milhões de euros/ano — V. Ex.^a, nessa altura, visto que é em 2007, já não será ministro e o governo será, certamente, outro. A técnica desta proposta é ganhar tempo, tal como fez em 2002 com o conceito estratégico de defesa nacional, e vai manter esta lei em «lume brando» em 2003, 2004 e 2005. Depois, em 2007, «quem vier atrás que feche a porta» — é a programação militar para a próxima legislatura, Sr. Ministro da Defesa.

Mas esta proposta de lei também não pode ser votada favoravelmente porque há retrocesso em diversos programas. Há uma quebra na capacidade submarina; há uma indefinição nos programas do grupo de aviação ligeira do Exército, elemento fundamental da modernização deste ramo das Forças Armadas; há a anulação de integração com programas cooperativos europeus. Aliás, a mensagem do Sr. Presidente da República falava na questão da nossa participação, da nossa ligação aos projectos europeus e, naturalmente, à União Europeia, onde estamos vinculados.

Por isso, Sr. Ministro, não temos muita confiança na sua capacidade de execução desta programação, a lei deveria ter sido revista há mais tempo, e não foi, não estão concretizados conceitos essenciais...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Há uma anulação de concursos, EC685, há uma alteração de programas,...

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Alteração de programas?

O Orador: — ... como é o dos patrulhas oceânicas.

Assim, vou colocar-lhe três perguntas muito simples.

Atendendo à aplicação da lei, como vai ser feito o controlo, a fiscalização e a execução? Neste momento, não há director-geral de armamento, pensamos que existe um «director-geral de armamento sombra» mas não há um efectivo. Portanto, queremos saber como vai ser executada esta legislação.

Segunda questão: o vai acontecer aos programas cooperativos? Há investimentos feitos nas OGMA, há investimentos feitos em diversas empresas, mas o que é facto é que, segundo consta, vão acabar os programas cooperativos, tais como o A400M e o NH90. Depois, o que é que vai acontecer em relação a esta matéria e à opção europeia que, neste ponto, tem, naturalmente, em linha de conta...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo está amplamente esgotado, tem mesmo de concluir. Senão tenho de lhe retirar o uso da palavra.

O Orador: — Vou mesmo concluir, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, a terceira e última pergunta tem a ver com a questão da substituição das fragatas da classe *João Belo*.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o senhor já ultrapassa em 50 % o tempo regimental. Isto não pode ser, Sr. Deputado.

O Orador: — Ora, 80 milhões de euros quase não dá para comprar uma única fragata. Gostaria, Sr. Ministro, que me explicasse isso.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, sublinhando, obviamente, em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, a importância desta lei para as nossas Forças Armadas e para Portugal, gostaria de fazer-lhe uma pergunta que tem um pouco a ver com aquilo que ainda agora disse o Sr. Deputado Miranda Calha, e que, perante as críticas, creio que o Sr. Ministro poderia, e deveria, explicar-nos melhor.

Efectivamente, estas críticas sobre a diminuição da capacidade submarina, como disse o Sr. Deputado Miranda Calha, deveriam ser coisas que gerariam a maior incomodidade nos três ramos das Forças Armadas e até uma disputa lógica e normal dentro dos três ramos das

Formas Armadas. Ora, o que acontece é que essa disputa não existe.

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — O Sr. Ministro, bem pelo contrário, diz-nos que há um acordo das Forças Armadas — esta lei propõe, e permite, uma unidade das Forças Armadas, e há o acordo de todos os Chefes de Estado-Maior. Portanto, os termos desse acordo, os termos dessa discussão, seria, obviamente, interessante, para esta Câmara, conhecer.

Por outro lado, Sr. Ministro, quando se discute esta matéria, é sempre possível perguntar: quem tem mais vantagem e quem ganha com esta mesma lei. Fica-nos a ideia clara de que as Forças Armadas ganham. Fica-nos a ideia clara de que os contribuintes não perdem. E, portanto, se alguém poderá queixar-se do âmbito desta lei, será, provavelmente, a banca, porque é em matéria de juros que as alterações existem, e isso beneficia directamente o País.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, Sr. Ministro, em relação à questão, que já aqui foi levantada, da empresa Lockheed Martin, a Sr.ª Embaixadora Ana Gomes veio, recentemente, em defesa desta questão, levantar uma espécie de teoria da conspiração baseada em leituras, que, segundo parece, fará com grande frequência, de vários jornais estrangeiros.

Risos do CDS-PP.

E a questão que aqui se coloca é muito clara, Sr. Ministro, é a de saber se é, ou não, verdade que, com o Partido Socialista no governo, existiram, várias vezes, quer orientações quer despachos que podiam levar a negociações com esta empresa, a Lockheed Martin. Porque, se assim for, Sr. Ministro, fica claro, para todos nós, que aquilo que aconteceu por parte da Sr.ª Embaixadora foi, nem mais, nem menos, um «tiro no pé», ou seja, um tiro no «porta-aviões» do Partido Socialista, neste caso concreto. E, portanto, é importante que, deste ponto de vista, isto fique claro.

Por outro lado, gostaria de saber se isto se baseia, ou não, numa informação errada. Porque, se efectivamente, este hipotético contrato for mais barato para o País e permitir obter aviões mais cedo e até em maior quantidade, como é possível defender o contrário?

Termino, Sr. Ministro, dizendo que é curioso verificarmos aqui que muitos daqueles que criticam e acusam o Governo e a maioria de belicismo são, muitas vezes, os mesmos que, quando existe um problema, uma situação internacional, apelam ao esforço europeu e ao esforço português. Há uma contradição óbvia nesta mesma matéria!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Peço-lhe o favor de concluir.

O Orador: — Terminei já, Sr. Presidente.

Esses são os supostamente pós-modernos e pós-belicos, mas ser pós-belicista, Sr. Ministro, é mais ou

menos o mesmo que ser pós-laboral. Ou seja, só se pode ser pós-belicista como se pode ser pós-laboral: se alguém nos pagar a nossa segurança, num caso a social e, no outro, a das Forças Armadas. Só nestes termos é que se pode ser pós-belicista.

Para terminar, Sr. Ministro, cumprimento-o por esta iniciativa, que é importante para as nossas Forças Armadas, que é importante para o seu prestígio e para a dignificação de Portugal.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, dispondo, para o efeito, o máximo, de 5 minutos.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar agrupar as questões por conjuntos de dúvidas e responder a todas elas.

O Sr. Deputado Miranda Calha pensa que a proposta de lei é muito má, pensa muito mal da proposta de lei. Pensa exactamente o oposto do que pensam os quatro chefes militares em efectividade de funções.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — Depois, fiquei a saber, pela intervenção do Sr. Deputado Miranda Calha, algo que é bom que o País e os contribuintes fiquem a saber.

Eu já sabia que o Partido Socialista defendia a opção, legítima, de adquirir aviões *Airbus*, que custam, pelo menos, mais 250 milhões de euros ao contribuinte. Fiquei agora a saber que, neste momento, o Partido Socialista defende a opção da compra de três submarinos, e não de dois como o Governo propõe. Isto, Sr. Deputado Miranda Calha, custa-lhe mais 661 milhões de euros. Faça as contas de somar: só em dois programas o Partido Socialista propõe mais 661 milhões de euros no dos submarinos e mais 250 milhões de euros no dos aviões de transporte estratégico. Ora, isto significa mais 900 milhões de euros, quando o País está a passar por uma situação financeira difícil.

Sr. Deputado Miranda Calha, para pôr nesses programas mais 900 milhões de euros, para pagar esses dois valores, o Sr. Deputado tem de nos dizer quais são os programas que ficam para trás, se são as viaturas blindadas de rodas do Exército, se é a substituição das G3, se são os aviões táticos, se são os patrulhões. O que é que vai ficar para trás?

Passo directamente a uma segunda questão que me colocou. O Sr. Deputado diz que a verba, para já, destinada à substituição das fragatas da classe *João Belo* é insuficiente. Sr. Deputado, essa atitude do Partido Socialista, que é legítima, mas permita-me uma discordância igualmente legítima, de defender, sempre, a compra do produto mais caro e, em qualquer circunstância, de produtos novos, levou a que não tivéssemos aceite a hipótese dos submarinos em segunda mão — e não vamos voltar a esta discussão, mas, neste momento, a nossa capacidade submarina está a desaparecer, como o Sr. Deputado sabe — e a que Portugal também não tivesse aceite a proposta de negociação de fragatas em segunda mão. E de tanto que-

rer sempre equipamentos novinhos em folha, o que o Sr. Deputado hoje tem são submarinos e fragatas praticamente em fim de vida.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Não é legível continuar a sustentar uma posição tão pouco humilde, até porque, Sr. Deputado, veremos qual é a verba necessária, contaremos com a relação, creditícia, que temos, por exemplo, com os Estados Unidos da América, para poder financiar, se for essa a opção, essa aquisição, mas chamo a atenção para o facto de as fragatas que o governo de V. Ex.^a recusou em segunda mão terem sido entregues à Turquia e à Polónia por valores inferiores àqueles que estão previstos nesta lei.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Permite-me dizer-lhe que, relativamente ao modelo anterior, Sr. Deputado Miranda Calha, há, de facto, alterações. E evoluí, com gosto, naquilo que pensava, como a Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, porque há uma diminuição muito considerável, como ela sempre pediu e nós, aqui, criticámos, de 67 % para 52 % de *leasing*, há uma diminuição de 25 para 15 anos nos contratos e há uma resoluta determinação em reduzir a margem de manobra do sistema financeiro, aumentando a margem de manobra das nossas Forças Armadas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — São alterações de monta, e é por isso que nos sentimos ambos cómodos com esta proposta de lei.

Vários Srs. Deputados perguntaram-me se era verdade que, no tempo dos governos do PS, tinha havido despachos, orientações ou convites para contratação ou subcontratação à Lockheed Martin. É obviamente verdade. E nunca passou pela cabeça de ninguém pôr em causa essas decisões! Isso é verdade no Ministério Castro Caldas; é verdade no Ministério Jaime Gama; é verdade no Ministério Veiga Simão e é verdade no Ministério Rui Pena, pela simples circunstância de que a nossa Força Aérea tem C-130 e F-16, e, assim sendo, não pode deixar de se relacionar com essa empresa norte-americana, a menos que se defenda que os aviões deixem de voar.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Logo, confirmo absolutamente que, seguindo uma tradição, que nunca ninguém pôs em causa e que é de absoluta definição, os ministros que citei, como homens de Estado, que tomaram decisões racionais, que tomaram decisões necessárias, fizeram ou convites ou despachos de adjudicação que envolveram a indústria norte-americana. E nunca passou pela cabeça de ninguém estar a levantar qualquer espécie de suspeição sobre essa matéria.

Mantenho a nossa linha, os senhores é que não mantém, aparentemente, a vossa.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, pergunto-lhe, em primeiro lugar, o que é feito do esquema conceptual previsto no Programa do Governo.

Na verdade, o que está previsto no Programa do Governo, e que, aliás, decorre da própria Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, é que a Lei de Programação Militar se situa no final de uma cadeia conceptual que começa com o conceito estratégico de defesa nacional, mas que inclui também a revisão do conceito estratégico militar, das missões específicas das Forças Armadas, do sistema de forças nacional, do dispositivo de forças, a alteração da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas e da Lei Orgânica de Bases de Organização das Forças Armadas e só depois a revisão da Lei de Programação Militar. É o que consta do Programa do Governo — aliás, no debate desse programa, foi afirmado por V. Ex.^a que pretendia alterar todos estes documentos conceptuais e que, no fim, faria a revisão, em conformidade, da Lei de Programação Militar.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — Bom, o que verificamos é que a Lei de Programação Militar, que, nos termos legais, deveria ser aprovada até ao final do ano de 2002, está, pelo menos, com três meses de atraso, vai ser aprovada fora de tempo e, mesmo assim, queimaram-se todas as etapas porque de todos estes documentos apenas o conceito estratégico de defesa nacional está aprovado e diz-se que, em simultâneo, está a ser revisto o conceito estratégico militar. Quanto ao mais que foi prometido, nada foi cumprido.

Verificamos, também, que o Sr. Ministro não está nas melhores condições para vir criticar a Lei de Programação Militar em vigor.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Eu aprovei-a!

O Orador: — E digo que não está em boas condições, porque a votou favoravelmente, apesar da oposição das chefias militares, na altura! O Sr. Ministro mostra-se agora muito orgulhoso pelo facto de, em relação a esta proposta de lei, não haver oposição das chefias militares, mas cumpre notar que, na anterior revisão da Lei, houve oposição das chefias militares, o que não impediu V. Ex.^a de a votar favoravelmente.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — E votou-a favoravelmente, com todas as consequências para os contribuintes!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quando lhe convém!

O Orador: — O Sr. Ministro da Defesa Nacional, na altura Deputado, Paulo Portas, votou favoravelmente uma lei de programação militar que incluía o *leasing* nas condições que conhecemos, que incluía a aquisição dos três

submarinos. Fomos nós que nos opusemos à aquisição dos três submarinos nas condições em que seria feita, nas condições penosas para os portugueses, sobretudo para os contribuintes portugueses, mas V. Ex.^a votou favoravelmente essa lei, com todas as consequências!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Na verdade, as inovações que nos traz aqui são muito limitadas. É óbvio que prescindiu de um dos submarinos, o que representa uma libertação de recursos financeiros muito grande, permitindo uma reafectação a outros projectos; beneficia de uma taxa de juro mais favorável...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

É menos penosa para o contribuinte a solução que aqui nos propõe, mas mantém a matriz essencial da actual Lei de Programação Militar, aprovada com os votos do PS e do CDS-PP, incluindo V. Ex.^a, pelo que o Sr. Ministro está em muito más condições para vir criticar a actual lei, até porque a sua não difere em nenhum dos pontos essenciais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro de Estado e da Defesa, duas notas prévias.

Uma, para me referir à mensagem do Sr. Presidente da República, atribuindo relevância a este debate nesta Câmara, o que é perfeitamente contraditório com o pouquíssimo tempo e com as débeis condições que o Parlamento teve para analisar esta proposta de lei, não apenas a Comissão de Defesa Nacional mas também os grupos parlamentares. Hoje, ao meio dia, ainda se distribuíam os 50 programas, como foi o caso do meu grupo parlamentar.

Uma segunda nota para dizer que creio, salvo o devido respeito, que a invocação da opinião dos chefes militares não é chamada para um debate entre o Governo e a oposição, por razões de conformação do próprio poder democrático. Valhamo-nos pelos argumentos e não exactamente por argumentos de autoridade, que são estranhos a este debate!

Entrando na matéria, Sr. Ministro de Estado e da Defesa, creio que podemos mencionar a nossa oposição a esta lei de programação militar, aliás, esperada. Numa coisa esta lei é absolutamente coerente: com o conceito estratégico de defesa nacional, um conceito estratégico que está enfeudado à NATO, cada vez mais aos interesses imperiais dos Estados Unidos da América...

Risos do CDS-PP.

... largando para trás cada vez mais alguns compromissos europeus — nisso ela é absolutamente coerente!... Só

uma certa esquerda, que tem alguma dificuldade em compatibilizar os interesses de defesa nacional e os interesses pela paz, é que pode ver aqui alguma dificuldade de compatibilização com o conceito estratégico de defesa nacional!...

Realmente, há aqui uma adesão a prioridades de missões, de projecção de forças no âmbito da NATO e de organizações congêneres para fins que não servem interesses portugueses mas servem, sim, os interesses da Aliança Atlântica e dos Estados Unidos da América, primordialmente.

Como dizia o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros há pouco tempo, aquando da mini-crise na NATO, «a nossa defesa nacional assenta na NATO» — dizia ele em Bruxelas. E aqui está a comprovação directa disso!

Daí não ser de estranhar que, em todas as circunstâncias, nos oponhamos a estes fins, que são objectivamente belicistas e que não têm a ver com a construção de um outro sistema de defesa e de outras políticas para a paz.

Sr. Ministro da Defesa Nacional, em todo o caso, queria colocar-lhe algumas questões muito concretas: que justificação apresenta para o radar da NATO na Madeira, ainda por cima sediado numa zona ecologicamente protegida?

Vozes do CDS-PP: — Não é da NATO!

O Orador: — O que se passa com o projecto do heli NH90? Não será que está a acontecer o mesmo que aconteceu ao A400? O que se passa? O silêncio, aqui, tem sido de ouro!...

Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, o que se passa em relação à capacidade submarina? Como consegue justificá-la? Ou será que vai manter o argumento de que é para o combate ao tráfico de droga,...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se.

O Orador: — Termine, Sr. Presidente. ... argumento esse que já caiu, recordo, no anedotário nacional!?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Como o Bloco de Esquerda!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, algures na sua intervenção refere a importância que atribui ao contributo da Assembleia da República. Em boa verdade, não se pode dizer que esse contributo tenha sido muito valorizado, a menos que o seja a título póstumo, porque, como alguns colegas, que são membros da Comissão de Defesa Nacional, já chamaram a atenção, a verdade é que, pela primeira vez, uma matéria como esta não foi objecto de discussão prévia pela Comissão,...

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Não é verdade!

A Oradora: — ... o que não é, seguramente, uma questão de somenos importância. E não é de somenos importância quando os senhores — e essa é uma posição que respeitamos como qualquer outra — estão a decidir sobre equipamento militar, o que, dito de outro modo, significa que estão a decidir sobre opções em relação aos quais os lobbies de interesses instalados são fortíssimos e, portanto, toda a transparência nunca é demais.

Dito isto, Sr. Ministro, penso que sobre uma coisa os portugueses, porventura, se interrogarão. Referiu há pouco o novo conceito estratégico de defesa nacional, mas a verdade é que esse conceito, numa sociedade moderna, é cada vez menos militar e cada vez mais civil. Aliás, o Sr. Ministro refere o mar como uma aposta estratégica de modo verdadeiramente surpreendente quando se pensa na defesa dos oceanos e, tristemente, lembrou a crise do *Prestige*. Aquilo que a crise do *Prestige* fez foi pôr a nu uma fé ilimitada na Nossa Senhora (essa, nós respeitamos, mas não é seguramente uma política de segurança marítima!) e tornar muito evidente que, para além de 500 homens — penso que foi esse o número que o Sr. Ministro referiu — e alguns baldes, estamos a brincar, em relação a esta matéria, com coisas muito sérias.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — E porque se trata de coisas muito sérias, Sr. Ministro, penso que era altura de explicar o que é isto de defesa nacional no tocante à maior fronteira que temos, que são os oceanos, e à zona económica exclusiva que temos não só porque temos mas também porque temos a obrigação e o dever de a defender, designadamente da ameaça da poluição, que impunemente acontece na nossa costa.

A nossa pergunta concreta é, desde já, a de saber porque tarda e está parado, tão estranhamente, aquilo que é básico em qualquer país costeiro que defende a sério o seu litoral e os seus oceanos, ou seja, porque está parado o sistema VTS.

Segunda questão, Sr. Ministro: o que é isto de pôr em marcha o navio de combate à poluição? É que, se isto é marcha, é de caracol, seguramente! E não é a este ritmo, Sr. Ministro, que ninguém leva a sério que os nossos oceanos são para preservar.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

A Oradora: — Por último, Sr. Ministro, gostaria de saber, num quadro outro que não o da NATO, onde é que cabe o interesse nacional e a defesa daquilo que é estratégico para a segurança, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento dos portugueses.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional. Dispõe de 5 minutos, no máximo.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, começo por lhe dizer que, tanto quanto me recordo, por ocasião da discussão da Lei de Programação Militar em vigor, as fi-

chas técnicas elaboradas pelos ramos das Forças Armadas só chegaram aos Srs. Deputados na fase da especialidade. Desta vez, chegaram para o debate na generalidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Queria também dizer-lhe, com todo o gosto, que, para além do conceito estratégico de defesa nacional, cuja aprovação esta Assembleia discutiu, e da proposta de revisão da Lei de Programação Militar que hoje estamos a discutir, ocorre, em sede reservada, como a lei manda, a revisão do conceito estratégico militar. E, se ler com atenção o discurso do Sr. Almirante Mendes Cabeçadas, Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, verificará que, em Conselho Superior de Defesa Nacional, o CEMGFA afirmou com clareza que o sistema de forças está pronto a receber esta revisão, porque ela obedece a um conjunto de racionais militares de que, se quiser, o primeiro de todos é este (e tenho a certeza de que o Sr. Deputado concorda comigo): menos efectivos, melhor equipados.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Muito bem!

O Orador: — Depois, deixe-me dizer-lhe que esse compromisso que cita do Programa do Governo — que já está em avançado cumprimento, como acabei de demonstrar — é o compromisso da Legislatura. E ainda não chegámos ao fim do primeiro ano da Legislatura! O que temos a mais face ao passado é uma velocidade e uma determinação na assinatura de programas e de reequipamento em concreto cuja diferença é assinalável.

É, aliás, surpreendente que até agora ninguém tenha falado na execução. Alguns dos mais cépticos preparavam-se para uma execução que fosse triste e enfadonha. Sucedeu que não foi! É a melhor dos últimos anos! Paciência!... Continuaremos a trabalhar não para a satisfação dos cépticos mas para o equipamento e a auto-estima das nossas Forças Armadas.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Luís Fazenda, presumo que o Bloco de Leste,...

Risos do PSD, do PS e do CDS-PP.

... perdão, o Bloco de Esquerda não tem delegação na Comissão de Defesa Nacional... Mas interessa-se subitamente por estas matérias, esforço que acompanho com satisfação!

Em todo o caso, ó Sr. Deputado, pois com certeza que temos o nosso sistema de segurança e defesa contando, por um lado, com a defesa colectiva da Aliança Atlântica e, por outro, participando na construção da Política Europeia de Segurança e Defesa.

Mas o que é que V. Ex.^a queria? Que Portugal saísse da NATO? Que saísse da União Europeia e pagasse uma defesa própria sem aliados e sem recurso à defesa colec-

tiva?! Todo o Orçamento do Estado não lhe chegava para isso, Sr. Deputado! Era muito mais caro para os contribuintes.

Agora, há uma coisa que lhe digo. Sei que o Bloco de Esquerda está em processo de aproximação a outras forças da esquerda para, um dia, poder ser governo. Bom, espero que esse dia chegue tarde, mas não quero deixar de lhe dizer que não vejo como é possível um acordo à esquerda, se VV. Ex.^{as} continuarem a defender que Portugal não deve estar nem na NATO nem na União Europeia, porque desta forma põem em risco, definitivamente, duas estruturas essenciais para o nosso destino económico e para o nosso destino de segurança.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não vejo como é que pode haver um governo estável com posições tão instáveis nessa matéria!...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Muito bem!

O Orador: — Digo-lhe com toda a amizade, Sr. Deputado: vá evoluindo!

O Sr. António Filipe (PCP): — Fala quem sabe...!

O Orador: — Vá evoluindo, porque com essa posição não é defensável qualquer frente de esquerda credível para governar o País!...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Permitam-me, ainda, sublinhar um ponto que para nós é muito relevante. Votei, sim senhora, Sr. Deputado António Filipe, a actual Lei de Programação Militar. E votei com base num princípio que o Dr. Adriano Moreira deixou no meu partido, segundo o qual nunca votámos contra uma lei de programação militar, porque, mesmo que tenha defeitos, é melhor do que nenhuma! Todos os presidentes do meu partido seguiram este princípio, milimetricamente, até hoje.

Agora, Sr. Deputado, tenha a honestidade de ir ler o discurso que então fiz, em polémica, aliás, com a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite — hoje minha estimável e excelente colega, Ministra de Estado e das Finanças —, porque ambos coincidimos...

O Sr. José Saraiva (PS): — Agora!...

O Orador: — ... (só que tirámos consequências diferentes) na crítica cerrada ao modelo financeiro da actual lei.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Pode consultar os documentos!

O Sr. António Filipe (PCP): — Eu já os vou citar!

O Orador: — O princípio geral é este. Conhece-o, e eu limito-me a segui-lo!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o tempo de que dispunha esgotou-se.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr.^a Deputada Isabel Castro, esperei que, por uma vez, Os Verdes se alegrassem pela simples circunstância de estar previsto financiamento na LPM — que não tinha, só tinha PIDDAC — para a construção dos primeiros dois navios de combate à poluição em Portugal.

Sr.^a Deputada, pode acusar quem quiser de «passo de caracol», excepto este Governo, que assinou os primeiros dois patrulhões e previu neste diploma a verba para a construção dos outros pares de navios patrulhões oceânicos e dos primeiros dois navios de combate à poluição que existirão em Portugal.

Sr.^a Deputada, se souber alguma coisa técnica nessa matéria, sabe que nos estaleiros de Viana do Castelo, onde será feita a construção dos navios de combate à poluição, as coisas não se fazem de um dia para o outro. Está já previsto o dinheiro para os garantir. A senhora não tinha os navios nem tinha o dinheiro para os garantir. Podia, pelo menos, ter sublinhado essa enorme diferença!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sobre que matéria, Sr. Deputado? Sobre a ordem dos trabalhos?

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sobre a condução dos trabalhos, sim, Sr. Presidente. Não é, seguramente, para falar da análise política estratosférica do Sr. Ministro da Defesa!

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Disse o Sr. Ministro que as fichas técnicas poderiam ser apreciadas aquando da discussão na especialidade. Ora, quando do debate da Lei de Programação Militar em vigor, essas fichas foram entregues entre os debates na generalidade e na especialidade.

Por isso, quero deixar muito claro que está prevista, já para amanhã, a votação na especialidade...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Não, não!

O Orador: — ... e, portanto, as fichas técnicas...

O Sr. Presidente: — Perdão, Sr. Deputado, mas esse diploma vai ser votado na generalidade.

Pausa.

Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, tem a palavra o Sr. Deputado João Soares.

O Sr. João Soares (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro é um grande parlamentar, e fez aqui, de facto, a demonstração da sua capacidade nesse quadro quando, inclusivamente, respondeu a questões que nem sequer lhe foram colocadas pela bancada do Partido Socialista. Mas essa é matéria a que teremos oportunidade de voltar!...

O que me parece é que há aqui uma visão extremamente egocêntrica do ponto de vista partidário e do ponto de vista pessoal em relação à situação em matéria das Forças Armadas e em relação à situação em matéria de defesa, visão, essa, que peca por um excesso de optimismo e que só comprehendo se tivermos em conta aquilo que já sublinhou o meu companheiro de bancada Miranda Calha, que é o êxito que o Sr. Ministro teve em relação aos seus parceiros de coligação no que diz respeito ao «engolir» do processo do *leasing* quanto à aquisição de equipamentos por parte das Forças Armadas. Aí, há, de facto, razões para optimismo e para algum egocentrismo por parte do CDS, que está a ser coerente com aquilo que votou com o Partido Socialista quando foi aprovada a Lei de Programação Militar em vigor.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Devo dizer que não tenho uma visão muito negativa desta proposta que nos apresentam e, por isso, estou inteiramente de acordo em que não votemos contra ela. Pelo contrário, até pensava que talvez devêssemos ir mesmo mais além do que uma abstenção no que diz respeito a este diploma,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — E pensava bem!

O Orador: — ... porque me parece que, no essencial, vai na linha dos governos anteriores, nomeadamente dos governos do Partido Socialista,...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é que não!

O Orador: — ... a quem se deve também — como reconhecerão aqueles que olharem para estas matérias de uma forma isenta e não caírem no maniqueísmo tradicional da Assembleia da República — o pouco de renovação do equipamento das nossas Forças Armadas que se verificou ao longo dos últimos anos.

Isto porque, ao contrário do que o Sr. Ministro disse, a situação é de decepção, de desilusão, sendo que no plano internacional não quero dizer que não contamos mas contamos muito pouco.

Aliás, tivemos oportunidade de verificar, com tristeza, porque somos todos patriotas (e não admito que ninguém ponha em causa o meu patriotismo), a forma como o Sr. Ministro da Alemanha, num confronto verbal, se dirigiu ao Sr. Ministro da Defesa Nacional e, sobretudo, tivemos oportunidade de ver aquele espectáculo lamentável que foi o Secretário-Geral da NATO — Aliança com a qual temos sido sempre extremamente fiéis, de uma fidelidade que em circunstância alguma pode ser posta em causa — esquecer-se de dar a palavra ao nosso Primeiro-Ministro na Cimeira de Praga. Isto é um sinal verdadeiramente terrível! E ter de ir um assessor por detrás...

Protestos do Deputado do CDS-PP Telmo Correia.

Sr. Deputado Telmo Correia, tenho muito gosto em ouvi-lo, mas deixe-me acabar.

Agora, a situação é esta, e é, do meu ponto de vista, incontornável!

Por outro lado, penso que não há aqui um rasgo, não há uma estratégia, não há nada que altere o *status quo* em matéria daquilo que é a absoluta necessidade de renovação do equipamento das nossas Forças Armadas.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente, colocando duas questões ao Sr. Ministro.

A primeira diz respeito ao programa dos *A400M*. Gostava de saber se esse programa põe ou não em causa a nossa participação num conjunto de programas europeus que são perfeitamente auto-suficientes e que, numa lógica de 10 a 15 anos, se pagariam a si próprios.

Depois, pergunto-lhe se não é altura de renegociarmos o acordo da base das Lages. Quando vemos a Turquia a discutir por 30 000 milhões de dólares a utilização de duas bases pelas forças americanas, a quem deve muito da sua segurança, tendo nós a base das Lages, desde 1995, sem qualquer renegociação, não será altura de fazermos essa renegociação? Não será altura de vermos o Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro a «baterem o pé» pelos interesses nacionais e irem buscar recursos para comprar os tais equipamentos que compramos, se possível em primeira mão, se não pudermos, em segunda, mas de qualidade? Vamos lá a ver, Sr. Ministro!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Miguel Ribeiro.

O Sr. Rui Miguel Ribeiro (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, gostaria de usar da palavra, em primeiro lugar, para referir e congratular-me com o pragmatismo que está subjacente a esta revisão da Lei de Programação Militar.

Do meu ponto de vista e do ponto de vista do PSD, esta revisão tem por referência a questão fulcral e incontornável do interesse nacional, proporciona-nos garantias de que as gravíssimas lacunas de que enfermam as principais capacidades operacionais nos três ramos das Forças Armadas vão ser colmatadas e, como tal, o caminho do declínio irreversível por que passaram as Forças Armadas na última década vai ser, finalmente, invertido.

Permito-me destacar alguns aspectos.

Vamos ter duas esquadras de *F-16* que serão capazes de operar em conjunto com os nossos aliados da NATO e de assegurar de forma capaz a vigilância da totalidade do nosso espaço aéreo, o que é importante referenciar porque não basta ter os *F-16*, é importante que eles sejam interoperativos com os nossos aliados.

Teremos uma incrementada capacidade de projecção de forças com o navio polivalente logístico e uma mais moderna capacidade de transporte táctico-estratégico da Força Aérea conseguida em tempo útil e a preço razoável, o que é importante sublinhar.

O Exército terá, finalmente, o seu Grupo de Aviação Ligeira. As chaimites vão, finalmente, descansar!...

O processo de substituição de arma ligeira, que é um verdadeiro «fenómeno de Santa Engrácia» da defesa nacional, vai consumar-se durante esta década.

Quero, ainda, sublinhar a grande importância que tem a prioridade que é conferida à substituição das fragatas da classe *João Belo*, conferindo à Armada uma capacidade anti-aérea que é crucial nos teatros de conflito contemporâneo em que previsivelmente elas terão de operar.

Esta revisão é conseguida acrescentando 18 novos programas, reduzindo os períodos de *leasing*, baixando as taxas de juro e mantendo rigorosamente o volume de investimentos previstos em 2001.

É, diria, quase que um «milagre da multiplicação dos peixes», não fora o termos de abdicar no imediato do terceiro submarino.

Concretamente, gostaria de fazer duas perguntas ao Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Primeira, para quando é que prevê que se possa efectivar o reforço dos meios aeronavais estacionados na Madeira e nos Açores de modo a reforçar a capacidade de Portugal afirmar a sua soberania, a sua fiscalização e a sua actuação em missões de busca e salvamento e de prevenção de ameaças no vastíssimo espaço marítimo. Estou a pensar não só mas também, e nomeadamente, na instalação de uma esquadriilha de *F-16* na base de Porto Santo.

Segunda, quais são as perspectivas que o Sr. Ministro pode ter hoje quanto às reais possibilidades de, a médio prazo, Portugal vir a adquirir o terceiro submarino, equipamento que complementaria de forma importante a capacidade submarina de Portugal nesta área.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Lello.

O Sr. José Lello (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, pela amostra, não tenho dúvidas de que esta lei é uma contrafação menor da actual Lei de Programação Militar. Nos conceitos claudicou, nos princípios encolheu. Por isso, não tenho dúvidas das razões por que não devemos votar a favor.

O Sr. Ministro não reviu a Lei até Dezembro, como se impunha, mas teve tempo para despachar, «à socapa e na vigésima quinta hora», o contrato de renovação dos aviões *P3 Orion* para a Lockheed, dando-lhe patrioticamente o estatuto de *brand contractor* em desfavor da portuguesa OGMA.

Fala-se agora de 12 aviões *Alenia Lockheed*, menos três do que se previam, num conjunto com outros seis aviões *C-130J*, também da Lockheed, mais três do que os programados, em detrimento de um programa cooperativo europeu, com 60 % de retorno mínimo para a indústria nacional, cerca de 145 milhões de euros. Já agora, Sr. Ministro, onde é que o senhor foi buscar que os *Airbus* custam 250 milhões de euros mais do que custam os *C-130*? Comparando capacidades, eles são comparáveis no preço.

Fala-se, ainda, em helicópteros *Blackhawk*, também americanos.

Fala-se de muitas coisas, Sr. Ministro! Ele é sempre um falatório!... Mas nós cá estaremos, no debate na especialidade — pode estar certo disso! —, para falarmos sobre estas temáticas!...

O Sr. Ministro também resolveu reduzir o número de submarinos a adquirir, de três para dois, como se a batalha anterior, de três, tivesse sido uma bizarria e não doutrina oficial. E o Sr. Ministro sabe que, em três navios, um terá de estar em grande reparação, e, portanto, dele se esperará uma prontidão nula, outro terá de estar em pequena manutenção ou em instrução, portanto, com prontidão reduzida, e o terceiro estará a navegar com a máxima disponibilidade operacional e uma prontidão total. Eram três os submarinos da classe *Daphné* e, agora, o Sr. Ministro com dois vê que eles pouco servem, três as fragatas *Meko* da classe *Vasco da Gama*, três as fragatas da classe *João Belo* e três as que as substituirão.

Ao fazer esta opção, colocou-nos ao nível da Argélia, que tem dois, e esqueceu-se de nos colocar ao nível da Dinamarca, da Holanda e de outros países, que têm mais de dois submarinos para garantir uma operacionalidade sustentável!...

Como é que, então, vai garantir a prontidão operacional da dissuasão submarina com apenas dois navios? E qual é a taxa aplicável a esta LPM? Agora, fala-se em 5 %, porque as taxas baixaram. E se subirem? O artigo 13.º, n.º 2, já lá está por isso mesmo. Ou seja: o Sr. Ministro tem uma LPM ao jeito do crédito à habitação!

Já agora, como foi que a Sr.ª Dr.ª Manuela Ferreira Leite, que não se encontra presente, como exigiu ao Sr. Ministro das Finanças da época, aprovou agora o *leasing* operacional deste Governo? Então, agora já não hipoteca os nossos filhos?! Entendo, agora já não encrava a vida aos nossos netos?! E o PSD, que, por razões meramente políticas, impediu por seis anos a modernização das Forças Armadas, já dá de barato o tecto limite de 20 % para o *leasing* operacional?!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Houve por aqui muita mudança! Houve muita mudança, Sr. Ministro!

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Para melhor!

O Orador: — É a mudança à *la carte* ou a mudança, porventura, à *la minute*!...

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional. Informo que dispõe apenas de 3 minutos e 22 segundos.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, não vou, naturalmente, entrar nesta polémica, em Plenário, sobre o sentido de voto do maior partido da oposição,...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — ... que respeito e cujo concurso conceptual e operativo em questões de defesa nacional considero acima de qualquer outro, naturalmente, na oposição.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Agora, Sr. Deputado José Lello, devo dizer-lhe que não percebo tanto ressentimento. Só se for por termos uma taxa de execução consideravelmente melhor.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Mas foram opções que não dependiam dos vossos Ministros da Defesa, eles submetiam-se. São opções que, neste Governo, passam pelo Primeiro-Ministro, pela Ministra de Estado e das Finanças e pelo Ministro de Estado e da Defesa Nacional, e é isso que nos permite ter uma taxa de execução bem superior, porque não fazemos das Forças Armadas a cobaia dos orçamentos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, lamento dizer-lhe, mas a sua informação, desde que saiu da área do poder, diminuiu,...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Já não era muita!

O Orador: — ... o que, aliás, pode acontecer, não é nenhum facto estranho, não é, sequer, um *faits divers*.

Sr. Deputado, vou citar o despacho do Dr. Rui Pena — por acaso, antigo democrata-cristão (e creio, aliás, que para sempre!), mas também seu colega de governo, a propósito da modernização dos P3. É que eu fiz exactamente o que ele, num despacho orientador, entendia que se fizesse, sem tirar nem pôr, vírgula por vírgula, que era: «Seleccionar para concurso as empresas Lockheed Martin e L3 Communications». Este foi o despacho orientador do Dr. Rui Pena do dia 3 de Abril de 2002, quatro dias antes de se ir embora.

Eu segui essa orientação e V. Ex.^a acha que isto é dar um estatuto especial a uma das empresas, quando o despacho é idêntico àquele que foi subscrito pelo seu colega. Sr. Deputado, não vale a pena!

Quanto aos *Alenia*, engana-se outra vez e ainda mais. Ainda ontem, este seu amigo estava na Base Aérea de Sintra a ver a demonstração do CASA295.

Ó Sr. Deputado, uma coisa V. Ex.^a vai ter de perceber: eu sou favorável a opções europeias, não sou favorável a obsessões europeias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. José Saraiva (PS): — Não se vê!

O Orador: — Sr. Deputado José Lello, candidatos aos submarinos: europeus; candidatos principais à substituição das viaturas: europeus; candidatos principais à substituição de arma ligeira: europeus; candidatos principais à substituição dos *Aviocar*: europeus. Se analisar os candidatos programa a programa, verificará que a componente europeia está absolutamente presente nos três ramos das Forças Armadas.

VV. Ex.^{as} não acreditavam que o Governo protegesse o Grupo de Aviação Ligeira do Exército. Cá está a verba que o protege.

E, sobretudo, Sr. Deputado, aqui qualquer coisa que não bate certo: como é que V. Ex.^a tem tanto ressentimento quanto a uma lei que é aprovada por unanimidade pelos chefes militares e pretende convencer-nos de que estão todos errados e V. Ex.^a está certo do ponto de vista do racional militar e operacional? Com certeza que não está, Sr. Deputado!

Vamos agora falar da questão do *A400*, Sr. Deputado José Lello.

Primeiro: houve quatro ministros do Partido Socialista que fizeram despachos ou orientações envolvendo a Lockheed Martin e nunca ninguém os pôs em causa, e eu também não os colocarei em causa.

Segundo: imagine que seguíamos essa nova birra política, que era cessar relações comerciais com a Lockheed Martin. Sabe quantos empregos se perdiam nas OGMA? Perdiam-se 360, Sr. Deputado!

Terceiro: preço do *A400*. Quer que lhe recorde o que dizia o Director-Geral de Armamento do vosso tempo? Aliás, aproveito para sublinhar a enorme falta de consideração que os Srs. Deputados revelam pelo Sr. General Melo Correia, que é Director-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS José Saraiva.

O Orador: — Dito isto, porque não vale a pena ir por aí, Sr. Deputado José Saraiva (o Sr. General Melo Correia já lá estava e lá continua), gostaria de prosseguir, dizendo o seguinte: em relação ao preço do *A400M*, Sr. Deputado José Lello, o valor que estava inscrito na Lei de Programação Militar de 2001 era referente a 1998 e não continha a actualização com a taxa de inflação. Agora, imagine o que esse valor mais a taxa de inflação de todos os anos até 2012.

Por outro lado, o prazo de 2012 não contava com a desistência da Itália nem com a redução da encomenda da Alemanha e, portanto, transformar-se-á, provavelmente, em 2013 ou em 2014.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Concluo já, Sr. Presidente.

Se o Sr. Deputado quer manter a opção pelo *A400* tem de explicar aos portugueses como é que vai pagar muito mais caro por menos aviões, que chegam muito mais tarde. Não é racional! Não é operacional! E devo sublinhar, Sr. Deputado, que não só a Força Aérea, como o Exército português, em Conselho Superior Militar, consideraram que, do ponto de vista do tipo das suas missões, o avião preferencial era o *C-130*.

Saber se compramos novos, caso consigamos um bom contrato, ou se renovamos os actuais é uma opção em aberto. O que está para mim excluído é a participação tardia — e V. Ex.^a sabe que foi tardia — no projecto *Airbus*, obrigando o contribuinte a suportar mais 250 milhões de euros por menos três aviões.

Sr. Deputado, eu acho que há limites, sobretudo quando o País está numa situação difícil.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. João Soares (PS): — O Sr. Ministro não respondeu às perguntas que fiz!

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra pessoal.

O Sr. Presidente: — Quer ter a bondade de explicar qual é o motivo do seu agravo, Sr. Deputado?

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, é por causa das considerações que o Sr. Ministro fez quando respondeu às questões que lhe coloquei.

O Sr. Presidente: — Quais foram essas considerações, Sr. Deputado? Não notei que tivesse havido qualquer frase agressiva.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro da Defesa Nacional, a páginas tantas, sugeriu, quando fiz alguns comentários sobre a legislação que aqui nos era proposta — e estou, naturalmente, no exercício legítimo de um direito, porque penso que posso fazer essas considerações —, atirou para cima da mesa como que a ideia de que eu estava em contraposição em relação àquilo que os chefes militares tinham aprovado ou a que tinham dado parecer favorável.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, dificilmente considero que isso seja uma ofensa à sua honra pessoal.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Não, Sr. Presidente! É que isto deixa a pairar uma ideia no que se refere àquele que é o nosso estado de espírito em relação ao reequipamento das Forças Armadas e nós...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado. Peço-lhe, no entanto, que seja breve.

O Sr. Miranda Calha (PS): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Ministro fez, há pouco, uma intervenção sinalizando precisamente esta ideia de um parecer que terá sido de oportunidade, segundo diz, dos chefes militares em relação a esta matéria.

Não tenho dúvidas em considerar e em ter na minha linha de argumentação aquilo que, efectivamente, são as considerações feitas pelos chefes militares. Aliás, quando, no passado, aprovámos aqui uma legislação em relação à programação militar (que teve também o apoio do então Deputado Paulo Portas), nós não boicotámos, como, por exemplo, fez o maior partido da oposição de então, o reequipamento das Forças Armadas.

O Sr. José Magalhães (PS): — Aí está!

O Orador: — Nós — e já tive aqui também a oportunidade de o dizer — não vamos votar contra este progra-

ma que aqui nos foi apresentado, mas não pode ficar a pairar uma ideia de pressão sobre o meu partido e sobre mim próprio em relação àquelas que são as argumentações corporativas de outros sectores e corpos do Estado.

Desejamos o reequipamento das Forças Armadas e, naturalmente, iremos trabalhar, certamente agora em sede de especialidade, em relação às opções que aqui foram feitas e às não respostas que aqui aconteceram por parte do Sr. Ministro, especialmente na área dos programas cooperativos, correspondendo também àquela que foi a mensagem do Sr. Presidente da República à Assembleia da República sobre a opção europeia e sobre aquele que é o nosso trabalho de reequipamento em consonância com a Europa, à qual pertencemos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional.

O Sr. José Magalhães (PS): — Já agora, responda à pergunta que foi feita e ficou em aberto!

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Miranda Calha, não tenho consciência e, sobretudo, não tive qualquer espécie de vontade de ofender a sua honra e por isso mesmo, esclarecida essa matéria, tentarei racionalizar no contraditório aquilo que o Sr. Deputado objectou.

Eu disse *ipsis verbis* no discurso que fiz que, num Estado de direito democrático, os eleitos podem, e às vezes devem, decidir contra a opinião dos militares ou apesar dela.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Ah!...

O Orador: — Está escrito, Sr. Deputado. Pode consultar!

Mas sublinhei também que me parecia relevante, tal foi o défice de confiança nos últimos anos entre a instituição militar e o poder político, para efeitos de avaliação, que os chefes militares tivessem dado parecer unânime favorável a esta lei.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Com certeza!

O Orador: — Digo que isto é relevante do ponto de vista político por aceitar alguma forma de pressão? Não! É porque acho que é um critério de avaliação que há-de ser importante para uma pessoa que já teve responsabilidades governativas, como o Dr. Miranda Calha!

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Exactamente!

O Orador: — Ou seja: a conclusão que tirei foi a de que, tendo um parecer favorável dos chefes militares, quem se queira opor a esta lei vai ter de o fazer com argumentos tão sólidos, tão sólidos, tão sólidos, que demonstrem, entre outras coisas, que o racional militar e operacional não está certo. Considero que é uma espécie de agregação de responsabilidade que existe no momento em que os chefes

militares dão um parecer unânime positivo face à proposta de lei. Porque, evidentemente, se o dão é porque concordam com o racional militar e estratégico da lei. Do ponto de vista operacional, sabem mais do que V. Ex.^a e do que eu. A nós compete-nos decidir em função do interesse público e com os recursos disponíveis.

Agora, não me parece que seja possível que seja indiferente para V. Ex.^a o facto, como oportunidade, de termos o parecer positivo dos chefes militares, que, aliás, VV. Ex.^{as} ouviram.

Sr. Deputado, quanto a projectos cooperativos, já lhe disse que o relacionamento comercial com a indústria norte-americana vem do seu governo e de outros governos anteriores ao seu, tem décadas. Já lhe disse que, neste momento, se seguíssemos a posição da Embaixadora, que é «cessem as relações com a Lockheed Martin», iam 360 trabalhadores perder o seu emprego, por causa da modernização dos F-16, por causa da modernização do P3, por causa de inúmeros contratos que temos e onde dependemos dessa tecnologia.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente.

Terceiro: já lhe disse, Sr. Deputado, que quem saiu do projecto-mãe do A400 foi o governo de V. Ex.^a. Portugal saiu em 1998 do projecto FLA, que é o antecessor do projecto do A400. Ora, eu não tenho qualquer culpa que Portugal tenha entrado tarde e não tenha entrado no núcleo de decisão e, como não entrou no núcleo de decisão, os aviões portugueses ficaram para 2012.

O Sr. João Soares (PS): — Não é essa a questão!

O Orador: — E, entretanto, o que fazemos até 2012? Paga uma modernização, que, depois, é dispensável, dos actuais Hércules? Não consegue vender os actuais Hércules em condições óptimas?

O Sr. João Soares (PS): — Consegue!

O Orador: — Tudo isto só para pagar o preço de uma etiqueta, custando cada um deles muito mais caro?!

Ó Sr. Deputado, por amor de Deus! São metade dos aviões que temos e custam muito mais caro! E é este racional que V. Ex.^a terá de demonstrar. Acha que bastam três? Quer que lhe leia o parecer do Almirante...

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o tempo de que dispunha está esgotado.

O Orador: — Sr. Presidente...

O Sr. Presidente: — Tenha paciência, mas não posso conceder-lhe mais tempo. Inscrevê-lo-ei para uma intervenção...

O Orador: — Sr. Presidente, pedia-lhe 15 segundos para uma informação que é relevante.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, só são 15 minutos, porque depois corto-lhe a palavra.

O Orador: — Posso mostra-lhe o parecer do «vossa» Director-Geral de Armamento,...

Protestos do PS.

... «vossa» do governo do Partido Socialista, dizendo que os três A-400 não eram suficientes e tinham de ser aumentados em próxima revisão da Lei de Programação Militar. Se não estava lá a inflação; se não estava lá o aumento do preço; se não estava lá o ILS; se tinham de ser mais... Até onde é que VV. Ex.^{as} estão dispostos a pagar? É porque nós não estamos!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva.

O Sr. Rui Gomes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As minhas primeiras palavras nesta intervenção são para saudar a mensagem de S. Ex.^a o Presidente da República; saudar este espaço de preocupação que o Sr. Presidente da República trouxe à nossa consideração; saudar essa sugestão sobre a necessidade de gerarmos entre nós, Deputados de todos os quadrantes políticos, um espaço de entendimento e de convergência em matéria tão sensível como é a defesa nacional.

Partilhamos, Srs. Deputados, esse apelo ao consenso nacional e daqui queremos responder ao Sr. Presidente da República que, sendo esse um desígnio nacional, é também, por certo, o nosso!

Aplausos do PSD.

Saberemos, como diz o Sr. Presidente da República, escolher criteriosamente os caminhos a percorrer e pode o Sr. Presidente da República estar certo de que pode contar connosco nesse mesmo empenho!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo apresentou uma Lei de Programação Militar realista face às condições económicas que o País vive. Com esta LPM podemos nós, Portugal, caminhar no sentido de umas Forças Armadas modernas, prestigiadas e equipadas, de forma que possam garantir o cumprimento das missões, dar resposta às ameaças, satisfazer os nossos compromissos com os aliados.

No Conselho Superior de Defesa Nacional, apenas com uma abstenção do Partido Socialista, segundo se sabe — que, aliás, considera a proposta de lei «estimulante», segundo declarações de alguns dos seus Deputados —, os chefes dos ramos entregaram ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas a transmissão de uma posição comum, posição essa que sublinhou a distribuição mais equitativa pelos três ramos, uma nova visão política global, uma declaração de unidade — por muito que isso custe aos Deputados da oposição!

Sr. Presidente, só temos memória de outra atitude nestes termos, em que o Chefe do Estado-Maior General das

Forças Armadas falou pelos outros chefes de Estado-Maior, em relação a uma já longínqua lei, apresentada em 1980, era então Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro e Ministro da Defesa Adelino Amaro da Costa.

Saberemos sublinhar e realçar o significado político desta atitude. Da intervenção do Sr. Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas poderemos retirar algumas ideias-base: em primeiro lugar, posição comum dos três ramos; em segundo, que esta lei de programação militar atende a factores de planeamento face à actual situação internacional. Ela representa uma articulação directa entre a tutela e os chefes militares, com benefícios na racionalidade militar das soluções encontradas, racionalidade esta que está ajustada aos objectivos políticos e às condicionantes financeiras.

Como diria o Sr. Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas — em declaração que tivemos nós, Deputados da Assembleia da República e da Comissão de Defesa Nacional, oportunidade de conhecer —, há nesta proposta de lei de programação militar uma vontade enorme de suprir lacunas para os teatros de operações que se perspectivam. Em suma, novos programas permitirão capacidades militares acrescidas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quais, então, as principais medidas desta LPM que o partidos da oposição terão tempo de analisar, em sede de especialidade?

Na Marinha sobressai a substituição da classe das fragatas da classe *João Belo*, o recompletamento da esquadilha de helicópteros orgânicos, e também uma nova vertente de defesa aérea diária, mais capacidade na luta de anti-superfície e anti-submarina, o *upgrade* das fragatas *Meco*.

No Exército, a substituição das viaturas blindadas, da arma ligeira desse equipamento de engenharia. Mais capacidade de combate e de apoio, reforço de rádios portáteis, melhores comunicações, controlo e interoperabilidade. Na Força Aérea, o radar móvel defesa aérea táctico, condições de combate aéreo em formas destacadas e modificação dos aviões de patrulhamento marítimo.

Qual o significado desta LPM, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados? Desde logo, que ela facilita e potencia a evolução tecnológica, o desenvolvimento de capacidades modelares e a gradual aproximação do orçamento da Defesa Nacional portuguesa para níveis NATO.

Com esta Lei de Programação Militar o Governo inscreve alguns (bastantes mesmo!) novos programas: desde logo, Sistema de Gestão Integrada de Defesa Nacional, o completamento dos helicópteros da Marinha, como se disse; a substituição das fragatas da classe *João Belo*; os novos navios de patrulha oceânicos; os novos navios de combate à poluição (que não são «carcaças»); o reordenamento do parque escolar; a aquisição de rádios de secção; a substituição da arma ligeira G-3; as viaturas blindadas de rodas; o equipamento de desactivação de explosivos; o comando e o controlo do espaço aéreo dos Açores, o ARS de Monsanto em Beja; substituição ou modernização dos C-130; helicópteros de instrução; sistema de infra-estruturas móvel; sistemas de autoprotec-

ção de aviões; modernização da componente territorial; formação de pilotos.

Todos estes programas, Srs. Deputados, constituem matéria que não constava da Lei de Programação Militar anterior. A anterior LPM falava-nos de um *leasing* de 5,4 mil milhões de euros, com 67% dessas verbas alocadas em *leasing*, com juros de 2 mil milhões de euros, com prazo de 25 anos, com uma taxa fixa de 7%. Dizia, então, o Deputado Durão Barroso — o, hoje, Primeiro-Ministro — que essa Lei de Programação Militar «hipotecava as gerações futuras».

Lembram-se (e nunca é demais recordá-lo!) de que a Marinha votou contra e o Exército aprovou com reservas a anterior Lei de Programação Militar? Foi este o resultado da votação em sede do Conselho Superior de Defesa Nacional. Esta nova LPM é rigorosamente o contrário: é um investimento exactamente igual ao da Lei n.º 5/2001, mas com algumas — muitas! — diferenças: investimento de 5,340 milhões de euros em 24 anos. Relembro que a anterior apontava para 5,446, em 36 anos; 80% do capital e 17% em juros. Em 2001, na lei que aqui se altera a distribuição era precisamente de 64% de capital e de 36% de juros, pelo que esta Lei de Programação Militar traduz um modelo de financiamento mais saudável. Em primeiro lugar, um equilíbrio entre o *leasing* e o financiamento tradicional; em segundo lugar, uma redução da perdurabilidade dos encargos financeiros; e, em terceiro lugar, uma distribuição mais equitativa entre os três ramos das Forças Armadas.

O *leasing* operacional baixa dos cerca de 67% para cerca de 50%; os prazos passam de 25 anos para 15 anos; e a taxa fixa passa de 7% para 5%. Porquê? Porque se reduz o risco, porque se reduz o prazo. Há, Srs. Deputados, uma poupança de 1069 milhões de euros de juros e o investimento líquido aumenta — por muito que isso custe ao Partido Socialista...! — 27,5% em relação à Lei de Programação Militar de 2001.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma Lei de Programação Militar que aponta para — e eu citaria outra vez a preocupação do Sr. Presidente da República — clareza nas opções estratégicas, determinação na política de reformas, realismo no reequipamento. Eu diria que é uma Lei de Programação Militar mais barata,...

Risos do Deputado do PS José Saraiva.

... que permite o reequipamento das Forças Armadas em menos prazo e permite — para ser muito terra-a-terra — mais capacidade, ou seja, mais coisas, assente essencialmente em cinco grandes vectores.

Em primeiro lugar, dá condições de projecção de força onde Portugal tenha interesses estratégicos a defender. De acordo com o novo conceito estratégico de defesa nacional, vamos ter um navio polivalente logístico, vamos, possivelmente, ter a revisão dos C-130, prolongando a sua vida útil.

Segunda grande ideia desta Lei de Programação Militar: dissuasão operacional credível. Através de quê? Da

remodelação dos 40 F-16, da remodelação das três fragatas *Meco*, da substituição por três fragatas da antiga classe *João Belo* e da aquisição de dois novos submarinos.

Terceira grande ideia-força: missões de serviço público de acordo com o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, através de oito patrulhões novos, dois navios para combate à poluição marítima e à aquisição de barreiras e outro material de compressão para proteção de costa.

Quarto grande vector desta Lei de Programação Militar: a capacidade de actuação das Forças Armadas em teatros de grande hostilidade operacional; aquisição de dois veículos e também de equipamento de contra-armamento NBQ para uma companhia.

Quinto e último grande sentido da Lei de Programação Militar: a possibilidade de uma maior intervenção das Forças Armadas, em operações de humanitárias e de manutenção da paz; aquisição de veículos de transporte ligeiros; aquisição e substituição das G-3 por uma arma moderna, onde a GNR estará certamente incluída, e a dotação operacional do Grupo de Aviação Ligeira do Exército.

Estas são, de alguma maneira, as cinco grandes ideias que esta lei de programação militar acarreta. Quais os efeitos? Eu diria dois: em primeiro lugar, grande transparência e desenvolvimento e apoio à indústria nacional. Também aqui estamos com o Sr. Presidente da República — também aqui defendemos que a indústria nacional deve ser preservada, deve ser apoiada, deve ser acarinhada, e lá está, nas tais fichas de que o Sr. Deputado Luís Fazenda há pouco falava, o desenvolvimento de matéria nesse sentido para proteção às OGMA, para proteção a empresas como os estaleiros navais de Viana do Castelo.

Com esta nova Lei de Programação Militar, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, as Forças Armadas do futuro, as Forças Armadas portuguesas terão menos efectivos, mas estarão melhor equipadas e terão mais meios. As Forças Armadas do futuro terão capacidades crescentes de projecção e de sustentação — comando, controlo e comunicações e informações; terão a capacidade de reforço das capacidades dissuadoras e de resposta rápida; terão uma melhorização dos meios de participação em missões humanitárias e de paz; terão mais proteção das forças e autonomia na salvaguarda dos interesses nacionais; gerarão uma maior interoperabilidade com os aliados — por muito que isso custe ao BE e ao PCP...! —, preservando e fortalecendo o eixo transatlântico, que é o nosso.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em conclusão, Sr. Presidente, eu diria que esta Lei de Programação Militar permite que as Forças Armadas portuguesas saiam, depois da sua implementação, depois do seu desenvolvimento, mais moralizadas, mais apelativas para as futuras gerações, mais capazes de cumprir as obrigações decorrentes da nossa integração na NATO.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Definida a LPM, vêm aí, por certo, outros desafios: vem aí a reforma da Lei de Defesa Nacio-

nal; vem aí a concretização da profissionalização cujos prazos importa reafirmar — com esta LPM a profissionalização recebe, quanto a nós, um grande incentivo.

Concluindo, com esta Lei de Programação Militar procede-se ao apoio às Forças Armadas, no seu conjunto, em consenso nacional, só quebrado com questões laterais, como a opção por qual o tipo de avião de transporte táctico e estratégico pelo qual Portugal deve optar.

Para nós são fundamentais os critérios de preço e de utilidade, não de obsessões geográficas, como muito bem o Sr. Ministro, há pouco, referia. Na LPM deveremos escolher criteriosamente os caminhos a percorrer. Defendemos uma lei de programação militar onde a Defesa Nacional saia mais barata, as Forças Armadas tenham material mais atempadamente e onde consigam ter mais capacidades em fazer mais coisas.

Os militares deverão ter orgulho de pertencer a umas Forças Armadas bem equipadas, bem preparadas, mais moralizadas, mais apelativas. E essas Forças Armadas de Portugal serão assim com esta Lei de Programação Militar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Gomes da Silva, faço-lhe um pedido de esclarecimento porque a posição do PSD é a «grande novidade» desta revisão da Lei de Programação Militar. E é a «grande novidade» porque comparo-a com as intervenções que aqui foram feitas, em 2001, pelos Srs. Deputados do PSD.

Lembro-me da intervenção do Sr. Deputado Carlos Encarnação, que criticava contundentemente o recurso ao *leasing* dizendo que «(...) o que o Governo nos diz é que o Pacto de Estabilidade impõe o recurso a uma solução como esta, isto é, o Governo cria, através do recurso ao *leasing* operacional, a ficção de que as verbas serão inscritas, ao longo dos anos, como rendas e foge à inclusão do total do valor das aquisições do ano da assunção do compromisso. É, portanto, uma habilidade».

Risos do Deputado do CDS-PP João Rebelo.

Dizia mais o Sr. Deputado Carlos Encarnação, com toda a contundência, o seguinte: «(...) se o Orçamento do Estado não contemplar as verbas necessárias, o recurso legal é a dívida pública (...)» — não se podia ser mais claro!

E diz, adiante, que «(...) a política de defesa nacional é uma política de Estado, deve estar acima dos interesses partidários e é nosso entendimento que esta política não merece a prática de habilidades ou artifícios nem o endoso de responsabilidades (...)».

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Perante afirmações tão peremptórias, pergunto a V. Ex.^a se o PSD se considera satisfeito com isto e se considera que, com a redução da taxa de juro

aplicável, com a redução do prazo e a redução de um submarino, o recurso ao *leasing* é aceitável.

Em segundo lugar, tenho de perguntar-lhe se sabe onde está a Sr.^a Ministra das Finanças. É porque a Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, em 2001, foi muito crítica em relação ao Governo dizendo que se tratava de um problema orçamental, de um problema financeiro e que, por isso, queria ver aqui o Ministro das Finanças. E perguntou até se o Ministro das Finanças sabia, se tinha conhecimento de uma proposta de lei como esta, que era, segundo a Sr.^a Deputada dizia, «(...) a maior provocação que, algum dia, um governo apresentou à Assembleia da República.».

São palavras da, então, Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite: «(...) não há memória de haver algum governo que tenha tido a ousadia de tentar humilhar os Deputados da forma como esta lei pretende fazê-lo.».

Portanto, agora que o PSD vai aprovar uma lei que recorre ao mesmo princípio de financiamento da anterior, pergunto se o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva sabe se a Sr.^a Ministra das Finanças concorda com esta proposta de lei e, já agora, se sabe por que é que ela não está aqui, dando o exemplo relativamente àquilo que afirmava quando era Deputada do PSD.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Fica-lhe mal defender o PS! O PCP a defender o PS!... Ao que isto chegou!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva, a quem chamo a atenção para o tempo de que dispõe o seu partido.

O Sr. Rui Gomes da Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, esta é daquelas perguntas que não estranho. E não estranho, porque, nada mais tendo a que recorrer, alguns entendem que haverá dúvidas em relação à opção sobre a compra de um avião de transporte e os senhores recorrem ao assunto do *leasing*.

Sr. Deputado António Filipe, o Sr. Ministro da Defesa já aqui referiu que a Sr.^a Ministra das Finanças evoluiu num certo sentido, ou seja, caminharam, cada um no seu sentido, e encontraram-se em relação à matéria que tem a ver com as condições do *leasing*. Mas não se trata, única e simplesmente, de desistir de qualquer posição.

O Sr. Deputado, eu disse isto na tribuna! O problema é o seguinte: estamos a tratar de um *leasing* a 15 anos e não a 25 anos; estamos a tratar de um *leasing* com uma taxa de 5 % e não de 7 %; estamos a tratar de um *leasing* que abrange cerca de 50 % da Lei de Programação Militar e não cerca de 70 %. Há diferenças substanciais! Eu próprio, inclusive, reconheço que o ideal seria termos dinheiro suficiente para comprar tudo a pronto.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Exactamente!

O Orador: — Se calhar, era o ideal, como é evidente! Mas também lhe digo que o PSD votou, várias vezes, a favor de vários *leasings*, em relação a leis anteriores, pelo que esta não é a primeira vez.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Aquilo que entendemos é que houve uma evolução nesta lei, que, para nós, é bastante positiva, em relação à lei anterior. Nada na vida nasce espontaneamente e, portanto, há uma Lei n.º 5/2001 que nos levou a caminhar para esta lei.

Diria que não se trata de uma habilidade do PSD, que não é uma habilidade para esquecer o passado. Nós temos memória! Nós não nos preocupamos em esquecer nem nos esquecemos daquilo que defendemos, ao contrário de outros que, se calhar, pretendiam que o passado se dissipasse com um mero toque de mágica. Nós não fazemos isso, nós temos orgulho do nosso passado, nós temos orgulho daquilo que defendemos e somos coerentes.

Sr. Deputado António Filipe, não me preocupam as questões que trouxe, já estávamos à espera delas, pois esta proposta é substancialmente diferente daquela que aqui nos apareceu nessa data e que acabou por vir a ser a Lei n.º 5/2001. Nada tem a ver uma coisa com a outra e têm condições diferentes.

Mais, Sr. Deputado: para o mesmo investimento, sabe qual era o prazo da Lei n.º 5/2001? Era de 36 anos. Sabe qual é o prazo desta lei? É de 24 anos. O Sr. Deputado entende que não há aqui qualquer diferença?...

O investimento era de 5446 milhões de euros, agora, em 24 anos, é de 5240 milhões de euros. Isto não é suficiente para alterar a posição do Partido Social-Democrata? É! Digo-lhe que é e que votaremos favoravelmente esta proposta de lei com muito orgulho, com muita honra e convencidos de que estamos a contribuir para o melhoramento, para o engrandecimento e para dotar as Forças Armadas, de modo a que fiquem verdadeiramente bem equipadas para cumprir as missões que lhes estão confiadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Desejaria também, em primeiro lugar, saudar a mensagem do Sr. Presidente da República, na preocupação que manifesta relativamente à defesa nacional e no apelo que nos faz para trabalhar tendo como referência a operacionalidade e a dignidade da própria instituição militar. Pela nossa parte, manifestamos, como sempre, a nossa inteira e completa disponibilidade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, a Assembleia da República debate a revisão da LPM, lei de investimento nas Forças Armadas, cuja importância não é demais sublinhar.

Vicissitudes de ordem variaria têm conduzido a uma falta de investimento nas Forças Armadas, a qual terá de ser rapidamente colmatada, sob perigo de atingirmos o grau zero, com as consequências de inoperacionalidade das Forças Armadas e pondo em causa as suas missões constitucionais.

A proposta de lei que o Governo nos propõe corresponde, no essencial, à Lei de Programação Militar, apro-

vada na legislatura anterior e apoiada pelo Partido Socialista e pelo Partido Popular.

A estrutura fundamental da LPM mantém-se na proposta de revisão que estamos a discutir, incluindo a arquitetura financeira, com recurso ao *leasing* operacional, que tão criticado foi pelo PSD, a ponto de pôr em causa o necessário investimento na modernização das Forças Armadas, que o próprio PSD, em teoria, defendia.

Recordo que o PSD apoiou os programas de reequipamento inscritos na referida Lei mas repudiou a engenharia financeira, o que o levou a votar contra.

Sem querer introduzir qualquer elemento perturbador, compreender-se-á que recorde as posições do PSD, nomeadamente as da, então, Deputada Manuela Ferreira Leite e, hoje, Sr.^a Ministra de Estado e das Finanças, a propósito do modelo de financiamento da LPM, que, repito, é igual ao que hoje discutimos.

O Sr. António Costa (PS): — Bem lembrado!

O Orador: — A Sr.^a Ministra, na altura Deputada, Manuela Ferreira Leite considerou, então, que a proposta de lei era «(...) a maior provocação que, algum dia, um governo apresentou à Assembleia da República.», porque, como referiu, não havia «(...) memória de haver algum governo que tenha tido a ousadia de tentar humilhar os Deputados da forma como esta lei pretende fazê-lo.».

O Sr. José Magalhães (PS): — Inesquecível!

O Orador: — Não vou questionar o Sr. Ministro da Defesa sobre o paradeiro da Ministra das Finanças, como a Sr.^a Ministra das Finanças, então, Deputada, fez, relativamente ao, na altura, Ministro da Defesa. Aliás, teve como resposta institucional, na altura, do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Deputado José Magalhães, a informação de que o governo era um e que sublinhava a chancela do Ministro das Finanças na proposta de lei que estávamos, então, a discutir.

Curiosamente, a proposta de lei a que tive acesso, e que estamos a discutir, não tem a chancela da Ministra das Finanças,...

Vozes do PS: — Estranho...!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é grave?...

O Orador: — ... mas creio que se trata de uma coisa facilmente superável.

Era, pois, suposto que a lei que hoje estamos a discutir tivesse uma proposta de financiamento completamente diferente, mas a verdade é que o modelo de financiamento é rigorosamente igual. A verdade é que, perante este modelo de financiamento, há dois sentidos de voto que se mantêm, o do PS e do PP, que concordaram com a estrutura da lei, e o do PSD, em particular da Sr.^a Ministra das Finanças, que, não concordando, votou agora favoravelmente.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Então, e a abstenção?!

O Orador: — E logo uma lei destas!... Ironias do destino!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas eu gostaria ainda de recordar a posição do Sr. Deputado Carlos Encarnação, que, em nome do PSD, afirmava, a propósito do valor máximo de 20 % de *leasing*, o seguinte: «Nós, diferentemente, não voltamos atrás nos nossos compromissos. Com a nossa concordância, só passará uma lei que recupere o que consta da Lei Orgânica n.º 2/99, de 3 de Agosto.», ou seja, o limite máximo de 20 % para o *leasing* operacional.

Como os Srs. Deputados sabem, a proposta que estamos a discutir prevê um *leasing* de 52 %!...

O Sr. António Costa (PS): — Pobre Encarnação!

O Orador: — Mas deixemos a questão do *leasing* — não quero ir mais além, até porque nós nem sempre estamos nos nossos dias... Acontece a todos!...

Vamos à questão, tão do agrado do Sr. Ministro da Defesa Nacional, relativa aos aspectos conceptuais quanto à defesa. E, a esse propósito, permito-me recordar aquilo que penso ser uma contradição que não posso deixar passar em claro, até porque está presente logo no primeiro parágrafo da exposição de motivos da proposta de lei.

Refere-se que a revisão da Lei de Programação Militar está de acordo com a projectada revisão do sistema de forças e do dispositivo.

O Sr. José Magalhães (PS): — Projectada?!

O Orador: — Projectada revisão do sistema de forças e do dispositivo?! Então, não é a definição das missões das Forças Armadas e do seu sistema de forças que determina a Lei de Programação Militar?!

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — Então, actualizou-se o conceito estratégico da defesa nacional e não se procedeu à actualização do conceito estratégico militar, nem das missões das Forças Armadas, nem do sistema de forças, que são absolutamente essenciais para determinar e hierarquizar as prioridades e as capacidades das Forças Armadas?! Isto era o que seria natural mas a verdade é que temos um conceito actualizado (independentemente do juízo que se possa fazer sobre o seu valor) e uma proposta de lei que tem como objectivo dar suporte a um sistema de forças que data de 1998. Ou seja, verificamos que o conceito estratégico é o «tal documento com o qual ou sem o qual fica tudo tal e qual»,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Boa definição!

O Orador: — ... porque as missões das Forças Armadas e o seu sistema de forças são exactamente os mesmos, como se não tivesse havido qualquer alteração ao conceito estratégico de defesa nacional de 1994.

Aplausos do PS.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional invoca, como variáveis-chave do modelo de financiamento, agora aper-

feiçoados, a diminuição da taxa de juro (que é, no essencial, uma regra do mercado, conforme o Sr. Ministro reconhece), a diminuição do prazo do programa de *leasing* de 25 para 15 anos e a diminuição do número de submarinos, que passam de 3 para 2.

Verifica-se, pois, que estas variáveis assentam em três pressupostos essenciais: um que resulta do mercado, pois as taxas de juro de longo prazo baixaram na zona euro cerca de 1,1 pontos percentuais, no período de Janeiro de 2001 para Fevereiro de 2003; outro, que é a redução do período do *leasing*, vai transferir juros para a dívida pública a partir de 2007, pois há que pagar em prazos mais curtos; outro, ainda, resulta de uma redução da capacidade submarina, que tem sido tão invocada como essencial para um país cuja vocação atlântica tem sido enfaticamente sublinhada e que está, na minha modesta opinião, em contradição com a ênfase dada a este propósito no novo conceito estratégico de defesa nacional.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Mas, se relativamente à questão estrutural da lei, ou seja, aos seus programas de investimento mais relevantes e ao modelo de financiamento não há objecção de princípio, até porque corresponde, no essencial, à lei apresentada pelo PS e votada pelo PP na última legislatura, há questões que, não estando expressas na lei, nos deixam grandes preocupações e suscitam dúvidas, porque foram objecto de declarações do Sr. Ministro da Defesa Nacional, a propósito da apresentação da proposta de lei.

Qual é o grau de execução da LPM? O Sr. Ministro já disse, já respondeu, mas, como compreenderá, precisamos ainda de explicações complementares: que grau de execução por ramos das Forças Armadas? Que programas estão iniciados? Que calendarização existe? Que compromissos financeiros e outros estão assumidos? Que programas estão ou não em causa? As verbas inscritas para os programas são suficientes e garantem a sua execução?

Estas são algumas questões que são essenciais para se ter uma ideia clara da proposta apresentada e permitir aferir da sua credibilidade política. Mas há mais!

O que é feito dos saldos? Transitaram para o Orçamento, como reforço das dotações dos mesmos programas, tal como impõe a lei, ou foram «desviados» para ajudar à redução do défice?

O Sr. António Costa (PS): — Bem perguntado!

O Orador: — É que, Sr. Ministro, os valores inscritos na proposta mantêm-se ou diminuíram relativamente à Lei em vigor, mesmo não contando com os saldos. É que só a partir de 2007 é que há encargos anuais, da ordem dos 400 milhões de euros, ou seja, o dobro do que propõe a actual Lei. Pode explicar o que é que isto quer dizer, Sr. Ministro? A resposta a esta questão é essencial para compreendermos a vontade política do Governo em tornar a LPM efectiva ou, simplesmente, em fazer deste facto político mais um número de ilusionismo com consequências dramáticas para a operacionalidade das Forças Armadas. E o Sr. Ministro sabe muito bem que todos nós, poder e

oposição, estamos no limite da nossa credibilidade perante as Forças Armadas e não temos mais tempo para perder tempo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não se pode iludir durante mais tempo a situação. Não há mais tempo nem espaço para não cumprir as promessas que sistematicamente têm sido feitas.

Aplausos do PS.

O Sr. Guilherme Silva (PS): — Olha quem fala! Esta das promessas deve ser para o Engenheiro Guterres!

O Orador: — Mas, Sr. Ministro da Defesa Nacional, o Sr. Ministro, nas suas declarações públicas, na ânsia de ampliar a importância da LPM, o que, em si mesmo, não é criticável, é até positivo, tem criado as maiores dúvidas sobre aquilo que está subjacente ao mapa dos programas anexos à respectiva lei.

O nosso desejo de esclarecimento tem aumentado à medida que o Sr. Ministro se desdobra em explicações. Não podemos, pois, olhar para esta proposta, ignorando as considerações que o Sr. Ministro tem feito a seu propósito. Senão, vejamos.

Lemos, na comunicação social, que vamos adquirir equipamento em segunda mão. É verdade? Em que condições? Com que capacidades? Com que custos acrescidos de manutenção?

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Já os tivemos, com os F-16!

O Orador: — A experiência mostra que, muitas vezes, o que parece barato sai muito caro. É que não podemos esquecer que esta lei vai aumentar as necessidades de aquisição e manutenção e, portanto, tem implicações directas ao nível do Orçamento do Estado. Será que estão a ser considerados todos estes aspectos na sua verdadeira dimensão?

Ainda na mesma ordem de ideias, os concursos que o Sr. Ministro anulou,...

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Não são concursos, é um concurso!

O Orador: — ... como é o caso do dos helicópteros ligeiros para o Exército — os EC-635 —, que afirmou que iriam ser rapidamente substituídos — era uma grande prioridade —, onde é que estão previstos? É que o programa cooperativo em parceria, como sucede para os NH-90, consome todas as verbas já contratualizadas para o grupo de aviação ligeira do Exército, e não chegam. Faltam, pois, as verbas necessárias para os substitutos dos EC-635. O que é que se passa? Estará também em causa, e o Sr. Ministro ainda há pouco disse, segundo deduzi, que crê que não, e ainda bem, a parceria cooperativa que estabelecemos para os NH-90? E o que dizer dos A-400M? É verdade que o Sr. Ministro anulou a parceria que o governo anterior tinha estabelecido num programa cooperativo, a nível europeu, que, além de permitir ad-

quirir um avião europeu, dinamizando a indústria europeia e de defesa, permitia, igualmente, dinamizar a indústria nacional?

Também a este propósito saudamos a mensagem do Sr. Presidente da República, com a qual nos identificamos, porque somos a favor do reforço da política europeia de segurança e defesa.

Aplausos do PS.

Este programa permitia a Portugal participar na indústria europeia de aeronáutica, sendo parte na construção dos respectivos aviões — e não só daqueles que, há partida, viabilizaram o consórcio mas de todos aqueles que vieram a ser construídos, o que iria permitir uma taxa de cobertura da ordem dos 70 % a 80 % —, mas também implicava, para a indústria aeronáutica, volumes de trabalho proporcionais à participação portuguesa, oscilando entre 1,2 % e 1,7 % do valor global do programa.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Isso é autêntica ficção!

O Orador: — O acréscimo previsível da facturação seria de milhões de euros por ano, assim como o volume de crescimento do emprego, para além da nossa participação na investigação e desenvolvimento, na própria conceção do projecto, bem como na fabricação, diminuindo o custo unitário dos bens a adquirir. Já tinham sido feitos avultados investimentos nas OGMA, na sua preparação para esta parceria, a qual, a ser anulada, representa uma «machadada» irreversível nas indústrias de defesa e na indústria nacional.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Tem uma autoridade para falar nisso!

O Orador: — Não vou, neste momento, questionar tecnicamente uma ou outra opção, e há boas razões para o fazer, diria apenas, uma vez que invocou o Sr. Professor Adriano Moreira, em termos de despesa e de investimento, que o C-130J é despesa e o A-400M é investimento.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — É a primeira vez que ouço dizer que os A-400M são investimento!

O Orador: — Mas também não vou referir as vantagens, em vários domínios, de uma ou outra solução, sendo certo que é possível sublinhar as vantagens e inconvenientes dum e doutro. No entanto, o Sr. Ministro já inventariou, claramente, as vantagens da opção pela indústria americana, ou contra o consórcio europeu, que, como sabemos, no caso da Lockheed, ao nível dos compromissos e, em particular, na questão das contrapartidas, não tem sido positiva. Sabemos mesmo que tem havido, ao longo dos últimos anos, grandes problemas que, em muitos casos, têm tornado mais caros os respectivos equipamentos. E, Sr. Ministro, não é verdade que o PS ponha em causa as nossas relações com a Lockheed. Sabemos que, em

muitos casos — é o que aconteceu nos programas que invocou —, esta empresa é, aliás, o fornecedor exclusivo de uma grande parte dos equipamentos. Não está isso em causa, Sr. Ministro!

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Tem de dizer isso à Ana Gomes!

O Orador: — Mas haverá surpresa nesta opção por parte do Ministro da Defesa?! Não serão as reminiscências de um passado ainda recente contra o projecto europeu, Sr. Ministro?!

Aplausos do PS.

De qualquer modo, uma das questões essenciais é a dinamização ou não da indústria nacional. E, parafraseando o célebre ditado chinês, a opção é ensinar a pescar ou fornecer o peixe?! O Sr. Ministro da Defesa Nacional parece optar pelo peixe, enquanto nós optamos por ensinar a pescar. Esta opção faz toda a diferença!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As questões da defesa nacional são de tal modo importantes que requerem de todos nós, repito, de todos nós, um esforço acrescido no sentido de subordinar as questões partidárias ao interesse nacional.

A proposta de lei que estamos a analisar é absolutamente essencial para garantir a existência das Forças Armadas, mas esta é, simplesmente, uma das faces da moeda. A questão do pessoal, em todas as suas dimensões, é a outra face e não pode, igualmente, ser ignorada, caso contrário de nada serve pensarmos no reequipamento das Forças Armadas. Sem pessoal, e pessoal bem instruído e motivado, de nada serve o material.

As Forças Armadas continuam a ser uma instituição fundamental num Estado de direito democrático. É grande a nossa responsabilidade, repito, a nossa responsabilidade. Saibamos ser dignos da confiança que os portugueses e as Forças Armadas depositaram em nós.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo.

Vozes do PS: — Então, não há perguntas?!

O Sr. José Saraiva (PS): — Vai defender a Lockheed!

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Não há perguntas, Srs. Deputados, porque se tratou de uma crítica acérrima do Deputado Marques Júnior aos anteriores governos socialistas, que, aliás, aplaudimos.

Vozes do PS: — Não, não!

O Orador: — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, vou ser muito rápido e breve, por questões de tempo.

A matéria que nos é trazida aqui, a debate, na Assembleia da República, é de vital importância para a soberania e para a identidade nacional.

As leis de programação militar, como é do conhecimento geral, são um plano plurianual de investimento em equipamento de defesa.

As Forças Armadas Portuguesas precisam de equipamento militar, como aqui foi dito por muitos, como de «pão para a boca». Tal é sabido, conhecido e visível para todos.

As Forças Armadas Portuguesas estão tudo menos bem equipadas.

A herança que recebemos, nomeadamente dos governos socialistas, permitem que, neste momento, nos dias que correm, haja equipamento em serviço com mais de 40 anos, repito, mais de 40 anos. Falo de corvetas, falo de fragatas, falo de submarinos, falo de armas ligeiras, falo de aviões, falo de helicópteros, falo de viaturas blindadas ou, se quiserem, de *Chaimites*, entre outros.

É o cenário que encontramos nos nossos quartéis, conforme os senhores os deixaram, nas bases navais e aéreas, nas missões internacionais, resumindo, onde se encontre um soldado português.

O Sr. José Saraiva (PS): — Isso é só rol!

O Orador: — É melhor ouvir, não se excite!

O soldado português, aliás, destaca-se, com brilhantismo, em todos os exercícios militares internacionais em que participa, e fá-lo com um equipamento de gerações anteriores ao dos seus camaradas das outras forças armadas. Mérito, dirão alguns, orgulho, acrescentamos nós! Tal situação reforça a nossa responsabilidade em contribuir para um virar de página, para, de forma definitiva, transportarmos «as nossas tropas» para o futuro. Esta é, talvez, a última oportunidade.

Permitam-me citar, a propósito, um grande General, que dizia: «Na guerra, como na política, um momento perdido não volta nunca».

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Creio que é importante deixar esta premissa na discussão de hoje, pois ela é a base desta discussão.

O investimento na área da defesa nacional não é, para efeito da opinião pública, prioritário, pelo contrário, o investimento na área da defesa é até de fácil crítica e desenquadrado de grande racionalidade. É, aliás, um acto de coragem fazê-lo, com a situação crítica em que se encontra a economia nacional, e felicito o Governo por isso. Foi a pesada herança que este Governo recebeu mas que, não querendo fugir ao voto de confiança nele depositado pelos portugueses, assumiu como designio nacional.

Para nós, CDS-PP, trata-se do primeiro grande mérito desta lei que hoje nos é apresentada: manter o que já estava previamente estabelecido e aumentar a aquisição de equipamentos. Mas quanto à crítica a esta proposta de lei já falarei.

Dirão alguns: foi com o voto do CDS que a última lei foi aprovada. É um facto e nós não o negamos! Também foi com o meu voto! Não o nego! Fi-lo e voltarei a fazê-lo, pela simples razão de que, para nós, CDS, mais vale uma lei de programação militar insuficiente do que nenhuma.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — Foi com esse espírito que votámos a lei em vigor: não era a perfeita, era a possível.

A lei anterior não tinha a unanimidade dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos, esta tem-na.

A lei anterior teve o voto negativo de um grande partido que é um pilar da democracia portuguesa e que acredita nos valores fundamentais em que o País se filia na esfera internacional — e este é um elogio e não uma crítica — mas esta lei não terá, graças ao sentido de responsabilidade do Partido Socialista, o voto negativo do outro grande partido que é o vosso.

Esta lei segue uma linha de raciocínio e de lógica que o CDS-PP, mais do que aceitar, aplaude. Pela primeira vez, numa lei de programação militar, são introduzidas não só exigências orçamentais mas de rigor financeiro que, mais do que uma obrigação, deverão ser um incentivo.

Pela primeira vez, numa lei de programação militar, estão criadas as bases para as Forças Armadas do futuro, com um racional que obriga a reformas, a ajustamentos de políticas e de números de efectivos.

Pela primeira vez, numa lei de programação militar, existe um verdadeiro equilíbrio de investimento entre os três ramos, que não existia no vosso tempo.

O Sr. Miguel Paiva (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Pela primeira vez, numa lei de programação militar, está assegurada a continuidade, para futuro, de diversos programas essenciais para o cumprimento das missões a que as Forças Armadas estão obrigadas, como os patrulhões, a renovação das fragatas «João Belo», entre outros.

São introduzidos 18 novos programas. Esta proposta de lei foi aqui criticada, porque não havia grandes novidades, mas há 18 novos programas essenciais para suprir as necessidades que, entretanto, surgiram com as novas ameaças à segurança e defesa colectivas, com o mérito de não aumentarem a factura dos contribuintes.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — São programas que resolvem não só as necessidades imediatas das Forças Armadas mas também as futuras. Trata-se de programas que são o garante, também, de incorporação de tecnologia e de «massa cinzença» nacional, como é o caso dos navios de patrulha oceânica e dos navios de combate à poluição, com *design* e fabricação nacional, nos estaleiros navais de Viana do Castelo, como é o caso do navio polivalente logístico, que vai ser construído, também, em Viana do Castelo, como é o caso dos radares do Exército, com *software* e fabrico nacional, como são os casos do *F-16* e do *P-3*, que serão totalmente montados nas OGMA.

Srs. Deputados, não é só o *Airbus* que fornece ajuda à indústria de defesa! É preciso que essa mistificação termine aqui!

Finalmente, Sr. Deputado Marques Júnior, respeito-o muito mas afirmar que cortar com o programa do *Airbus*

vai colocar pessoas no desemprego não é verdade. Os 300 engenheiros que trabalhavam no projecto *Airbus*...

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — São 20!

O Orador: — ... já estão todos colocados na indústria de defesa. Portanto, Sr. Deputado, é preciso basear-se em factos reais e não fazer afirmações que não correspondem à verdade.

Entre muitos outros exemplos, talvez todos os que terão, na maior proporção possível, o cunho industrial português.

Será, sem dúvida, uma excelente oportunidade para o desenvolvimento e crescimento da economia nacional. Estão aqui, perante nós, 50 programas que mudarão a face das Forças Armadas.

E, para terminar, cito o que um grande almirante um dia disse: «Não vim para encontrar dificuldades, vim para resolvê-las».

Creio que é este o espírito. É o que este Governo está a fazer, e os senhores irão acompanhar-nos nesse esforço.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Luís Fazenda pediu a palavra para pedir esclarecimentos ao orador e dispõe-se a ceder-lhe 1 minuto do tempo do Bloco de Esquerda para que responda, já que não tem tempo do seu próprio partido.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Rebelo, anoto que estudou com bastante detalhe a programação financeira desta lei. Como já aqui foi referido, os seus maiores picos acontecem para lá de 2006, e a minha pergunta é muito concreta: a manter-se o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que prevê a proximidade do equilíbrio orçamental em 2006, como é que, para lá desse ano, com o aumento das contribuições desta programação plurianual, se irá compatibilizar o esforço orçamental do Estado com o crescimento efectivo da despesa na área da defesa nacional nos montantes que estão previstos nesta Lei de Programação Militar?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Muito obrigado pela sua pergunta, Sr. Deputado, a quem agradeço também o tempo disponibilizado.

Em relação ao financiamento da Lei de Programação Militar, como sabe, existem dois tipos de financiamento para conseguir pô-la em prática: o financiamento que vem directamente do orçamento do Estado e o recurso a *leasing* para determinados programas.

Portanto, quando fala do montante tem de ter em conta que há um recurso a *leasing*, cujo pagamento se processa ao longo de anos, para evitar que a factura seja demasiado elevada nas contas públicas e também para que se cumpra o Pacto de Estabilidade, como referiu. Aliás, uma referência que aqui fica é a de que o Bloco de Es-

querda está a defender a manutenção, por parte do Governo, desse Pacto de Estabilidade. Criticou-o tanto e agora está a defender que o Governo o mantenha.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Ainda bem, já é um progresso!

O Orador: — Como sabe, a lei assenta numa análise coerente da evolução da economia, feita com base no que se passa nestes anos e na progressão que poderá acontecer. E não se esqueça que a Lei de Programação Militar foi aprovada em 2001 e que agora estamos a proceder a uma revisão. Aliás, como o Sr. Deputado sabe, esta lei pode ser revista de dois em dois anos, que os respectivos quadros podem ser alterados e que esta é uma previsão feita com base em factores realistas, com dados também realistas.

Existe também uma «almofada» em relação ao cálculo do *leasing*, como, aliás, foi também feito pelo Partido Socialista relativamente à anterior lei, que era demasiado elevado, pois situava-se em quase 1,5 %, quando neste é de 0,5 %. Como sabe, a taxa de juro de 5 % tem uma «almofada» de 0,5 %, porque a taxa real, neste momento, é de 4,5 %. Portanto, a própria lei tem mecanismos para garantir que certos riscos, caso aconteçam, sejam eventualmente corrigidos.

Mas como aqui foi dito, esta lei foi feita em perfeita consonância com a Sr.ª Ministra de Estado das Finanças, no cumprimento do plano de estabilidade e com base na necessidade urgente de investimento na defesa.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PS): — Sr. Presidente, uso de novo da palavra só para corrigir uma afirmação do Sr. Deputado João Rebelo, esclarecendo que na minha intervenção não falei em desemprego nas OGMA. No entanto, essa questão leva-me à observação de que não está em causa o facto de as OGMA participarem na modernização dos nossos equipamentos, na sua manutenção, etc. Não se trata de nada disso! Quando falamos na opção pelo consórcio europeu, isso tem a ver com outras coisas, Sr. Deputado João Rebelo: tem a ver com o facto de participarmos ou não no «clube» europeu de aeronáutica, de participarmos ou não num consórcio extraordinariamente importante, que cria emprego no nosso país, que transfere alta tecnologia, que cria actividades de elevado valor acrescentado.

Sr. Deputado, como iremos ter a oportunidade, na especialidade, de discutir as opções técnicas, não quero estar agora a colocar a questão. Quero apenas dizer-lhe, Sr. Deputado, que não se trata exclusivamente de emprego, trata-se de transferir alta tecnologia e um valor acrescentado extremamente importante para as indústrias de defesa. E nós não podemos, ou não devemos, ficar completamente arredados de uma indústria de aeronáutica de defesa desta importância. Este é o elemento essencial.

E permita-me só um dado muito rápido: quando o Sr. Ministro fala na Lockheed, nos C-130J e nos A-400M

nunca diz que o *A-400M* é o único verdadeiro avião de transporte estratégico, já que tem o dobro da capacidade do *C-130J*, leva equipamentos que os outros aviões não levam e tem mais grau de autonomia. É um verdadeiro transporte estratégico.

Mas, embora deixe estas questões técnicas para a discussão na especialidade, quis aqui fazer esta observação só para que não fique a ideia de que a opção é um ou outro e que as questões técnicas são iguais umas às outras. Trata-se de um projecto que se pagaria a si próprio.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Algumas notas breves, no curto tempo de que dispomos, sobre esta proposta de Lei de Programação Militar.

Uma primeira nota para salientar, de novo, as condições inadmissíveis em que a Assembleia da República é obrigada, pela maioria, a debater esta proposta de lei, já explicitadas no relatório que tive o encargo de alinhavar para a Comissão de Defesa Nacional. Este facto é relevante porque representa uma menorização deste órgão de soberania por parte do Governo e da maioria, para quem, pelos vistos, a aprovação da Lei de Programação Militar pela Assembleia da República não passa de uma mera formalidade.

O Governo, que tinha a obrigação legal de promover a revisão da Lei de Programação Militar até ao final de 2002, não o fez — atrasou-se pelo menos três meses —, mas quem paga pelo atraso é a Assembleia da República, que se vê privada de debater a proposta de lei com a profundidade que a matéria obviamente exigia.

Não serve de atenuante dizer que os governos anteriores também se atrasaram, não apenas porque este Governo prometeu aos portugueses ser diferente dos anteriores, mas, fundamentalmente, porque compete aos governos dar o exemplo do cumprimento das leis que vigoram no País. Quem exige aos portugueses rigor no cumprimento da lei tem de ser, em primeiro lugar, rigoroso consigo próprio.

Uma segunda nota para referir que a Lei de Programação Militar que agora vem proposta não difere muito substancialmente da anterior: mantém-se o modelo de financiamento, baseado no *leasing*, que vinha do governo anterior, apesar de mitigado; mantém-se, no essencial, as opções tomadas pelo Governo anterior, que privilegiavam as prioridades de investimento não tanto em função das necessidades das Forças Armadas para a prossecução do interesse nacional mas, fundamentalmente, em função das necessidades de integração desses equipamentos em missões e em forças da NATO.

O Governo abre mão da aquisição de um submarino, passando a adquirir apenas dois, e com isso liberta recursos financeiros avultados para outros programas, reduz o peso do *leasing* nos encargos com o financiamento e os prazos de pagamento e beneficia de uma taxa de juro mais favorável. Mas a opção é a mesma. Em 2001, o então Deputado Paulo Portas afirmou nesta Assembleia que discordava do método de financiamento mas concordava com

os objectivos de reequipamento das Forças Armadas. Agora, como Ministro da Defesa Nacional, mantém os objectivos e já concorda com o método.

Convenhamos, no entanto, que não é uma posição tão incoerente como a do PSD, que nesta Assembleia, pela voz dos Srs. Deputados Carlos Encarnaçao, Rui Gomes da Silva e da Sr.^a Deputada Manuela Ferreira Leite, verberava a proposta do Governo e o método de financiamento adoptado.

O Sr. Joel Hasse Ferreira (PS): — E do Deputado Rui Rio.

O Orador: — Muito mais do que a Lei da Programação Militar, o que se altera mais nesta revisão é a posição do PSD.

Terceira nota: compartilhamos o objectivo de reequipamento das Forças Armadas. A nossa discordância em relação determinadas opções e prioridades e a modelos de financiamento não representa nenhuma discordância quanto à necessidade de reequipar as Forças Armadas, conferindo-lhes a capacidade para desempenharem com dignidade as suas funções. O PCP tem o maior apreço pelas Forças Armadas portuguesas, reconhece as suas justas razões de queixa em matéria de equipamentos e considera que alguns dos programas constantes da Lei de Programação Militar contam com a nossa concordância, são do interesse nacional, correspondem a reais necessidades das Forças Armadas e só pecam por tardios.

A questão é de prioridades, e com isto deixo a quarta nota: as opções constantes da Lei de Programação Militar relevam mais das exigências da NATO e da Força Europeia de Reacção Rápida do que do interesse nacional. A lei em vigor foi proposta pelo governo anterior antes da aprovação do actual Conceito Estratégico de Defesa Nacional, mas teve em conta, não o Conceito Estratégico que estava em vigor e que vinha de 1994, mas o Conceito Estratégico da NATO de 1999, a que o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional prestimosamente se adaptou. Não é por acaso que, apesar de haver um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional, as opções fundamentais da Lei de Programação Militar se mantêm inalteradas.

As prioridades vão para a capacidade submarina, para o conceito de projecção de força, para a esquadra de *F-16*, mas marcam passo os patrulhões oceânicos encomendados a conta-gotas, os meios de combate à poluição ou a aquisição de um draga-minas, tão necessária num momento em que o terrorismo se configura como uma ameaça real. É pena que a pressa do Sr. Ministro em adquirir aviões de transporte militar norte-americanos, que é tanta que o faz abandonar o projecto europeu do avião *A-400M*, que continha uma incorporação nacional não despicienda através das OGMA, não seja extensiva a outras aquisições que seriam verdadeiramente do interesse nacional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quinta nota: A opção pelo *leasing*, apesar de mitigada em relação à lei actual, representa um acréscimo muito significativo de encargos para o futuro, encarece brutalmente os equipamentos adquiridos e não tem outra explicação que não seja a obediência aos critérios

«estúpidos» de que fala Romano Prodi quando se refere ao Pacto de Estabilidade.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sexta e última nota: A Lei de Programação Militar a aprovar continua a ser, na prática, meramente indicativa. A Assembleia da República vai aprovar os programas e os respectivos encargos, mas depois o Governo pode executar ou não executar, alterar, transferir ou assumir novos projectos ou acções, transferindo verbas mediante despacho e limitando-se a dar conhecimento das suas decisões à Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Até a questão dos saldos, que transitam cronicamente de ano para ano em consequência de baixas taxas de execução, deixam de constar dos mapas anexos à Lei de Programação Militar.

Em conclusão, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Lei de Programação Militar que temos não é a que corresponde à defesa do interesse nacional e a revisão que nos é proposta não se afasta dessa matriz e não é susceptível de alterar a nossa posição.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para uma nova intervenção, em tempo cedido pelo Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado João Rebelo.

O Sr. João Rebelo (CDS-PP): — Sr. Presidente, antes de mais, agradeço ao Bloco de Esquerda o minuto que me cedeu.

Desejo fazer uma pequena correcção: na minha anterior intervenção falei de 300 engenheiros afectos ao projecto *Airbus*, quando, na realidade, eles são 20. Há outras pessoas ligadas ao processo, mas engenheiros são só 20.

Sr. Deputado Marques Júnior, não é verdade que o *A-400M* seja o único avião de transporte estratégico. Sabe perfeitamente que há o *C-5* e o *C-17*. Aliás, o *C-17* tem um tamanho tão grande que dava para transportar três grupos parlamentares do Partido Socialista e a Dr.^a Ana Gomes.

Risos.

Está a ver o tamanho! Em tonelagem, esse é um avião que dá para tudo isso!

O que importa não é a tonelagem, mas sim se determinado equipamento de defesa, neste caso um avião de transporte, permite às Forças Armadas cumprir todas as missões. E as missões da Força Aérea e do Exército, que também beneficia desse transporte estratégico, são asseguradas, neste momento, pelo *C-130H*. Portanto, o *C-130J* faria exactamente a mesma coisa. Há uma possibilidade de escolha neste sentido. Ambos mantêm a capacidade de transporte que as nossas Forças Armadas necessitam e, portanto, esse não é o argumento; o argumento deveria ser capacidade financeira, custo desse mesmo investimento...

O Sr. Marques Júnior (PS): — Custo por tonelada de transporte!

O Orador: — Sr. Deputado, eu já expliquei. A custo por tonelada não vamos comprar um único *C-17*, que permite fazer o que fazem três *Airbus*!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Queira terminar.

O Orador: — Termino já, Sr. Presidente.

Portanto, se é pela tonelagem, ficamos em argumentos um bocado limitados.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Correia de Jesus (PSD): — Peço a palavra para interpellar a Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Correia de Jesus (PSD): — Sr. Presidente, alguns Srs. Deputados levantaram aqui o problema de que a Assembleia não disporia do tempo indispensável para debater um diploma tão importante como a Lei de Programação Militar. Na minha qualidade de presidente da Comissão de Defesa Nacional, desejo informar a Câmara de que, se é certo que a Comissão dispôs de pouco tempo para elaborar o respectivo relatório, uma vez que, entretanto, ocorreu um período de suspensão dos trabalhos parlamentares, a lei vai ser discutida e votada na especialidade, tendo já, para esse efeito, sido solicitada a presença do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional na Comissão.

Se os Srs. Deputados entenderem que se justifica fazer alguma audição ela far-se-á, de modo a que o debate sobre a Lei de Programação Militar se revista de todas as cautelas e da dignidade que a matéria em causa merece.

O agendamento para esta data foi feito por consenso, na Conferência de Líderes — é por isso que estamos hoje a discuti-la —, mas sem prejuízo de um debate aprofundado em sede de especialidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP

O Sr. Presidente: — A informação que o Sr. Deputado Correia de Jesus prestou à Câmara não merece qualquer comentário por parte da Mesa.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional pediu igualmente a palavra para interpellar a Mesa. Espero que isso não sirva de rastilho para muitas intervenções.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Não, Sr. Presidente, é mesmo para interpellar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Sr. Presidente, respeitarei integralmente a figura regimental.

Desejo apenas informar a Câmara daquilo a que poderíamos chamar o mistério do relatório perdido, ou seja, o mistério do relatório de execução da Lei de Programação Militar de 2001.

Eu tenho no Ministério um despacho do Sr. Ministro de então, Rui Pena, mandando enviar para a Assembleia da República o relatório de execução de 2001. O Sr. Deputado Marques Júnior já várias vezes me chamou a atenção para o facto de que o relatório ou não lhe chegou ou, pura e simplesmente, não chegou e, portanto, não foi dada efectividade a esse despacho. Eu mandei buscar de novo o relatório e queria que soubessem que vou de novo enviá-lo, para que, ainda esta semana, quem o não tem possa tê-lo. Estou a referir-me ao relatório de execução de 2001, que terá sido enviado mas que, aparentemente, não chegou.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, se esse relatório tem também despacho de 2 de Abril de 2002, é capaz de não ter chegado.

Risos.

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional: — Ou foi para outra Assembleia!

O Sr. Presidente: — De qualquer modo, receberemos com muito gosto o documento que nos irá enviar, que farei imediatamente circular por todas as bancadas parlamentares.

Srs. Deputados, como não há mais oradores inscritos, considero encerrado o debate, na generalidade, da proposta de lei n.º 45/IX, a cuja votação procederemos amanhã e, como já aqui foi dito, baixará à Comissão competente para debate e votação na especialidade.

Lembro que, imediatamente a seguir ao termo da sessão, terá lugar uma reunião da Conferência de Líderes na Sala D. Maria II.

Voltaremos a reunir-nos amanhã, pelas 15 horas, com um agendamento potestativo requerido pelo PS. Em debate estarão os projectos de lei n.ºs 206/IX — Alteração do Código Penal, na parte respeitante às organizações terroristas e terrorismo (PS), 207/IX — Transpõe a Decisão-Quadro do Conselho n.º 2002/584/JAI, relativa ao mandado de detenção europeu (PS), 209/IX — Estabelece o regime em que se processam as buscas nocturnas ao domicílio no caso de flagrante delito e em casos de criminalidade especialmente violenta ou altamente organizada (PS) e 212/IX — Altera o Código de Processo Penal, regulamentando a matéria das buscas nocturnas (CDS-PP) e as propostas de lei n.ºs 42/IX — Dá cumprimento à Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-membros e 43/IX — Dá cumprimento à Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de Junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo.

Durante a sessão proceder-se-á ainda à eleição de membros para o Conselho Superior da Magistratura e às votações regulamentares.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 19 horas e 15 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres

Carlos Jorge Martins Pereira
Jorge José Varanda Pereira
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos

Partido Socialista (PS):

Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
Maria Isabel da Silva Pires de Lima
Nelson Madeira Baltazar

Partido Comunista Português (PCP):

Jerónimo Carvalho de Sousa

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
Maria Elisa Rogado Contente Domingues
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira

Partido Socialista (PS):

Antero Gaspar de Paiva Vieira
António Fernandes da Silva Braga

Partido Popular (CDS-PP):

José Miguel Nunes Anacoreta Correia
Narana Sinai Coissoró

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Henriques de Pinho Cardão
António Paulo Martins Pereira Coelho
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
José Manuel Pereira da Costa
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Mário Patinha Antão
Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Benavente da Silva Nuno
Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
Fernando Ribeiro Moniz
Francisco José Pereira de Assis Miranda
João Rui Gaspar de Almeida
Luís Manuel Capoulas Santos
Luís Manuel Carvalho Carito
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves

Partido Popular (CDS-PP):

João Rodrigo Pinho de Almeida

Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
Maria Luisa Raimundo Mesquita



Depósito legal n.º 8818/85



06033
5" 601147" 000240

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

- 1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).
- 2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 2,60